

HT-183



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

**Do «Consenso de Washington» aos desafios da Globalização  
Económica Neoliberal. Para uma análise histórica do  
reajustamento estrutural e do papel das instituições na política  
económica moçambicana, 1983 aos nossos dias**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção  
do grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Autor: Egídio Guilherme Vaz Raposo

Supervisor: Professor Arlindo G. Chilundo

Maputo, Abril de 2006

Do «Consenso de Washington» aos desafios da Globalização Económica Neoliberal. Para uma análise histórica do reajustamento estrutural e do papel das instituições na política económica moçambicana, 1983 aos nossos dias


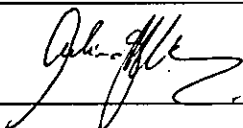
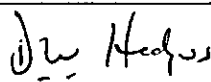
Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Autor: Egídio Guilherme Vaz Raposo  
Supervisor: Professor Arlindo G. Chilundo

Departamento de História  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

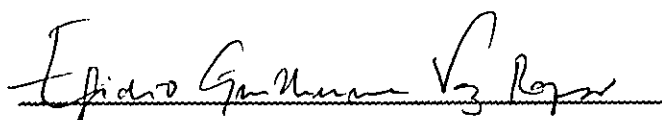
UEM - FLCS.
R. E. 31325
DATA 03.05.06
AQUISIÇÃO oferta
COTA HT-183

O júri

O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			28.04.06

## DECLARACÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau e que ela é resultado do meu total esforço no qual cito as fontes bibliográficas consultadas.

A handwritten signature in cursive script, reading "Egidio Guilherme Vaz Raposo", is written over a horizontal dashed line.

(Egídio Guilherme Vaz Raposo)

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é inteira e exclusivamente dedicado aos meus Pais, Ana José Ndapassoa e Guilherme Vaz Raposo, pelo amor e confiança depositados ao longo dos anos da minha escolaridade.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças a compaixão de muitas individualidades e instituições. Quero em primeiro lugar, agradecer o meu supervisor, o Professor Doutor Arlindo G. Chilundo, sem o qual não seria possível a realização deste sonho;

À todos os professores ligados ao Departamento de História, nomeadamente, os Profs. Doutores David Hedges, Joel Tembe, Gerhard Liesegang, Benigna Zimba, José Negrão (falecido), João Paulo B. Coelho; aos Drs. António Manso, Sérgio Cabá, Mário Cumbe, Prof. Catedrático Carlos Serra e outros, pelo conhecimento transmitido ao longo dos cinco anos;

Sinto-me manifestamente endividado e por isso, o meu muito obrigado ao Meritíssimo Juiz, Dr. António Romão Charles pelo apoio moral, material e espiritual incansável e desinteressadamente providenciado ao longo dos cinco anos; a minha irmã Argentina Guilherme Vaz Raposo pela assistência multifacetada prestada desde os longínquos anos da minha escolaridade secundária até a universitária; á Joaquim Vaz Raposo; meu tio, pelo apoio científico e aturados debates bem como na suplementação de referências bibliográficas;

Aos meus amigos, Chafim Mussa, Henrique Cau, Sérgio Sauale, Manuel Chifunga, Cortez Taipo, José Braz, Camuzumba Nicasse, Eugénio Cumba, David Dumangane, Ermelinda Matangue, Róide Torès, Vernito Gongá, Sónia Mussolo, Denisse Kátia, Zaido Abibo, Celso Cau, Dr. Joaquim Júlio Coimbra pelo convívio e diálogo inteligente mantido ao longo do tempo;

Especial agradecimento vai para a minha família: meus pais, irmãos: Prisca Guilherme Vaz Raposo, Frederico G. V. Raposo, Elizabeth G. V. Raposo, Hélio G. V. Raposo, Milton G. V. Raposo e Paz G. V. Raposo, Francisco R. Tavares, Limpo Zambo;

Ao Joseph Hanlon e Joseph Stiglitz, estudiosos que tiveram a amabilidade de ler e comentar os primeiros manuscritos desta dissertação de licenciatura.

E à Ivânia Florência José Pedro Cassimo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- BM/WB Banco Mundial/World Bank
- CFMP Cenário Fiscal de Médio Prazo
- CGD Centre for Global Development
- CNP Comissão Nacional do Plano
- DNPO Direcção Nacional do Plano e Orçamento
- ESAF Enhanced Structural Adjustment Facility/Facilidade Alargada para o Ajustamento Estrutural
- FMI/IMF Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique
- G20 Grupo das 20 Organizações Não Governamentais
- HIPC Highly Indebted Poor Countries/ Países pobres fortemente endividados
- IBW Instituições de Breton Woods
- IDH Índice do Desenvolvimento Humano/Human Development Index
- NBER National Bureau of Economic Research
- NU/UN Nações Unidas/United Nations
- MDG/ODM Millenium Development Goals/Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
- OGE/OE Orçamento Geral do Estado
- OMC Organização Mundial do Comércio
- PARPA Plano de Acção de Redacção da Pobreza Absoluta
- PES Plano Económico e Social
- PIB Produto Interno Bruto
- PFP Policy Framework Paper
- PNB Produto Nacional Bruto
- PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRGF Poverty Reduction and Growth Facility
- PRSP Poverty Reduction Strategy Paper
- PSP Poverty Strategy Paper
- RENAMO Resistência Nacional Moçambicana
- SARDC Southern African Research and Documentation Centre
- SADC Southern African Development Community
- USAID United States Agency for Internacional Development

## LISTA DE CAIXAS, QUADRO E TABELAS

Caixa 1: Diferenças entre Hiperglobalistas, Cépticos e Transformistas, p. 23

Caixa 2 - Distinção entre formas de Estado fordista e Estado alternativo, p.38

Tabela 1 - Receitas da balança de invisíveis correntes de Moçambique (mil contos), p.52

Tabela 2 - Evolução da Balança de Pagamentos em escudos, p.53

Tabela 3- Taxas de Crescimento Anuais da Produção, Investimento e Comércio 1960-2001, p.53

Tabela 4 - Saldos da balança de pagamentos de Moçambique (1980 a 1982) (mil contos), p.58

Tabela 5- Indicadores de evolução económica de Moçambique (1980 a 1982) (mil contos), p.58

Tabela 6 - Desenvolvimento da produção e de comércio externo em anos escolhidos entre 1973 e 1986, p.61

Tabela 7- Desenvolvimento da produção 1985-1991, p. 65

Tabela 8- Evolução da exportação de mercadorias, anos escolhidos entre 1981-1991, p.66

Tabela 9 - Evolução do Orçamento do Estado 1985-1991 (biliões de meticais), p.67

Tabela 10 - Evolução da Balança de Pagamentos 1985-1991 (milhões de US\$ ), p68

Quadro cronológico das principais Reformas na economia política moçambicanas desde 1986 a 2000, p.79

## RESUMO

O objectivo do presente trabalho é demonstrar que os processos da globalização económica neoliberal constituem hoje a principal, senão a única força que orienta as economias de quase todas as nações do globo, numa interacção anárquica, permanente e desigual, envolvendo ganhos e perdas entre nações; entre nações e forças de governação transnacional bem como entre mercados.

Todavia, se por um lado os processos da globalização económica neoliberal representam um grande valor acrescentado à economia global através das oportunidades que ela oferece, por outro, também apresentam grandes desafios que mal geridos, ofuscam os esforços de grande parte dos seus actores, principalmente os países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique.

Assim, a *governança* desses processos constitui o grande desafio que os estados deverão ultrapassar, numa altura em que se verifica a transformação rolante dos seus papéis, ante a crescente proeminência dos agentes de regulação transnacional bem como das principais instituições económicas internacionais.

Para o caso moçambicano, o presente trabalho demonstra que os esforços adoptados pelos sucessivos Governos após o IV Congresso da Frelimo em 1983, tendentes a mitigar os maus impactos da crise económica não foram compensados pelo sistema internacional de regulação económica, personificados pelo FMI e Banco Mundial, em parte devido ao grande interesse destes prestado aos aspectos econométricos.

Através de uma investigação e discussão detalhadas das estruturas da actual Ordem Mundial, por um lado, e da análise histórica das principais transformações económicas e sociais operadas pelo Estado Nacional após o IV Congresso da Frelimo em 1983, por outro, a presente dissertação lança pistas para futuras investigações em história económica sobre caminhos e políticas alternativas tendentes a alcançar um desenvolvimento humano sustentável, sem contudo romper com a actual Ordem Económica Mundial.

**Palavras-chave:** Globalização, Neoliberalismo, Reajustamento Estrutural, Desenvolvimento.



## ÍNDICE

	Págs.
Declaração	i
Agradecimentos	ii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	iii
Lista de Caixas, Quadro e Tabelas	iv
Resumo	vi
<b>Parte I: Abordagem Teórica e Metodológica da Pesquisa</b>	<b>1</b>
Capítulo I	2
1. Apresentação e abordagem metodológica: circunscrevendo o âmbito da análise	2
1.2 Objectivos	5
1.2.1 Principal	5
1.2.2 Secundários	5
1.2.3. Questão de Partida	5
1.2.4. Hipóteses	5
Metodologia e Fontes	6
1.3. Metodologia	6
1.3.1. Fontes de Informação	7
1.3.2. Referencial Temporal, 1983-2005	8
Capítulo II	9
2. Marco Conceptual	9
2.1. Os processos da Globalização	9
2.1.1. Globalização em debate: as teorias em confronto	10
2.2. Os Hiperglobalistas	12
2.3. Os Cépticos	15
2.4. Os Transformistas	19
2.5. O «Consenso de Washington»: História e natureza ao longo da sua evolução	24
2.5.1. A origem do Consenso de Washington	25
2.5.2. Da ideia às interpretações	28
2.6. O Neoliberalismo	33
2.6.1. As novas políticas neoliberais	35
2.7. Desenvolvimento	39

2.7.1. Evolução do «Desenvolvimento» ao longo do tempo	39
2.7.2. As diferentes percepções sobre o «desenvolvimento económico»	43
2.7.3. Desenvolvimento <i>versus</i> Crescimento Económico	47
Parte II	49
Descobertas Empíricas	49
Capítulo III	50
3.Introdução	50
3.1. A situação económica herdada do colonialismo: um roteiro histórico	51
3.1. 2. Estratégia económica de Moçambique pós-independente	54
3.1.3. O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)	55
3.1.3.1.4. O Plano de Acção Económica (PAC)	59
3.1.5. Do PRE ao PARPA: O retorno à economia de mercado capitalista	62
3.1.5.1. O Programa de Reabilitação Económica (PRE)	62
3.1.5.2. Alguns resultados e indicadores do PRE	64
3.1.5.3. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)	69
Capítulo IV: Por uma análise multiparadigmática das estratégias de desenvolvimento Moçambicanas desde 1983 aos nossos dias: Estado, FMI, Banco Mundial e ONGs em interacção	73
4. Introdução	73
4.1. Ajustamento Estrutural e Governabilidade na era da Globalização. A redefinição dos papéis do Estado na política económica nacional	74
Parte III	83
Construção	83
Capítulo V: Do <i>Consenso de Washington</i> ao «Consenso de Maputo». Por uma abordagem alternativa aos caminhos do desenvolvimento nacional	83
5. Introdução	84
5.1 Das Lições da História Económica moçambicana	85
5.2. Do Consenso de Washington ao <i>Consenso de Maputo</i> : globalização, economia e desenvolvimento	87
CAPÍTULO VI: Conclusão	89
Bibliografia	90

# PARTE I

## ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA

Capítulo 1: Abordagem metodológica: circunscrevendo o âmbito da análise

Capítulo 2: Marco Conceptual: percebendo as forças dominantes da Ordem Mundial

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

### 1. Apresentação e abordagem metodológica: circunscrevendo o âmbito da análise

O presente trabalho pretende analisar os processos da globalização e suas influências na política económica nacional. Fê-lo por um lado, através de uma investigação e discussão detalhadas das estruturas da actual Ordem Mundial, que é decisiva para Moçambique, e por outro, da análise histórica das principais transformações económicas e sociais operadas pelo Estado Nacional, após o IV Congresso da Frelimo em 1983 até aos nossos dias.

Baseado nas diferentes interpretações de fontes primárias e secundárias e documentos não classificados (confidenciais), o trabalho também discute caminhos alternativos ao actual modelo de desenvolvimento, eminentemente dominado pelo sistema de ajuda internacional com o qual Moçambique coabita durante 4 décadas.

A Globalização enquanto processo é tida como sendo o campo de interactividade entre “grupos sociais, Estados e interesses hegemónicos, por um lado, e grupos sociais, interesses e Estados Subalternos por outro”<sup>1</sup>. Todavia, o resultado dessa interactividade é bastante contestado pela maioria dos países que dela não logram alcançar os almejados e muito anunciados benefícios. A experiência da maioria desses países, onde Moçambique se inclui enfrentam problemas de toda a sorte, em parte devido aos processos de integração económica mal geridos.

Assim, correntes anti-globalização<sup>2</sup> espalhadas pelo mundo alertam para os perigos que o fenómeno representa, salientando o cada vez mais crescente número de pobres.

---

<sup>1</sup> Vide: SOUSA SANTOS, Boaventura de (2002). «Os processos da globalização». In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (dir.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, p.2.

<sup>2</sup> Por exemplo, um dos organismos internacionais activistas de uma globalização justa e benéfica para todos é sem dúvida a OXFAM Internacional, que critica a OMC pelas suas políticas comerciais que prejudicam sobremaneira as economias dos mais fracos. Há também outra corrente que critica a apatia da ONU advogando a sua reforma, principalmente no Conselho de Segurança. Países como Brasil e Alemanha pretendem ter assento permanente no Conselho de Segurança. Enfim, trata-se de um conjunto de interesses que de uma ou de outra forma têm implicações para o nosso país.

Esse tema enquadra-se no macro-tema relacionado com o desenvolvimento, relações internacionais e economia política moçambicana, num período que medeia o início das reformas que visavam a liberalização da economia nacional, à adesão de Moçambique às Instituições Financeiras Multilaterais.

Este período caracteriza-se essencialmente pelo início de grandes transformações políticas e económicas, aos nossos dias, caracterizados pelo *momentum* da paz efectiva, se bem que “desafiada” por grandes mazelas sociais, nomeadamente a pobreza absoluta, grande entrave e ao mesmo tempo desafio para a governação de um país<sup>3</sup>.

### 1. 1. Motivação

O estudo é motivado pelo facto de a história das décadas de 1980 e 1990 ser inesquecível para os moçambicanos. O agudizar da Guerra Civil, o IV Congresso da Frelimo, a Assinatura dos Acordos de Nkomati, a morte do presidente Samora Machel e a consequente sucessão de Joaquim Chissano (1986) foram principais marcos da primeira metade da década de 80.

Ao slogan na época amplamente popularizado, «*fazer da década de 80, década da vitória sobre o subdesenvolvimento*», a dependência aos financiamentos externos substituiu.

Moçambique viu-se imerso numa crise social e económica sem precedentes na história, agudizada pela crise política que então atingia as raíais do insuportável. A economia de guerra ora vigente não conseguia satisfazer a demanda cada vez mais gritante das populações.

A adesão de Moçambique aos planos de reajustamento estrutural capitaneados pelas instituições financeiras internacionais; o evoluir da situação política global, nomeadamente a desagregação do comunismo na Europa do Leste bem como a queda do Muro de Berlim, que

---

<sup>3</sup> Hans Abrahamsson e Anders Nilsson (2001) no seu livro *Pobreza, Conflito e Desenvolvimento. Algumas reflexões sobre Angola e Moçambique*. Gotemborg: PADRIGU, estabelecem uma relação entre as variáveis que analisam e a governabilidade. Aqui eles advogam que a governabilidade estará ameaçada quando se verificar maior capital de frustração a todos níveis e o risco de politização da pobreza é maior. Num outro livro (1995) *Ordem mundial e futura Governação Nacional em Moçambique. “Empowerment” e espaço de manobra*. Maputo: CEEI-ISRI/PADRIGU, eles demonstram que a insatisfação popular ante às realizações do Governo foi maior entre as segundas eleições gerais, facto que contribuiu para a baixa da popularidade do Governo.

marcou a queda do regime soviético e assim da bi-polarização política e ideológica que até então vigorava, fizeram surgir uma ordem nova mundial, marcada pela vitória dos Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental.

Consequentemente, a ideologia neoliberal ganha campo e os modelos de desenvolvimento daí emanados se expandem a todos os países do terceiro Mundo. Ao FMI e Banco Mundial coube novas tarefas: controlar o sistema financeiro mundial, através de medidas liberalizantes. Assim, a proeminência dessas instituições sobre os estados nacionais torna-se uma realidade inquestionável e a deslegitimação do Estado, sua consequência lógica. Aos olhos do povo, os esforços do Estado em reverter a situação calamitosa compreende-se como um apêndice às actividades dos doadores e não o inverso.

A paz, as eleições democráticas gerais de 1994 e autárquicas de 1998 vieram consolidar a certeza há muito existente de que Moçambique tinha atravessado perigo e a democracia se estava a consolidar. A introdução de Programas de Reconstrução pós guerra, seguidos de Programas de Redução da pobreza absoluta trouxeram novas esperanças para os povos.

Vinte anos depois, impõe-se uma reflexão histórica sobre a *utopia* há muito proclamada por John Williamson sobre os caminhos que os países pobres deviam seguir para alcançarem o almejado desenvolvimento.

O Consenso de Washington mostrou mais uma vez ser um documento inconclusivo. As políticas neoliberais que rechaçam o Estado da actividade económica, relegando-o à mero papel regulador, provaram mais uma vez as suas grandes lacunas pelo que, impõe-se o seu preenchimento.

O apelo aos modelos keynesianos da economia são cada vez mais audíveis em um mundo que pretende aliviar a pobreza até 2015 através de um programa das Nações Unidas - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

## 1.2 Objectivos

### 1.2.1 Principal

O nosso trabalho tem como objectivo principal *Discutir o Conceito de Globalização, a sua teoria e o seu enquadramento na realidade moçambicana bem como suas implicações para o Desenvolvimento nacional desde 1983 até aos nossos dias.*

### 1.2.2 Secundários

- a) Identificar as condições internas e externas que estiveram na origem tanto da crise económica como da adesão de Moçambique as Instituições Financeiras Internacionais e assim à dependência da ajuda externa;
- b) Analisar a influência das principais correntes e teorias de desenvolvimento internacionais na economia política nacional;
- c) A influência dos principais actores da globalização na organização do Sistema Económico Internacional e as consequentes implicações para a economia nacional
- d) A gestão da Ajuda Externa e a influência das instituições na definição das agendas nacionais.
- e) Reflectir sobre as perspectivas alternativas para a promoção e consolidação do desenvolvimento nacional.

### 1.2.3. Questão de Partida

*Em que medida os processos da globalização influem no desenvolvimento e assim na governabilidade de Moçambique?*

### 1.2.4. Hipóteses

Os processos da globalização influem (negativamente) no desenvolvimento nacional por via da influência exercida pelos seus principais actores - Instituições Financeiras Internacionais, Organizações Não Governamentais, e Estados hegemónicos - sobre as políticas económicas do país, que atentam ao sucesso dos planos de desenvolvimento nacional.

## Metodologia e Fontes

### 1.3. Metodologia

O carácter da pesquisa foi eminentemente qualitativo. Assim, o primeiro momento comportou o levantamento e recolha bibliográfica para um conhecimento e tratamento crítico das teorias explicativas sobre a problemática fazendo o uso da interpretação hermenêutica<sup>4</sup>.

Por limitação de recursos financeiros e materiais, esta recolha circunscreveu-se nas Bibliotecas e Centros de Pesquisa e Documentação localizados na Cidade de Maputo, principalmente nas do CEA, AHM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Faculdade de Economia, Centro de Documentação e Informação para África Austral, Biblioteca Martin Luther King - Centro de Informação e Recursos da Embaixada dos EUA em Moçambique, Centro de Estudos Brasileiros, Centro Cultural Português e outros.

Houve também um esforço explícito de fazer uma interpretação multidisciplinar, holística adoptando a perspectiva de ver a realidade em múltiplos níveis. Foi necessário um certo eclecticismo para se alcançar a abordagem multidisciplinar deste trabalho, apesar do risco inerente de se expor a pesquisa a um excesso de diversidade e inconsistência. Na realidade, uma abordagem multiparadigmática oferece muitas vantagens, especialmente num nível baixo de abstracção e generalização. Nesse trabalho sobre globalização, desenvolvimento e papéis das instituições na política económica nacional, as diferentes abordagens facilitaram a percepção dos diferentes tipos da dinâmica simultaneamente em jogo.

Assim, e por exemplo, enquanto os processos da globalização são melhor percebidos usando a abordagem *transformista*, a dependência de Moçambique em relação as instituições financeiras internacionais criada após 1987 é melhor interpretada usando a abordagem *sistémica*<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A abordagem hermenêutica tanto requer como possibilita o desenvolvimento de uma relação legítima e confiante com os actores em questão; necessária para se ter o ambiente da pesquisa. A abordagem considera que o ser humano é único, possui uma consciência e é capaz de agir baseado numa ideia racional e numa meta identificada.

<sup>5</sup> A Teoria Sistémica concebe o desenvolvimento de cada país como resultado de um intercâmbio possivelmente condicionado pelo Sistema Internacional no qual os estados se encontram. Nesta teoria, o desenvolvimento é visto como sendo o produto da dinâmica da Nova Ordem Mundial.



Assim, esse eclecticismo surge da necessidade de sistematização de diferentes perspectivas para possibilitar a condução de uma análise multidimensional. Uma combinação das perspectivas de realismo e materialismo histórico foi crucial para a percepção da interacção entre o nível local e nacional (o dualismo estado-sociedade), da mesma forma que uma combinação de perspectivas realista e liberal provou-se frutífera para a percepção da interacção entre o nível nacional e internacional<sup>6</sup>.

O modelo de análise foi construído por forma a explicar de forma explícita a complexidade do problema. Assim, o presente trabalho de dissertação de licenciatura divide-se em três partes. Na primeira debruçamo-nos sobre a Globalização, suas características, seus actores principais e os papéis que estes têm no processo<sup>7</sup>. Na segunda, analisamos a integração de Moçambique nos processos globais, através das respectivas transformações socioeconómicas por si operadas. Também analisará as causas, os instrumentos políticos bem como instituições envolvidas nesse processo. A terceira e última parte analisará as implicações das reformas económicas operadas no país, as oportunidades perdidas e os prováveis modelos alternativos de integração globais.

### 1.3.1. Fontes de Informação

A nossa dissertação está baseada em fontes primárias e secundárias de três tipos diferentes. O primeiro tipo consiste na literatura académica que possibilitou a elaboração de um marco conceptual teórico. O segundo refere-se a diferentes documentos publicados e não classificados (confidenciais) das instituições de Breton Woods. O terceiro relaciona-se com a pesquisa de arquivo de documentos não publicados. A comparação cruzada entre as diferentes fontes foi uma das técnicas usadas.

---

<sup>6</sup> Apesar de não concordarmos com seus argumentos, recorreremos à esta interpretações para alcançarmos uma compreensão objectiva sobre o que procurávamos.

<sup>7</sup> O objectivo da primeira parte desta dissertação é discutir o desenho da nossa dissertação, o marco conceptual e analítico assim como as suas considerações metodológicas. A primeira parte está dividida em dois capítulos que estabelecem a ligação entre o marco conceptual e as perspectivas teóricas como foco de estudo. Por marco conceptual entendemos como o conjunto de conceitos que identificam a maneira como nós, de um modo generalizado, vemos e percebemos a ordem mundial, suas regras e estruturas de poder. O estabelecimento deste marco conceptual será objectivo do segundo capítulo.

### 1.3.2. Referencial Temporal: 1983-2005

1983 - A escolha do ano de 1983 como ano referência tem a ver, primeiro, com a realização do IV Congresso do Partido Frelimo, altura em que se tomaram medidas que visavam a transformação do Estado rumo à mitigação dos inúmeros problemas económicos. Segundo, foi o ano em o Presidente Samora Machel começou a encetar a viagens ao Ocidente, procurando encontrar parceiros para a solução dos graves problemas sócio económicos que Moçambique enfrentava. Terceiro, foi o ano em que as negociações para adesão ao FMI estavam no seu princípio, elemento que mais tarde viria a tornar-se prioridade fundamental para o saneamento económico ora exigido pelas principais instituições de cooperação multilateral bem como pelos principais doadores de Moçambique.

2005 - Da mesma forma, 2005 tem a ver com o facto de estarmos a viver as consequências das transformações socio económicas adoptadas na década de 1980/1983-7. Segundo, porque estamos na última fase da revisão do PARPA I, altura em que se notaram erros e que urge corrigir. Este documento, apesar de não ter passado pela Assembleia da República, foi de suma importância dado que foi com este que Moçambique conseguiu um conjunto de ajuda externa, principal fonte de receitas para o desenvolvimento de programas de governação. Dai, ser oportuno fazermos uma reflexão. Terceiro, porque parece que o alinhamento do sistema de planificação nacional tende a coadunar com os mais variados compromissos de índole social e económica internacionais, como é o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, emprestando assim o carácter global da luta contra a pobreza no Mundo e em Moçambique, em particular.

## CAPÍTULO II

### 2. Marco Conceptual

O foco deste marco conceptual será posicionado em conceitos que identificam e esclarecem o que nós entendemos por Globalização, Neoliberalismo, Desenvolvimento e Consenso de Washington.

O objectivo do tal procedimento visa estabelecer uma visão panorâmica sobre as forças transformadoras que moldam a actual Ordem Mundial, entanto que sistema de regras e normas que regulam a cooperação internacional económica e política, baseada em valores hegemónicos a longo prazo (ABRAHAMSSON: 2001, 37) e interesses económicos a curto prazo e que reflectem as relações de produção prevaletentes, a configuração política assim como as relações predominantes de poder que delimitam o espaço dentro do qual os estados, agências multilaterais bem como outros actores agem.

#### 2.1. Os processos da Globalização

*Globalização* é uma palavra que está na moda, fundada das origens obscuras a partir dos escritos franceses e ingleses nos meados da década de 1960<sup>8</sup>. O conceito de Globalização encontra a sua expressão em quase todas as línguas. Todavia, ela carece de uma definição precisa, clara, científica e universalmente aceite entre os teóricos da modernidade. Pois, este termo corre o risco de se tornar, se bem que ainda não, num cliché dos nossos tempos: uma grande ideia que engloba tudo, desde os mercados financeiros à Internet. Mas, infelizmente, pouco contribui para a prosperidade da condição humana.

Os clichés sempre capturam elementos da experiência da vida numa determinada época. Neste sentido, a globalização reflecte uma percepção alargada de que o mundo está a ser rapidamente moldado numa pertença partilhada através das forças económicas e tecnológicas, onde o desenvolvimento ou retrocesso duma determinada região pode ter consequências nefastas e profundas para as vidas das comunidades de outro lado do Globo. Para muitos, a globalização é associada à ideia do fatalismo político e insegurança no sentido de que a

---

<sup>8</sup> Cf. Atlas das Relações Internacionais (2002). Lisboa: Plátano Editoras.

demanda social e económica supera o poder dos governos nacionais no controlo dos seus destinos. Por outras palavras, os limites da política nacional são definidos pela globalização como força e ideologia planetária dominante.

Apesar da existência de uma larga literatura e acepções diversas sobre o tema, verifica-se surpreendentemente a inexistência de uma teoria convincente da globalização, muito menos uma análise sistémica das suas principais características. Ademais, poucos estudos oferecem uma narrativa histórica coerente, que distinga eventos transitórios e imediatos daqueles que demonstram a emergência de uma nova conjuntura social, económica e política, isto é, a transformação da natureza, formas e perspectivas das comunidades<sup>9</sup>.

Neste pequeno trabalho, procuraremos desenvolver uma abordagem diferente da globalização, baseada nos largos estudos de um grupo de estudiosos da escola inglesa<sup>10</sup>, bem como nos escritos de autores portugueses, mormente Boaventura de Sousa Santos. Nele, tentaremos oferecer fundamentos intelectuais para uma abordagem central das questões que têm animado a globalidade do debate acerca deste conceito.

### 2.1.1. Globalização em debate: as teorias em confronto

A Globalização pode, logo de início, ser compreendida como o processo de alargamento, aprofundamento e aceleração das conexões globais em todos os aspectos da vida humana contemporânea<sup>11</sup>, desde o cultural ao criminal, passando pelo económico ao político. Só para exemplificar, os agricultores da soruma do Distrito de Nhamatanda, Província de Sofala se encontram ligados - inconscientemente, claro está - ao florescente comércio de drogas ligeiras do Bairro Militar da Cidade de Maputo. Da mesma forma que aos programadores de computadores dos Bancos em Portugal se ligam, em tempo real, ao conjunto de colegas seus no Banco Internacional de Moçambique. O mesmo acontece com a Companhia de Cimentos de Moçambique em relação à Cimpor de Portugal<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Trata-se aqui de comunidades humanas.

<sup>10</sup> David Held (2004; 2005); Held & Mc Grew (2002; 2003); Sousa Santos (2002); Hirst & Thompson (1996 2001), só para citar alguns.

<sup>11</sup> Mais a frente veremos como esses processos são levados a cabo.

<sup>12</sup> Não se trata de exemplos gratuitos. São de facto dados reais, em que por exemplo, as facturações que ocorrem na sede da Cimentos de Moçambique - nono andar da Avenida Julius Nyerere, sua sede nacional, são directamente contabilizadas ao fim do dia na conta geral da Cimpor em Portugal.

Todavia, para além do reconhecimento geral sobre a penetrante intensificação das conexões globais, existe uma substancial discordância quanto à forma de como é que a *Globalização* deverá melhor ser concebida, como é que se deverá reflectir as suas relações causais e como é que se deverá caracterizar. Existe um vibrante debate em relação a estes aspectos, onde podemos, à talhe de foice, distinguir três principais correntes, nomeadamente os *hiperglobalistas*<sup>13</sup>, os *cépticos* e os *transformistas*<sup>14</sup>

Para os *hiperglobalistas*, como Ohmae, a globalização contemporânea define a nova era em que, em todo o lado, os indivíduos estão sujeitos à disciplina do mercado global (1990; 1995). Pelo contrário, os *cépticos*, como Hirst e Thompson, argumentam que a globalização é essencialmente um *mito*<sup>15</sup> que faz passar a ideia de que vivemos num mundo cada vez mais harmonizado e numa ordem económica global, enquanto que na realidade este se encontra manifestamente dividido em três grandes capitalismo<sup>16</sup>: o Japonês, o Americano e o Europeu<sup>17</sup>. Finalmente, para os *transformistas*, capitaneados por Rosenau e Giddens, o actual protótipo da globalização contemporânea é historicamente único, de tal modo que os Estados e as sociedades de todo o Mundo estão experimentando mudanças profundas à medida que se vão adaptando à um Planeta cada vez mais incerto (Giddens:1990, 1996; Rosenau: 1997).

Curiosamente, nenhuma dessas três escolas teóricas oferece relação directa às posições das ideologias clássicas. Por outras palavras, é curioso observar que dentro dos *hiperglobalistas*, por exemplo, abordagens da ortodoxia neoliberal coabitam lado a lado com ideias da filosofia marxista, enquanto no campo dos *cépticos*, tanto os conservadores como os radicais partilham concepções e conclusões similares acerca da natureza da Globalização<sup>18</sup>, principalmente quanto aos seus fundamentos.

---

<sup>13</sup> Hyperglobalizers, the sceptics, and the transformationalists, em inglês.

<sup>14</sup> Vide Held & Mc Grew (2003:2). No fundo, cada uma dessas escolas representa uma distinta forma de abordar a globalização - uma tentativa de compreender e interpretar esse fenómeno - não apenas no âmbito social, económico e político, mas também nos domínios cultural, militar e emocional.

<sup>15</sup> Existem muitos autores, mormente brasileiros e o resto dos países latino-americanos que acreditam neste mito. Entre estes, destaca-se Otávio Iani que mais adiante teremos a ocasião de aludir.

<sup>16</sup> A propósito dessa divisão, vide Sousa Santos (2002:35).

<sup>17</sup> Vide Hirst e Thompson (2001: 123 *passim*)

<sup>18</sup> Parece-nos tortuoso devotar tempo para o esclarecimento dessas diferenças e similaridades. Todavia, afigura-se-nos deveras imperioso, dado que qualquer mal entendido nos remeterá à um mau entendimento do resto do trabalho. Importa de facto, destrinçarmos esses detalhes.

Além do mais, nenhuma das grandes tradições da pesquisa social – liberal, marxista e conservadora – possui uma perspectiva acertada sobre a globalização enquanto fenómeno social e económico. Dentre os marxistas, a globalização é concebida a partir de uma perspectiva muito incompreensível, como por exemplo, a ideia de que se trata da extensão do capitalismo monopolista: nova forma radical do capitalismo globalizado<sup>19</sup>.

Portanto, existe uma grande divergência de ideias e perspectivas, como aliás já teríamos dito, entre os *hiperglobalistas*, *cépticos* e *transformistas*, bem como convicções normativas, se bem que estejam de acordo e ao mesmo tempo espelhe os argumentos e conclusões das suas teorias. Dentre as principais diferenças, podemos mencionar as seguintes: *conceptualização*; *dinâmicas causais*; *consequências socioeconómicas*; *implicações para o poder de Estado*; e *trajectória histórica*.

A seguir tentaremos mostrar as principais diferenças e semelhanças existentes em cada uma das três escolas. Porém, não é nossa intenção esgotar o tema, mas apenas fornecer bases para a compreensão do que, na parte II tentaremos debater – o reajustamento estrutural e o papel das instituições na política económica moçambicana.

## 2.2. Os Hiperglobalistas

Para os *hiperglobalistas*, a globalização marca uma nova época da história humana, em que os tradicionais Estado-nação se tornaram obsoletos e assim ultrapassados (Ohmae, 1995:5). Tal perspectiva de globalização geralmente privilegia a lógica economicista e, na sua variante neoliberal, celebra a emergência de um único mercado global, e o princípio da competição global<sup>20</sup> como indicador do progresso humano. Os defensores dessa aceção argumentam que a globalização está a *desnacionalizar* as economias nacionais através do estabelecimento das redes transnacionais de produção, mercados e finanças.

Nessa economia sem fronteiras, os governos nacionais são relegados ao mimético papel de correias de transmissão do capital global ou, no máximo, como simples intermediários das instituições “engatados” entre os poderosos mecanismos de governação local, regional e

<sup>19</sup> Vide a propósito Samir Amin (1997).

<sup>20</sup> Cá em Moçambique, podemos encontrar ideias similares em Luísa Diogo (2002: 207 *passim*).

global<sup>21</sup>. Tal como afirmam, «as forças impessoais dos mercados globais são hoje em dia mais poderosos que os estados cuja última autoridade política sobre a sociedade e economia parece caber»<sup>22</sup>.

A este respeito, muitos hiperglobalistas partilham a convicção de que a globalização económica está construindo novas formas de organização social que estão a suplantar, ou no mínimo, que irão suplantar os papéis dos Estado-nação como principais unidades da ordem social e económica na sociedade mundial.

Dentro deste quadro analítico existe uma considerável divergência normativa entre, por um lado, os neoliberais, que acolhem o triunfo da autonomia individual e o princípio do mercado sobre o poder do Estado, e os radicais ou neomarxistas para quem a actual globalização representa o triunfo de um capitalismo global opressor<sup>23</sup>.

Todavia, apesar da divergência ideológica subjacente, existe um conjunto de ideias academicamente partilhadas de que a globalização é, antes de tudo, um fenómeno económico; de que um mundo cada vez mais economicamente integrado é uma realidade; de que os imperativos do capital global impõem uma disciplina económica de cariz neoliberal<sup>24</sup> em quase todos os governos e Estados, de tal forma que a política já não corresponde à *arte do possível*, mas sim à *prática das medidas económicas sensatas*<sup>25</sup>.

Ademais, os hiperglobalistas argumentam que a globalização económica está a gerar novos padrões e tipos de vencedores e vencidos dentro da economia global. Para estes, a *renitente* dicotomia Norte-Sul é tida como sendo anacrónica, dado que a nova divisão internacional do trabalho substitui o modelo *centro-periferia* por uma outra e mais complexa arquitectura do poder económico. Contra este cenário, os governos deverão *gerir as consequências sociais da*

---

<sup>21</sup> Um dos críticos mais ferrenhos dessa perspectiva é Sebastião Velasco e Cruz, da UNICAMP, Brasil. Para tal, vide, VELASCO e CRUZ (2005:3).

<sup>22</sup> Strange (1996: 4)

<sup>23</sup> Held & McGrew, op. cit, p.4.

<sup>24</sup> Mais a frente teremos a ocasião de discutir este conceito neoliberal.

<sup>25</sup> Do inglês, *sound economic management*.

*globalização* ou àqueles que, tendo sido deixados atrás, carecem de uma mão para poderem caminhar com os outros (Ohmae, 1995, p. 64).<sup>26</sup>

No seio dos principais fazedores da opinião pública internacional, existe uma certa aceitação à perspectiva de ver a globalização como uma *civilização* global, dada a sua característica principal: a de andar de mãos dadas aos princípios da democracia neoliberal, onde se faz *jus* aos princípios universais da organização social e económica, se bem que marcadamente influenciada por correntes neoliberais – civilização esta, também, repleta de seus mecanismos de governação, sejam eles dirigidos pelo FMI, sejam por uma outra qualquer entidade multilateral. Assim, para muitos neoliberais, a globalização é tida como veículo da verdadeira civilização global, enquanto para os radicais ela representa a própria civilização do mercado global (Gill, 1995<sup>27</sup>).

Partindo destas alegações e convicções partilhadas, os *hiperglobalistas* vêm na emergência e preeminência do mercado global, na hibridação de culturas, na emergência e preeminência das instituições globais de governação como evidências inquestionáveis de um nova ordem global radical – uma ordem que anuncia a demissão dos Estados-nação enquanto principais actores na cena política e económica nacional e internacional.

Pois, a economia nacional é cada vez mais um espaço de transacções e fluxos globais, contrariamente ao cenário anterior, em que os Estados-nação assumiam a centralidade da vida dos seus povos. A legitimidade dos Estados-nação está a ser posta em causa: os governos nacionais estão a tornar-se cada vez mais fracos e incapazes de controlar o que transpira dentro e fora das suas fronteiras, muito menos de cumprir com as mais elementares necessidades dos seus cidadãos (as funções tradicionais do Estado nacional).

Além do mais, as instituições de governação regional e global adquirem maior autonomia e papéis; a soberania e autonomia do Estado são de longe corroídas. Os poderes económico e político, à luz desta perspectiva hiperglobalista, estão se tornando cada vez mais

---

<sup>26</sup> É visível o papel subalternizante que essa escola pretende atribuir aos Estados. Sobre os novos papéis sociais do Estado vide SOUSA SANTOS, op. Cit.; p.42; SOUSA SANTOS (2004) A última referência pode ser acedida na Internet através do link: [www.antroposmoderno.com](http://www.antroposmoderno.com). Vide também IAN CLARK (1997:17)

<sup>27</sup> Não pretendemos esgotar os nomes dos autores neste pequeno trabalho, mas apenas salientar aqueles que melhor representam as escolas. Obviamente teremos a ocasião de, ao longo da presente dissertação, entrelaçá-los á um infundável debate, já no capítulo II desta dissertação.



desnacionalizados e difusos, de tal modo que os Estados-nação, por mais berrantes que sejam as suas reivindicações, estão se conformando e vinculados ao modelo de governação transnacional e de gestão económica global (Ohmae, 1995:149).

### 2.3. Os Cépticos

Por comparação, os cépticos, baseando-se em evidências estatísticas dos fluxos mundiais de mercados, investimento e mão-de-obra do século XIX, mantêm-se convictos na crença de que os actuais níveis de integração económica e social não têm precedentes. A globalização implica, necessariamente, um mundo perfeitamente integrado à nível global, onde impera a lei do *preço único*. A evidência histórica, porém, mostra os grandes níveis de internacionalização das principais economias do mundo (Hirst e Thompson, 2001).<sup>28</sup> Assentes na argumentação de que «a globalização constitui um mito», os cépticos acreditam também numa perspectiva meramente economicista, associando-a principalmente ao mercado global perfeitamente integrado nos seus variados domínios.

Ao contestarem os postulados de que (1) os níveis da globalização apenas dizem respeito a algumas nações e que (2) ela é actualmente menos globalmente activa que os períodos anteriores, os cépticos sentem-se assim, no livre direito de concluir que a extensão da globalização contemporânea é exagerada e inflamada, chegando, mesmo, a acusar os *hiperglobalistas* de serem ingénuos ao subestimarem o poder e papéis dos governos nacionais na regulação da actividade económica.

Para eles, ao contrário das aceções hiperglobalistas, actualmente o papel dos Estados nacionais é cada vez mais forte - ou pelo menos deveria ser - na regulação da actividade económica nacional e internacional (Hirst & Thompson, 2001:264). Pois, as evidências mostram que, ao invés de dispensá-los, a globalização precisa imprescindivelmente do poder do Estado para regulá-la e para que ela prossiga os seus objectivos.

Para muitos cépticos, se a actual globalização está a demonstrar algo, ela tem a ver com a crescente regionalização do mundo, ao contrário do que os *hiperglobalistas* advogam: uma crescente integração das economias à escala global. Esta regionalização ocorre dentro dos três

<sup>28</sup> Para a versão inglesa, HIRST & THOMPSON (1996).

blocos económicos anteriormente mencionados, com os EUA na dianteira. (Ruigrok e Tulder:1995; Boyer e Drache:1996; Hirst e Thompson:2001)<sup>29</sup>.

Ao compararem com a era do *ouro-padrão*, os cépticos vão mais longe ao afirmarem que a economia mundial é hoje menos integrada que antes. Para eles, a globalização e regionalização são concebidas como duas tendências contraditórias. Tal como Gordon e Weiss, concluem «em comparação com a era dos impérios, a economia internacional está se tornando cada vez menos global e geograficamente comprimida e embaraçada»<sup>30</sup>. Não obstante, os cépticos tendem também subestimar o papel da internacionalização, que prefigura a emergência de uma nova era, onde o Estado é menos centralizador ao longo da sua actividade política e económica no contexto nacional e internacional.

Longe de considerar que os governos nacionais estão se tornando menos poderosos, estes vêm o contrário: como estando a alargar cada vez mais o seu poder interventivo na regulação da economia internacional. Para eles, «governos não constituem vítimas passivas da internacionalização, mas sim seus primeiros e principais arquitectos». Com efeito, Gilpin considera a internacionalização como o subproduto da iniciativa norte americana (leia-se EUA) de ordem multilateral, como consequência directa do fim da II Guerra Mundial, responsável pela criação da liberalização das economias (Gilpin, 1987)<sup>31</sup>.

Partindo de uma outra perspectiva diferente, Callinicos e outros explicam que a recente intensificação do investimento externo, bem como do comércio global, representam a nova fase do imperialismo ocidental em que os governos nacionais, como agentes do capital monopolista, estão profundamente implicados (Callinicos et al.: 1994).

---

<sup>29</sup> Eis que chegamos à um dilema! Temos vindo a referir com relativa redundância a Boaventura de Sousa Santos e o seu artigo sobre os processos de globalização. Todavia, importa recordarmos que o alerta já tinha sido lançado e aqui voltamos a repetir: existem autores que não são metódicos nem consistentes na sua abordagem, talvez se trate pelo facto de não serem estudiosos nesses campos. Sousa Santos ilustra melhor a confusão que existe dentro dos cientistas sociais. Em Boaventura de Sousa Santos encontrarão tudo o que as três escolas aqui apontadas alegam, não se percebendo bem a ideia do próprio autor do texto. Para o efeito vide Boaventura de Sousa Santos (2002). Os processos da globalização. In: SAOUSA SANTOS (dir.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. 2.ª Ed. Porto: Afrontamento, p.31-111.

<sup>30</sup> Cf. Gordon, 1988; Weiss, 1998.

<sup>31</sup> Este pensamento pode ser também visto no mais recente livro de Michael Chossudovsky (1997) intitulado *The Globalization of Poverty: impacts of IMF and World Bank reform*. London: Zed Books. A versão portuguesa já está disponível desde Abril do presente ano, mas infelizmente o autor não teve acesso. Para leituras posteriores vide Saskia Sassen (1994). *Cities in a World economy*; Thousand Oaks: Pine Forge Press.

Contudo, apesar das diferenças nas abordagens e na ênfase, existe uma convergência de opinião dentro do campo dos cépticos, a de que independentemente das forças motoras que regem os processos da globalização, a internacionalização não foi e nem está a ser acompanhada pela erosão das desigualdades Norte-Sul, mas sim, pela crescente marginalização da grande parte dos países do Terceiro Mundo, na medida em que os fluxos comerciais, de mão-de-obra e do investimento fluem apenas no seio dos países do Norte, em detrimento do resto do globo (Hirst e Thompson, 2001)<sup>32</sup>.

Além do mais, Krugman questiona a crença popular de que a divisão internacional de trabalho está emergindo e que a desindustrialização do Norte está transferindo mão-de-obra para a periferia (Sul) (Krugman:1996). Da mesma forma, Ruigrok e Tulder, bem como Thompson e Allen procuram destruir o *mito* do “global corporation<sup>33</sup>”, sublinhando o facto de que os fluxos de investimento estrangeiros estão concentrados nos Estados capitalistas mais avançados, e que grande parte das multinacionais circunscreve-se no raio territorial das suas terras-mãe, ou seja, permanece distribuída dentro do território de origem (Ruigrok e Tulder:1995; Thompson e Allen:1997).

Da mesma forma, os cépticos são avessos à ideia de que a crescente internacionalização está a trazer profundas reestruturações no seio da economia global. A propósito deste tema, a posição dos cépticos é o reconhecimento dos profundos e enraizados padrões de desigualdade hierarquizados na economia mundial, que em termos estruturais apenas mudou marginalmente ao longo do século passado.<sup>34</sup>

Tais desigualdades, do seu ponto de vista, contribuem para o avanço tanto do fundamentalismo religioso como do nacionalismo agressivo, de tal forma que em vez de testemunharmos a emergência da *civilização global*<sup>35</sup>, como os *hiperglobalistas* prefiguram, o mundo está cada vez mais fragmentado em blocos civilizacionais e culturais bem como em

---

<sup>32</sup> Esta perspectiva converge um pouco com a da teoria da dependência. Sobre ela, falaremos mais adiante mas para já recomendaria o recente livro de Elísio Macamo (2005) entitulado *Abecedário da Nossa Dependência* que saiu pela chancela da Ndjira ainda neste ano.

<sup>33</sup> Preferimos manter o termo na sua língua original, por nos faltarem termos apropriados.

<sup>34</sup> HELD (2003:6).

<sup>35</sup> Conceito que os Hiperglobalistas gostam de usar.

encavales étnicos (Huntington, 1996)<sup>36</sup>. Assim, a noção de *cultura global* bem como da *homogeneização* das culturas não passam de meros mitos. Ademais, o agravamento das desigualdades, o *realpolitik* à nível das relações internacionais bem como o “choque das civilizações” expõem a natureza ilusória da chamada “governança global” de tal modo que o Mundo permanece, tal como tem acontecido ao longo dos séculos passados, vítima da saga ocidental.

Neste sentido, os cépticos tendem a conceber a governança global e a internacionalização das economias como meros projectos ocidentais, cujo interesse primordial consiste na manutenção da supremacia ocidental. Tal como Carr, algum dia, observou: «ordem internacional e solidariedade internacional permanecerão sempre slogans daqueles que sempre se sentiram suficientemente fortes para imporem-nas aos outros» (1981:87).

No geral, os cépticos discordam com todos os argumentos hiperglobalistas, apontando para as comparações com os altos níveis de interdependência, bem como o maior alcance geográfico da economia mundial no início do século XX. Eles rejeitam o *mito popular* de que o poder dos governos nacionais esteja a ser cada vez menor devido a crescente internacionalização da economia e da governança global (Krasner:1993, 1995).

Outros ainda acusam de se tratar de mais um discurso politicamente correcto para encobrir artimanhas neoliberais (Hirst:2001). Weiss, Scharpf e Armingeon, dentre outros, argumentam que as evidências disponíveis contradizem a crença popular da existência da convergência macroeconómica e políticas e de bem-estar ao longo do globo (Weiss:1998; Scharpf:1991; Armingeon:1997).

---

<sup>36</sup> A versão portuguesa foi reeditada em 2001 pela chancela da Grádiva, Portugal. Nós usamos ambas versões, tanto a inglesa como a portuguesa. Todavia manteremos a menção das páginas tendo em conta a segunda edição do livro em Português.

## 2.4. Os Transformistas

No topo da tese dos transformistas está a convicção de que, na aurora do novo milénio, a globalização constitui a força motriz que dirige as rápidas mudanças sociais, económicas e políticas (Giddens:1990; Scholte:1993; Castells:1996). Segundo os proponentes desta visão, os processos da globalização contemporânea são historicamente *improcedentes*<sup>37</sup>, de tal forma que os governos e sociedades do mundo tendem a ajustar-se a um mundo que já não possui claras distinções entre a esfera nacional e internacional; o doméstico e externo, relações nacionais e internacionais, etc. (Rosenau:1990; Camilleri e Falk:1992; Ruggie:1993; Linklater e MacMillan:1995; Sassen:1996).

Para Rosenau, o crescimento de assuntos “intersistémicos” define a “nova fronteira”, a expansão do espaço político, económico e social, onde o destino das sociedades e comunidades é decidido (1997:4-5). A este respeito, os processos da globalização são concebidos como uma forte força transformadora que é responsável pela massiva movimentação e “abanão”<sup>38</sup> das sociedades, economias, instituições de governação bem como da ordem global (Giddens:1996).

Na abordagem *transformista*, o sentido desse *abanão* é todavia incerto, visto que os processos da globalização são concebidos como essencialmente um processo histórico contingente, repleto de contradições (Mann:1997). No ponto está a ideia de um conceito aberto, dinâmico e, assim, inacabado.

Se comparamos com as abordagens cépticas e hiperglobalistas, os transformistas não estão tampouco preocupados com a futura trajectória dos processos da globalização e nem procuram avaliar o presente em relação a algumas ideias-tipo e clichés, como “mundo globalizado”, “mercado global”, “civilização global”. Pelo contrário, os transformistas procuram enfatizar os processos da globalização como sendo um processo histórico de longa duração, prenhe de contradições e que está significativamente a ser moldado por factores conjunturais jamais antes vistos e presenciados no mundo em que vivemos.

---

<sup>37</sup> Não têm precedentes.

<sup>38</sup> Do inglês, *shake out*.

Tal cautela, em relação ao futuro exacto dos processos da globalização, nasce da convicção de que os padrões actuais dos fluxos migratórios, económicos, ecológicos, políticos, militares e tecnológicos são historicamente *improcedentes*. Tal como Nierop (1994:171) sentencia: “virtualmente, grande parte de países do mundo, senão todos, são hoje em dia parte de um maior sistema global no que toca a um ou mais aspectos”. Mas a existência de um sistema global único não é relacionado à emergência de um sistema de convergência global, muito menos ao aparecimento de uma única sociedade (a global, na perspectiva dos hiperglobalistas).

Pelo contrário, para os transformistas, a globalização está associada a novas formas da estratificação, em que alguns Estados, sociedades e comunidades estão se tornando cada vez mais integrados na ordem global, enquanto que outros se tornam gradativamente marginalizados. Está aqui o reconhecimento de duas realidades, senão mesmo várias, que os processos da globalização criam, mas de difícil sustentabilidade.

A configuração das novas relações globais de poder, tidas como estando a cristalizar-se na relação Norte-Sul, está neste momento a dar lugar a uma outra, em que “à cada sul, o seu norte e vice versa”, só para usarmos os termos de Maria Ioannis Baganha<sup>39</sup> (2002:135<sup>40</sup>). Falar da relação Norte-Sul, Este-Oeste, Primeiro e Terceiro Mundos, é subestimar as formas pelas quais a globalização transformou os modelos tradicionais de exclusão e inclusão entre países, cidades ou mesmo sociedades do mesmo país, habitantes do mesmo bairro. A globalização redefiniu por completo o modelo tradicional de ver e avaliar a pobreza, dado que esta coabita ao lado de tanta fartura, se bem que de facto existam espaços manifestamente propensos à essas mazelas.

A redefinição dos novos instrumentos de análise social está ligada à ideia da crescente desterritorialização da actividade económica, como a produção e finanças, que têm crescentemente adquirido a dimensão transnacional e global.

Para Castells e Ruggie, as economias nacionais estão sendo alvas de uma reorganização pelos processos da globalização económica, de tal forma que o espaço económico nacional não mais coincide com as fronteiras territoriais (Castells:1996; Ruggie:1996). Nesta economia

<sup>39</sup> BAGANHA, Maria Ioannis (2002). «A cada sul o seu norte. Dinâmicas migratórias em Portugal». In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (dir.). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. 2.ed. Porto: Afrontamento.

<sup>40</sup> Para leituras mais aprofundadas, vide Hoogvelt, 1997.

globalizante, os sistemas de transacção e de produção, e de trocas e finanças entrelaçam-se mutuamente de uma forma jamais vista, ligando pessoas, bens e comunidades distantes<sup>41</sup>. No fundo do argumento dos transformistas, está a convicção de que os processos de globalização estão a reconfigurar os poderes, funções e autoridades nacionais, supranacionais bem como governos e agências de cooperação multilateral.

Ao não discutir o papel crucial do Estado em assuntos internos de cada nação, os transformistas argumentam que este poder, porém, se encontra justaposto aos vários níveis da governação internacional<sup>42</sup>, donde emanam tanto os constrangimentos como obrigações no cumprimento das metas, medidas e recomendações, facto a que Rosenau chama de *interdependência em cascata*. Todavia, nessa interdependência, a soberania nacional permanece inquestionável, intacta e inabalada.

Ademais, um outro elemento não menos importante tem a ver com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e de transporte; novas formas de organização social e económica que, de um trago, transcenderam as fronteiras nacionais sem nenhuma consequente diminuição de eficiência nem de controlo. Isto faz com que a moderna instituição de território apareça justaposta à organização transnacional em aspectos concernentes a organização económica, social e política.<sup>43</sup> (Sandel: 1996).

Neste contexto, **globalização** seria associada à **transformação** ou nas palavras de Ruggie, “um diálogo rolante” entre soberania, territorialidade e poder de estado (Ruggie:1993; Sassen:1996). De facto, os Estados nunca exerceram poder absoluto dentro das suas fronteiras, dado que a prática de imunidade diplomática é ressalvada (Sassen: 1996).

Ao argumentar que os processos da globalização estão transformando ou reconfigurando os poderes e autoridades nacionais, os transformistas rejeitam, de uma vez, a teoria *hiperglobalista* do fim das soberanias, bem como a retórica dos *cépticos* sobre a “imutabilidade” dos papéis e poderes do Estado desde o antanho até aos nossos dias.

<sup>41</sup> O exemplo da soruma de Nhamatanda e das facturas da Cimentos de Moçambique podem melhor espelhar essa realidade.

<sup>42</sup> O exemplo não podia ser melhor: O governo moçambicano possui um conjunto de compromissos de desenvolvimento assumidos ao nível internacional. E esses compromissos são escrutinados periodicamente. Só para dar alguns exemplos, temos os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, o plano de Acção do NEPAD e o RISDP da SADC.

<sup>43</sup> E para os países pobres a coisa piora, chegando a parecer um aluguer de país pelas instituições “doadoras”.

Pelo contrário, eles declaram que o novo regime de soberania do Estado está a suplantar as concepções clássicas do poder do Estado, entanto que uma instituição absoluta, una e indivisível na sua acção (Held:1991; Held e McGrew:2003; Held:2004; Held e Hirst:2005). Isto não significa que as fronteiras territoriais não permaneçam guarnecidas nem pelo contrário se afigurem apenas diplomáticas e sem função política e social, mas sim, que o reconhecimento de que os actuais territórios nacionais são ao mesmo tempo espaços de intensa actividade económica da nossa contemporaneidade, tornando-se assim alvos de disputas e conflito de interesses entre os diferentes actores.

Sumariamente, podemos verificar que existem de facto perspectivas difusas de ver os processos da globalização. Cada perspectiva reflecte a forma como os cientistas sociais e economistas pretendem ver moldado o mundo nas suas relações diárias com a economia, pobreza, política e com as instituições. Todavia, afigura-se-nos premente a necessidade de vincarmos a nossa simpatia com a última abordagem, dado ser a que melhor explica a complexidade do fenómeno.

Os cépticos e hiperglobalistas, como aliás já se fez menção, assumem posições extremistas, facto que dificulta a observação e análise desapassionadas. Outro facto tem a ver com a perspectiva global e dinâmica que a abordagem transformista representa, reconhecendo o papel que os vários actores desempenham neste mundo pós-moderno. A tabela abaixo pretende espelhar de uma forma sumária e num ápice, aquilo que acabamos de expor neste pequeno capítulo<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Adaptado do McGrew e Held, 2003:10.



## Caixa 1: Diferenças entre Hiperglobalistas, Cépticos e Transformistas

Escolas	Hiperglobalistas	Cépticos	Transformistas
O que há de novo	Uma era global	Blocos Comerciais, fraca governação em relação a períodos anteriores	Fortes conexões globais e sem precedentes na história da humanidade
Características dominantes	Capitalismo global, sociedade civil global, governação global	Mundo menos interdependente do que o dos anos 1890.	Globalização intensiva e extensiva. Massificação dos processos de integração e transformação
Poder Nacional	Declinando e Corroendo-se	Reforçado ou Fortificado	Reconstituído ou reestruturado
Forças motrizes da globalização	Capitalismo e tecnologia	Mercados e Estados	Forças combinadas da modernidade.
Padrões de estratificação	Erosão da velha hierarquia	Aumento da pobreza do Sul. Marginalização do Sul e riqueza no Norte	Nova arquitectura da ordem mundial
Motivos dominantes	Mc Donalds, Madona, etc.	Interesse nacional	Transformação da comunidade política e económica
Conceptualização	O reordenamento do quadro da acção humana	Internacionalização e regionalização	Reorientação das relações inter-regionais e acções à distância
Trajectória histórica	Civilização global	Blocos regionais/choques civilizacionais	Intermédio: integração global e fragmentação
Sumário do argumento	O fim do Estado-nação	Internacionalização depende do poder do Estado bem como da sua vontade	A globalização transforma o poder do Estado e a política mundial

Fonte: McGrew, Anthony; Held, David (2003:10)

## 2.5. O «Consenso de Washington»: História e natureza ao longo da sua evolução

Nesta secção iremos discutir o significado da expressão *Consenso de Washington*, cunhado do inglês, *Washington Consensus*, aliás, uma palavra que se tornou famosa nos anos 90 e, quiçá, até aos nossos dias. Tentaremos traçar o seu historial, apontando as suas principais fases de interpretação, desde a sua forma original.

Para nós, o Consenso de Washington foi um conjunto de medidas de correcção macro económica proposto por John Williamson em 1989, mas que antes já fazia parte de um receituário das principais instituições multilaterais como o Banco Mundial e FMI, aliás, como mais a frente provaremos. Todavia, para além desse conjunto de *medidas de choque* propostas aos países da América Latina<sup>45</sup>, Williamson reconhece que não se tratavam de *dogmas*<sup>46</sup>, muito menos de regras mágicas “implementáveis” a todos países, mas sim, um conjunto de sugestões que deveriam ser contextualizadas de acordo com a realidade de cada país<sup>47</sup>.

Assim, é também importante referir que o documento inicial não se tratava de uma *cartilha*, mas sim de um quadro de referência para os países da América Latina, distribuído aos principais economistas destes países aquando das imediações da Conferência organizada pelo Instituto para a Economia Internacional sobre o desempenho das economias da América Latina desde os anos 50, altura em que esta franja continental se debatia com problemas económicos graves.

Neste contexto, para o autor, o Consenso de Washington significava um conjunto de propostas que poderiam granjear *consenso* no seio das principais hostes do poder sediado em

---

<sup>45</sup> Na altura em grave crise financeira, mormente a Argentina, Bolívia e outros.

<sup>46</sup> Boaventura de Sousa Santos faz uma reflexão extremamente minuciosa, senão mesmo complexa, e labirintica do termo *Consenso de Washington*. Chega até a chamá-lo de tratado entre os principais Estados centrais assinado em Washington em meados da década de 80; tratado este composto por 4 medidas donde emanam mais 4 totalizando 8. Ao que se sabe por hora, e baseando-nos nas palavras do autor do documento, são de facto 10 as propostas. Portanto, mais à frente tentaremos compreender a razão por que o conceito é difusamente interpretado e de como esse facto pode erradamente influir no julgamento das ideias e propostas. Para ver a versão de Boaventura de Sousa Santos vide SOUSA SANTOS, 2002:33-35.

<sup>47</sup> Williamson (b), 2004:2-5; ver também Williamson (a) 2004:6; Naím, 2000:88

Washington, nomeadamente a Tesouraria do Estado norte americano, o FMI, o Banco Mundial, o Congresso norte americano, etc.<sup>48</sup>.

A pertinência do estudo deste conceito tem a ver com a necessidade de dar a conhecer (1) o verdadeiro sentido do termo, de modo a esclarecermos a racionalidade da nossa escolha e assim prevenirmos interpretações difusas; (2) propor uma periodização do conceito e sua relação com os processos da globalização, dado haver uma confusão na interpretação deste conceito, aludindo-o amiúde à própria globalização; e (3) ajudar a esclarecer ainda mais os contornos da globalização na sua vertente funcional, mas principalmente nas relações de poder e força entre os Estados e Instituições Financeiras Multilaterais (FMI e Banco Mundial).

### 2.5.1. A origem do Consenso de Washington

Já teríamos referido que a expressão *Consenso de Washington* foi descrita por John Williamson há cerca de 16 anos. Consistia num conjunto de propostas económicas que o autor acreditava serem ideais para a solução da crise económica que se abatia sobre os países da América Latina na década de 1980<sup>49</sup>. Tais países estavam, então, à procura de uma agenda que lhes permitisse deixar para trás a *década perdida de 80* e retomar o caminho do crescimento económico. Esse conjunto de medidas consistia em dez pontos:

- a) Disciplina fiscal;
- b) Reorientação dos gastos públicos;
- c) Reforma tributária;
- d) Liberalização financeira;
- e) Taxas de câmbio unificadas;
- f) Taxas de câmbio competitivas;
- g) Liberalização do comércio;
- h) Abertura para o financiamento externo directo;
- i) Privatização;
- j) Desregulamentação<sup>50</sup>.

<sup>48</sup> Ibid., p.1

<sup>49</sup> Portanto, façamos a primeira negação: O Consenso de Washington não consistia numa prescrição para o desenvolvimento, antes pelo contrário, propostas para solução, da mesma forma que poderiam parecer outras na altura, como aliás acabaram por aparecer.

<sup>50</sup> Rodrik: 2002; Williamson (a e b) 2004; Naim: 2002.

Na época, em poucos anos, diversos países (Brasil, Argentina, Bolívia, Peru e Nicarágua) tinham passado ou estavam passando por experiências que lidavam com a hiper inflação - quando não eram abertamente hiper inflacionárias - e apresentavam défices públicos extremamente elevados para os padrões internacionais. Além disso, os graus de protecção das suas economias eram também muito altos e os respectivos coeficientes de importação, muito modestos, particularmente no caso brasileiro<sup>51</sup>.

Segundo a explicação de Williamson, cada medida proposta pretendia alcançar um determinado fim tendente à solução daquela situação urgente. Daí as medidas terem soado à *la choque*. Assim, e por exemplo, no caso do gasto público, após os diversos governos militares, que tinham marcado muitos dos países da região, advogava-se uma reorientação do gasto em favor dos sectores ditos “sociais”, como a saúde e a educação, proposição que dificilmente encontraria oposição nos poderes políticos daquela região.

A reforma tributária, nos termos da discussão da época, era vista como uma forma de elevar a carga tributária, julgada insuficiente em diversos países, face às necessidades de ajustamento fiscal; bem como simplificar a estrutura de arrecadação, tendo em vista sua complexidade, entendida como um factor que induziria a evasão fiscal<sup>52</sup>.

A liberalização financeira<sup>53</sup> era defendida como contraponto ao sistema que vigorava em muitos países, de empréstimos a taxas favorecidas e subsidiadas para sectores e ou empresas específicas, empréstimos esses que causariam distorções pela possibilidade de serem dirigidos aos amigos do governante no poder, o que propiciaria favorecimentos e irregularidades, de triste memória no passado latino-americano.

Da mesma forma a unificação cambial visava evitar a existência de um sistema de câmbio baseado em taxas múltiplas como aliás acontecia no mesmo período em Moçambique, através do estabelecimento de uma taxa única e correcta, isto é, estabelecida em níveis “de mercado”, e não com uma quotação artificial, que tantos problemas de balanço de pagamentos tinham criado no passado.

<sup>51</sup> Giambiagi e Almeida (2003:10).

<sup>52</sup> Ibid., p. 10.

<sup>53</sup> Nos termos propostos pelo autor, tal medida era de carácter transitório. Vide Naim, 2000:94-95.

E a liberalização comercial visava reduzir o grau de protecção existente e que garantia reservas de mercado que permitiam a produtores locais se apropriarem de ganhos extraordinários decorrentes da diferenciação entre os preços domésticos e internacionais.

Assim, o financiamento externo directo era proposto como um meio de obtenção de poupança externa que fosse isenta dos problemas potenciais associados à possibilidade de ausência de renovação de empréstimos internacionais, como os que tinham se verificado anos antes e que geraram a “crise da dívida” dos anos 80.

Quanto à privatização, a ideia era de fazer com que o Estado não assumisse o que não podia fazer, principalmente quanto às condições fiscais de implementar os programas de investimento de que as empresas, então estatais, precisavam, ao mesmo tempo, de melhorar a gestão das empresas que fossem vendidas ao sector privado.

No tocante à desregulamentação<sup>54</sup> de modo a estimular os negócios em geral, visto que a *regulamentação excessiva*<sup>55</sup> era entendida como um obstáculo para o desenvolvimento da actividade económica e o desenvolvimento. Naturalmente, algumas dessas proposições, mormente, as ligadas à liberalização comercial e à privatização, são mais polémicas e menos consensuais do que outras<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Sobre a liberalização financeira vide Stiglitz: 1998; 2002; 2003; 2004. Importa fazer menção à essa figura, que muito se bateu pelas más políticas macro económicas do FMI incutidas aos países em vias de desenvolvimento. Na sua palestra em 1998 criticou o FMI por fazer da liberalização, cortes nos gastos aos sectores públicos e da desregulação elementos incondicionais para que os países se beneficiassem dos seus programas de ajuda financeira, factores que em larga medida lesam os interesses nacionais, bem como o último objectivos do mesmo FMI que é acabarem com a pobreza.

Em 2002 num livro designado *Globalização e seus malefícios*, Stiglitz volta a defender o papel reforçado do Estado em assuntos económicos, principalmente porque esses PVDs não seriam capazes de por si só se guiarem pelas forças de mercado sob o risco de se verem frustrados os objectivos a longo prazo. Em 2003, num outro livro, *Roaring Nineties*, Stiglitz dá mostras claras de como um Estado como os EUA que aconselham aos Estados dos PVD a se distanciarem da economia, dando mais espaço ao sector privado, interveio na economia aquando da tentativa da privatização de todo o sistema de segurança social bem como na subvenção à fabrica de automóveis já à beira da falência, a GMC. Os artigos deste Nobel em economia 2002 são em suma críticos ao neoliberalismo elevado ao extremo, personificado desta forma pelo FMI.

<sup>55</sup> Note-se, regulamentação excessiva, que é mal para tudo porque obstaculiza o espírito de iniciativa individual.

<sup>56</sup> O próprio autor do *Consenso* reconhece esse facto. Vide o seu discurso de 2005 intitulado: *a short history of the Washington Consensus*. P.4.

### 2.5.2. Da ideia às interpretações

Dentre os vários *pecados* atribuídos ao Consenso de Washington estariam o da globalização financeira e o da abertura bancária “irresponsável”<sup>57</sup>, para além das políticas contraccionistas ou francamente recessivas preconizadas pelo FMI em casos de ajustes por problemas de balança de pagamentos. Essas críticas são, a nosso ver, inadequadas, na medida em que o Consenso não se ocupa da questão e o *receituário* do FMI deve muito pouco a essas regras<sup>58</sup>.

A verdade, porém, é que as recomendações de política económica, essas ditas do Consenso de Washington, emergiram gradualmente em Washington depois de uma década inteira de crise financeira externa, de baixo crescimento e de falência generalizada dos instrumentos ligados à gestão *normal* das políticas económicas nos países da América Latina, no decorrer dos anos 80.

O Consenso de Washington pode ser visto, nessa perspectiva, como uma tentativa de resposta racional, por economistas da própria região ou estudiosos dela, a diferentes problemas de gestão e de orientação económicas, com o objectivo de superar a situação de crise e de permitir o retorno a um crescimento mais estável.

Uma outra interpretação, principalmente no plano mundial e em particular nas regiões terçeiromundistas, o Consenso de Washington tem sido considerado com um outro nome, o de “neoliberalismo”<sup>59</sup>: o liberalismo dos mercados globais e das políticas de livre-comércio, que nada mais seria do que o velho capitalismo elevado à condição de *dogma*<sup>60</sup>.

Ora, o Consenso de Washington, como um modelo relativamente bem sucedido – ou seja, susceptível de se transformar em paradigma temporário<sup>61</sup> –, nada mais é do que uma sistematização de um conjunto de práticas formuladas *a posteriori* – como sempre ocorre com qualquer tipologia que *faz carreira* –, apresentadas com algum grau de sofisticação e

<sup>57</sup> Stiglitz (2002; 2003)

<sup>58</sup> Aqui podemos encontrar duas vertentes interpretativas: uma a que defende a existência de uma ligação estreita entre as dez principais propostas de Williamson ao *receituário* das Instituições como o FMI e Banco Mundial. Vide a propósito Abrahamsson e Nilsson (1994; 1995) Abrahamsson (2001); Hanlon (1991; 1995). Sobre os detalhes a cerca do Consenso de Washington original bem como da sua interpretação, vide Williamson (2004 a e b)

<sup>59</sup> Esse será o próximo conceito que debateremos.

<sup>60</sup> Essa corrente é maioritariamente advogada pelos cépticos e hiperglobalistas, dentre os quais os da ideologia neo-marxista.

<sup>61</sup> E nesse caso dominante

formalização teóricas e elaboradas, por sua vez, a partir das experiências de crise e de *renascimento* de alguns poucos países latino-americanos. Esses países empreenderam uma série de reformas a partir de crises paralelas – mas não coincidentes<sup>62</sup>.

Como toda tipologia, as regras do Consenso oferecem um certo grau de generalidade instrumental e de abstracção histórica em relação a possíveis casos concretos que não podem, portanto, ser tomados como estereótipos automáticos a partir do modelo original.

As crises são atribuídas, pelos críticos do Consenso de Washington, à chamada “globalização financeira”, que aliás não constitui, nem de longe, uma prescrição de política económica derivada dessas regras. O que John Williamson preconizava, em 1989, era uma abolição das barreiras que impediam o ingresso mais activo do investimento directo externo, não a internacionalização do sistema financeiro e a desnacionalização do sector bancário. Mesmo a recomendada liberalização das importações vinha acoplada à exigência de manutenção de taxas de câmbio competitivas para assegurar o crescimento concomitante das exportações<sup>63</sup>.

Outra recomendação feita se referia à abolição das regulamentações que dificultavam a entrada de novas empresas ou restringiam a competição, mas essa regra se aplica mais aos mercados de bens e de trabalho do que aos mercados financeiros, expressamente não contemplados naquele primeiro conjunto de regras – a não ser pela eventual incidência de bancos estatais que, sim, poderiam ser privatizados.

Ainda que a globalização financeira não faça parte, repetimos, das regras do Consenso de Washington, cabe talvez mencionar o papel desse factor no processo de crises dos anos 90 e início do século XXI, já que ele se situa no centro do debate mundial *contra* a globalização e as supostas regras dos *gurus* do Institute for International Economics.

Os factos recentes indicam que países mais integrados financeiramente no sistema económico mundial são mais susceptíveis de alcançar patamares mais altos de crescimento e de expansão da renda *per capita*, mas também podem estar mais sujeitos a crises ou processos de

<sup>62</sup> Desmanchadas na década de 80. Cf. Dani Rodrik (2002:279)

<sup>63</sup> Aqui surge o problema das fontes. A maioria dos autores faz uma referência automática ao que os outros autores escreveram, sem contudo, irem às fontes primárias. Porém, nós fomos à fonte principal, autora das ideias e encontramos interpretações completamente diferentes das veiculadas. A propósito, vide John Williamson (2004). *A short story of the Washington Consensus*. Barcelona: Fundación CIDOB; Williamson (2004). *The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*. Institute for International Economics.

instabilidade. Ou seja, eles podem beneficiar-se com a competição ampliada pela abertura financeira e desregulação dos mercados de capitais, mas correm risco proporcional de enfrentar crises ou processos de instabilidade bancária e cambial.

O bónus está geralmente associado a políticas adequadas de supervisão, o que significa um reforço das instituições regulatórias. Em outros termos, os mesmos aspectos, eventualmente negativos da globalização financeira, não apenas não estavam contemplados no *decálogo* original do Consenso de Washington, como são, ao contrário, susceptíveis de ser contemplados pela segunda geração de reformas preconizada por Kuczynski e Williamson (2003).

Examinado, portanto, o debate mundial em torno das regras do Consenso de Washington, com lentes bem mais focadas do que as dos antiglobalizadores, novos e tradicionais, essas regras aparecem como sensatas no plano das políticas cambial, monetária e financeira, passando longe da suposta desregulação, da abertura financeira indiscriminada, da dolarização ou da rigidez cambial imaginadas pela comunicação social internacional e proclamadas de forma equivocada por alguns críticos académicos.

Em outras palavras, talvez a melhor forma de tratar o Consenso de Washington seja como um caminho a partir do qual as possibilidades se bifurcam, sendo uma corrente aquela que postula que, dado o Consenso, o mercado se encarrega de gerar um resultado socialmente satisfatório, e outra a que defende que é necessário adoptar políticas específicas, sem as quais a economia ainda estará distante do ponto “óptimo de Pareto<sup>64</sup>”.

Essa forma de encarar a abordagem de Williamson, porém, é completamente diferente de postular que há um caminho inteiramente diverso em relação ao proposto pelo Consenso de Washington. A crença de que haveria uma “matriz de pensamento” oriunda do exterior, denominada “Consenso de Washington”, responsável pelos problemas da América Latina nos últimos 15 anos, deve ser vigorosamente desmistificada.

Em primeiro lugar, pelo fato de que o citado Consenso nada mais é do que um conjunto de proposições que, em sua grande maioria, deveriam constituir a base de qualquer política que

---

<sup>64</sup> Transformistas e num certo grau de incidência, os Cépticos quanto ao papel do Estado nas economias nacionais.



se pretenda sensata, como é o caso da disciplina fiscal, da reorientação do gasto público em favor dos sectores sociais, da receptividade ao capital estrangeiro de longo prazo etc., ficando a área de controvérsia razoável desse conjunto de prescrições limitada ao grau adequado de intervenção do Estado na economia e de abertura comercial.

Em segundo lugar, porque o melhor desempenho macro-económico na América Latina, desde 1990, foi obtido exactamente pelos países que seguiram mais de perto o receituário supostamente condenável<sup>65</sup>.

Em terceiro, porque a situação da América Latina, antes da vigência do Consenso de Washington, fora marcada por uma década de 80 de péssimo desempenho, com altíssima inflação e queda da renda *per capita* em diversos países, incluindo os daquela região.

Por fim, porque se atribui a supostos erros desse Consenso a responsabilidade por políticas que, a rigor, constituíram uma violação flagrante do espírito dos princípios enunciados por Williamson no seu artigo de 1989. Esse foi o caso da prodigalidade fiscal da Argentina na época da convertibilidade ou do expansionismo, do mesmo teor do primeiro governo de Fernando Henrique, quando o sector público teve déficit primário e o déficit total do sector público atingiu 7% do PIB, o que estava nos antipodas da disciplina fiscal pregada nos termos do Consenso de Washington<sup>66</sup>.

Em resumo, a mensagem de um crítico como Rodrik<sup>67</sup> acerca do papel do FMI nas crises internacionais do final dos anos 90, de que deve haver espaço para a adopção de adaptações internas que possam variar conforme as especificidades de cada país, pode ser aceite, da mesma forma que sua mensagem em favor de “um papel pró-activo do Estado e da sociedade civil, bem como de estratégias de colaboração que estimulem a iniciativa empresarial e a construção de instituições”. Nada disso, porém, implica abandonar a maioria dos pontos enunciados na anterior que caracterizaram o Consenso de Washington, em particular, o apego à disciplina fiscal.

---

<sup>65</sup> Isto quer dizer contextualizar as medidas económicas de acordo com a realidade de cada país. Na verdade, nem todas as medidas propostas por Williamson deveriam ser adoptadas *in toto*, facto que vai de encontro com a linha de pensamento de Stiglitz.

<sup>66</sup> Giambiagi e Almeida (2003:31).

<sup>67</sup> Após o Neoliberalismo, o quê? P.281

Chegados a este ponto, importa salientarmos três pontos: Primeiro, de que o consenso de Washington não passou de um conjunto de prescrições macro económicas tendentes a superar uma crise financeira que ocorria na América Latina. Segundo, que este consenso mais tinha como objectivo influenciar, como o próprio mentor confirma, as principais instâncias políticas e económicas dos EUA e o Banco Mundial e FMI. Terceiro, de que essas medidas, apesar de exógenas, continham algum *quê* de racionalidade científica.

Todavia, três aspectos jogaram para a sua mal interpretação e assim, a diabolização: a apropriação dessas políticas pelas principais instituições de cooperação multilateral, nomeadamente o FMI e Banco Mundial e o seu conseqüente desvio, dotando-as de um cunho dogmático e ortodoxo; a expansão de uma forma uniformizada das políticas inspiradas do Consenso à toda África, Ásia e Europa do Leste e seu conseqüente insucesso e a emergência de uma nova plêiade de economistas e cientistas políticos que, tendo ocupado cargos de direcção tanto no Governo de Washington como em organizações como Banco Mundial, aparecem a criticar a ortodoxia neoliberal prosseguidos pelo FMI e mesmo pelo Banco Mundial apesar de maus resultados que, clara e meridianamente demonstram. Williamson reconhece alguns erros da sua política, mas também alertou para a necessidade de adequação de cada medida para cada país.

A necessidade de estudarmos este conceito, suas origens e as interpretações que teve ao longo do tempo, tem a ver com a vacuidade com que certos autores têm abordado a questão da globalização e desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento.

Para nós, apesar de o Consenso de Washington ter “nascido” em 1989, as ideias de Williamson e de outros que da mesma maneira pensavam, já vigoram nas principais instituições. Aliás, esse conjunto de prescrições não constitui novidade nenhuma, dado que a partir da década de 80, com o choque petrolífero dos anos imediatamente anteriores, o FMI e Banco Mundial receberam outras missões. Dentre os termos de referência, constavam a necessidade de lidar com a dívida, fluxos financeiros bem como a disciplinação dos mercados de capitais.

## 2.6. O Neoliberalismo

Para melhor entendermos os valores e princípios do neoliberalismo precisamos de voltar um pouco ao seu predecessor, o *Liberalismo*. O liberalismo foi um movimento que surgiu no século XVIII, com a Revolução Gloriosa (1688) da Inglaterra, tendo como ápice a Revolução Americana (1776) e Revolução Francesa (1789). Ele identificou-se com a luta burguesa contra os privilegiados da nobreza, limitando os poderes do rei, instituindo um conjunto de ideias defendidas pelos mais diferentes autores tais como John Locke, Montesquieu, Emmanuel Kant, Jean Jacques Rousseau, Benjamin Franklin, David Ricardo, Thomas Jefferson, John Stuart Mill<sup>68</sup>, etc. O pensamento liberal visava a separação do Estado da sociedade, distinguindo o público do privado, reduzindo a intervenção estatal nas coisas privadas, sugerindo a noção do estado Mínimo.

Por outro lado, o liberalismo pressupunha a garantia dos direitos individuais, eleição dos governantes através do sufrágio universal, livre e directo e assim a prevalência do estado do direito e separação de poderes.

Todavia, a concepção liberal perdura até meados da década de 1970, quando a nova crise económica global se bateu sobre o Mundo devido às dificuldades enfrentadas pelo Estado que na altura não conseguia satisfazer as demandas vindas da política social, do défice público, do aumento da dívida pública, da inflação e da crise fiscal.

Assim, o liberalismo clássico do *laissez-faire*, *laissez-passer*, em que assentava o capitalismo moderno, após a Segunda Guerra Mundial, deu lugar ao *neoliberalismo*, cujos antecedentes políticos estão ligados à crise do *welfare state* e do *fordismo*<sup>69</sup>. Ora, o neoliberalismo não é mais que uma reacção teórica e política contra o Estado intervencionista keynesiano, ou seja, o Estado de bem-estar<sup>70</sup>, sendo Hayek o seu expoente máximo, com a sua obra «*O Caminho para*

<sup>68</sup> SOUZA OLIVEIRA, Maria José Galleno (2004: 4)

<sup>69</sup> MASSIAH, Gustave (2002). «Do ajustamento estrutural ao respeito dos direitos humanos». In: ATTAC. *Uma economia ao serviço do homem*. Lisboa: Fim de Século, pp. 128-131.

<sup>70</sup> O *estado de bem-estar* é o equivalente à expressão inglesa *welfare state*, termo criado na década 40. Cf. ROSANVALLON, Pierre (1981). *A crise do Estado Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito, p. 111.

a *Servidão*» surgida em 1944, que serviu de doutrina para o relançamento e fortalecimento do capitalismo na Europa e no Mundo.

Em termos sucintos, eram os propósitos da doutrina neoliberal: a manutenção de um Estado forte, embora mínimo, com capacidade de romper com o poder dos sindicatos e prudente nos gastos sociais e nas intervenções económicas; a estabilidade económica como a última meta; e, conseqüentemente, a estabilidade monetária.

Para a concretização destes propósitos, impunha-se a contenção dos gastos com o bem-estar; a restauração da taxa natural do desemprego, isto é, a criação de uma reserva de trabalho tendente a quebrar o poder dos sindicatos; a liberalização dos preços; a privatização dos serviços públicos e empresas estatais e a redução dos impostos às importações, com vista à eficiência dos sectores produtivos nacionais.

Portanto, o maior objectivo, senão único, da política económica neoliberal é o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços e garantir o cumprimento dos contratos e da livre concorrência, através da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Sendo que no plano internacional, tais propósitos se materializam na livre mobilidade de capitais e mercadorias, ausência das restrições ao comércio e a livre circulação de capitais financeiros, sendo tudo possível através da empresa global<sup>71</sup>.

Todavia, do ponto de vista político, o neoliberalismo enaltece a democracia representativa, o Estado de direito e os direitos individuais, sem contudo permitir qualquer tipo de acção colectiva, designadamente as de natureza sindical, as quais são encaradas como sendo corporativas e contrárias ao interesse geral<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Segundo Magriço, a empresa global actuaria com base em quatro estratégias: a organização da produção numa base mundial; utilização de tecnologias criadas e desenvolvidas numa base mundial; diversificação geográfica das fontes de financiamento; e utilização do mercado mundial de referência. Cf. MAGRIÇO, Vitor (2003). *Alianças Internacionais das Empresas Portuguesas na era da Globalização: uma Análise para o Período 1989-1998*. Lisboa: Celta Editora, p. 17

<sup>72</sup> HAYEK, Frederico (1977). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa: Teoremas, p. 69-82. Sobre esses assuntos, veremos que em Moçambique começa a surgir o pensamento que defende a minimalização do Estado até a sua última substância; a flexibilização da lei do trabalho e a remoção do salário mínimo. Para estes, estes elementos obstam ao desenvolvimento da economia moçambicana. Um dos exemplos desses pensadores é sem dúvida o economista moçambicano, Hipólito Hamela e a USAID-Moçambique. Vide a propósito o site desta instituição em [www.usaid.gov/mz](http://www.usaid.gov/mz)

### 2.6.1. As novas políticas neoliberais

A crise do capitalismo, associada ao esgotamento do fordismo<sup>73</sup> nos princípios dos anos setenta, criou as condições objectivas para a doutrina neoliberal se expandir e assumir uma importância política cada vez maior no mundo, cuja linha da frente coube aos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra e de Ronald Reagan, nos EUA.

Na perspectiva neoliberal, as raízes da crise encontravam-se no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que pressionavam pelo aumento dos salários e dos gastos sociais do Estado, inviabilizando assim os lucros, pois corroíam as bases da acumulação das empresas, acelerando a inflação. Portanto, daqui depreende-se a importância do factor capital, pois as propostas e as acções políticas neoliberais tendem para a dissolução do pacto social-democrata. Exige-se um novo tipo de Estado.

Ora, para a consumação da ideologia neoliberal, impunha-se, desde logo, romper o poder dos sindicatos, enquanto representação dos trabalhadores, desqualificando-os e restaurando, a partir daí, a taxa natural do desemprego que, por sua vez, disciplinaria os movimentos trabalhistas e atenuaria as suas reivindicações salariais<sup>74</sup>.

No que tange ao Estado, impõe-se a redução dos gastos sociais dos governos, acompanhada de uma reforma fiscal assente na diminuição dos impostos sobre as rendas e rendimentos mais altos, como forma de encorajar a realização de novos investimentos. Pois, «para que do capitalismo se retirem os melhores frutos, os impostos cobrados pelo Estado não só devem ser equitativos como ligeiros»<sup>75</sup>.

<sup>73</sup> Vide a tabela no final de secção sobre as diferenças entre o fordismo e o neoliberalismo

<sup>74</sup> KÜNG, Hans (1999). *Uma ética global para a política e a economia mundiais*, Op. Cit., pp. 319-335.

<sup>75</sup> Cf. THATCHER, Margaret, Op. Cit., p. 464. Thatcher ainda adiantou mais algumas condições, dizendo o seguinte: «A propriedade privada, o primado da lei, uma cultura propícia à liberdade empresarial e um leque diversificado de países concorrentes, são quatro factores que precisam de ser reforçados com um quinto, para que o capitalismo possa ganhar raízes. Este último é um quadro apropriado de impostos e de regulamentos, o qual é, em certa medida, uma simples extensão do segundo factor, o primado da lei. É inadequado para um mundo de negócios que um Estado seja governado ao sabor da arbitrariedade dos políticos ou dos burocratas e não de acordo com um sistema legal predefinido e de aplicação universal». Cf. THATCHER, Margaret, Op. Cit., p. 464.

Portanto, na perspectiva neoliberal, a meta fundamental de todos os governos consistiria na estabilidade monetária, assente numa rígida disciplina no orçamento de forma a manter constante o equilíbrio fiscal. «O capitalismo só funciona bem quando é ligeira a carga fiscal e normativa que recai sobre os indivíduos e sobre as empresas»<sup>76</sup>.

Em suma, seguindo Petrella, as políticas neoliberais resumem-se naquilo que o autor identificou como sendo *As Novas Tábuas da Lei*, que contêm seis mandamentos: mundialização, inovação tecnológica, liberalização, desregulamentação, privatização e competitividade - as macronormas que norteiam a actual economia do mercado.

Chegados a este ponto, importa retermos alguns aspectos muito importantes. Primeiro, está clara a razão por que muitos autores gostam de aliar o Consenso de Washington à política neoliberal. Pelas características aqui elucidadas, fica clara a sua verosimilhança, para além de ambas políticas provirem da mesma pátria, ou no mínimo, do mesmo lado.

Todavia, não percamos de vista a diferença imanente: se por um lado o neoliberalismo é deveras avesso à participação de agentes estaduais nos assuntos económicos - no sentido mais lato do termo - por outro, o consenso de Washington abre essa porta, para além de as suas medidas serem de carácter temporário, com vista a fazer face e suprir uma determinada situação.

Segundo, e como mais a frente teremos a ocasião de ver, o Consenso de Washington não constituiu um tratado internacional da economia mas sim uma resposta imediata a uma crise. Este facto o diferencia dos enunciados do neoliberalismo, se bem que o primeiro se inspira no segundo.

Em terceiro lugar, a abordagem e o enfoque da problemática: enquanto que o neoliberalismo presta mais enfoque ao capital financeiro a nível do mercado global, o Consenso de Washington presta maior atenção à um pouco de tudo, mesmo reconhecendo o carácter polémico da liberalização dos mercados de capitais.

---

<sup>76</sup> Cf. THATCHER, *Op. Cit.*, p. 471.

Em quarto lugar, o Consenso de Washington é posterior ao «neoliberalismo reforçado de Thatcher e Reagan»<sup>77</sup>. Por isso, este consenso só teve apoio e acolhimento favorável porque encontrou dentro das instituições dos estados centrais bem como das principais instituições financeiras internacionais, uma propensão às ideias posteriormente propostas por Williamson. Em quinto lugar, importa referir que, este receituário washingtoniano foi bem acolhido<sup>78</sup> no seio das instituições dos estados centrais e das instituições financeiras internacionais devido ao seu carácter conspiratório. Por *carácter conspiratório* queremos referir o facto de o «consenso» encontrar as causas da crise latino-americana - e por extensão da moçambicana bem como do resto dos países da África Subsahariana - na “má, promíscua e precipitada” intervenção dos estados em assuntos económicos.

Assim, «o consenso», tal como os princípios neoliberais, faz *vista grossa* ao papel das instituições financeiras internacionais, instituições multilaterais como a OMC bem como ao sistema financeiro internacional ora instituído na crise<sup>79</sup>, descurando desta feita à toda situação conjuntural internacional. Para melhor compreendermos das responsabilidades características e das diferenças entre aquilo que chamam de Estado Fordista do Estado Alternativo, o neoliberalmente construído, vide a tabela abaixo.

---

<sup>77</sup> Este conceito é nosso, para o diferenciar do neoliberalismo original. Aqui, queremos realçar a omnipresença da vontade e orientação políticas deste tipo do neoliberalismo, inspirado em dois líderes mundiais, que na altura desempenharam um grande papel na definição da agenda global de então.

<sup>78</sup> Para depois ser implementado nos Países em Vias de Desenvolvimento como o nosso caso.

<sup>79</sup> Vide a propósito, as causas fundadoras do choque petrolífero da época. Poderíamos abordar o facto mas achamo-lo impertinente. Todavia salientamos que as instituições ora citadas teriam evitado em grande medida a crise se desempenhassem os seus papéis como devia ser.

Caixa 2 - Distinção entre formas de Estado fordista e Estado alternativo<sup>80</sup>

Áreas de Actuação	Estado fordista	Estado alternativo
Ênfase da política económica	Políticas macromonetárias e macrofiscais - tratamento Homogéneo da procura conjunta	Qualidades da procura - as políticas defendem o trabalho e a capacidade do mercado de produção para servir com eficácia o cliente
Oferta de infra-estruturas	Serviços padronizados de transportes, educação, cuidados de saúde a uma população uniforme	Transportes adequados, educação, serviços de cuidados de saúde a uma população heterogénea
Segurança social	Tratamento padronizado como se as necessidades da população fossem uniformes	Serviços adequados destinados às necessidades heterogéneas de uma população diversificada
Estrutura administrativa	Tomada de decisões hierárquicas e controlo centralizado	Autoridade descentralizada e tomada de decisão baseada nos pares
Método de produção	Produção em massa utilizando a divisão taylorista da concepção e execução	Produção virada para o cliente baseada na integração de conhecimento tanto na produção como no consumo
Sistema de informação e incentivo administrativo	Controlo do orçamento de cima para baixo - basicamente uma forma de plano de comando baseado em alvos e em rigorosos limites de despesa	Transparência e opção baseadas na oferta livre, no prémio da performance e em incentivos accionados pelo utilizador

FONTE: BAKER, Isabella e MILLER, Riel. *Fuga ao fordismo*, op. Cit., p.392

<sup>80</sup> BAKKER, Isabella e MILLER, Riel. *Fuga ao Fordismo* (1997). «A emergência de formas alternativas da administração pública». In: BOYER, Robert e DRACHE, Daniel (dir.) (1997). *Estados Contra Mercados: Os Limites da Globalização*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 392.



## 2.7. Desenvolvimento

Nessa secção analisaremos o processo evolutivo e o enfoque da noção e prática do «desenvolvimento»<sup>81</sup> desde a idade moderna aos nossos dias. Este facto advém da necessidade de compreendermos o conceito e o seu processo evolutivo, para que deste modo possamos fazer o melhor juízo sobre aspectos do passado, que teriam influenciado as políticas económicas e sociais dos principais Estados centrais, bem como das principais instituições financeiras internacionais, cujas políticas tiveram ou têm consequências nos nossos dias.

O nosso alcance é de tentar demonstrar que a noção do desenvolvimento não foi um processo consensual, pois envolveu acesos debates, ao longo do tempo, a nível das instituições políticas e económicas. O texto também mostra que a principal preocupação dos economistas e políticos do mundo ao longo do tempo não foi e continua a não ser o *desenvolvimento em si*, mas sim a pobreza – sua principal variante – seu principal problema e preocupação de todos os governos do mundo, que tentam extirpá-la através de várias iniciativas político-económicas.

### 2.7.1. Evolução do «*Desenvolvimento*» ao longo do tempo<sup>82</sup>

A racionalidade moderna define desenvolvimento como crescer, aumentar, incrementar. O desenvolvimento torna-se sinónimo de amadurecimento, de avanço e de prosperidade. Após a Segunda Guerra, Truman cunha a expressão superdesenvolvimento, indicando um nível mais elevado ou um estágio, possível de ser alcançados por todos. Assim, a expressão desenvolvimento transforma-se em designio oposto ao de subdesenvolvimento, atraso, estagnação ou incapacidade de alcançar um estágio ideal, daí, então, a concepção de desenvolvimento como progresso material.

Trata-se, pois, de salientar aspectos puramente quantitativos (renda *per capita*, comércio, taxas de investimento, expectativa de vida). Tal ideia se traduz na expectativa de que “todo o futuro será melhor<sup>83</sup>.”

<sup>81</sup> Para um aprofundado estudo da história do desenvolvimento, vide Arndt, H.W. (1987). *Economic Development: The History of an Idea*. Chicago: University of Chicago Press, Bardhan, Pranab; Arndt, H.W (1997a). *The Role of Governance in Economic Development: A Political Economy Approach*. Paris: OECD Development Center.

<sup>82</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a estratégia de desenvolvimento apregoada pelas Nações Unidas vide Abrahamsson e Nilsson (1995).

Com o objectivo de destacar as diversas conotações do termo Jovino Pizzi (2003) identifica pelo menos, cinco acepções distintas de desenvolvimento: a) o autêntico (ou ideal); b) o mau; c) o destruidor; d) sustentável; e e) o emancipável.

- a) O desenvolvimento autêntico (ou ideal) oferece respostas conceituais e institucionais satisfatórias a três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, consegue distinguir a relação entre possuir um bem e estar bem; em segundo, identifica qual é a base de sustentação da vida numa sociedade equilibrada; por fim, define qual deve ser a atitude da sociedade frente a natureza (Gaulet, 2002: 108).

Nesse caso, o desenvolvimento alimenta uma condição de bem-estar material, verificado no nível de vida das pessoas, no progresso tecnológico generalizado, na qualidade nos serviços (privados e públicos), na liberdade de escolha, numa maior interdependência entre os sectores, os grupos e países, num maior nível de tolerância (política, ideológica, cultural e religiosa), numa legislação mais justa e na própria legitimidade das instituições sociais e representativas.

Todavia, a concepção deste tipo de desenvolvimento vem sendo criticada por antropólogos e culturalistas. O problema estaria na sua acepção primeiro-mundista.

- b) Em segundo lugar, é possível também salientar o «mau desenvolvimento». Por exemplo, o excessivo desenvolvimento de um membro ou de uma parte de qualquer ser vivo indica uma anomalia. McPherson menciona, como exemplo de mau desenvolvimento, o facto de a democracia moderna exigir um desenvolvimento humano igual para todos, ou seja, a garantia dos direitos individuais na posse, uso e gozo das próprias capacidades. Todavia, ele salienta que tal possibilidade é uma ilusão, porque essa promessa acelera as desigualdades entre as classes. Em outras palavras, para este autor, a primazia do mercado e o individualismo possessivo necessitam de uma sociedade desigual. Tal assimetria baseia-se no hiper-desenvolvimento de alguns sectores ou grupos, desrespeitando outros âmbitos ou classes sociais (McPherson, 1977). Nesse caso, o mau desenvolvimento provoca uma desordem e um descontrole,

---

<sup>83</sup> Vide o mote da campanha da Frelimo 1994 e 1999. "COM A FRELIMO CONSTRUMOS UM FUTURO MELHOR"

gerando formas perversas ou anomalias, pois o crescimento de alguns sectores ou aspectos estimula o empobrecimento de um percentual da população ou de grupos, regiões ou países (Castro, 1996: 22). Segundo Singer, a prioridade dos “interesses comerciais em detrimento da protecção ambiental” representa uma das dez ideias erróneas de desenvolvimento (2004: 75.)

- c) Uma terceira conotação da expressão em análise se traduz como desenvolvimento destruidor, devastador, ou seja, um processo que produz um efeito completamente negativo sobre algo, no seu todo, principalmente quando se confundem meios e fins. Nesse caso, a excessiva pressão sobre o factor económico deteriora não apenas a economia, mas os demais aspectos da vida humana. Em outras palavras, o desenvolvimento a qualquer preço vai aniquilando o meio ambiente, os valores (como a solidariedade e a participação), a preocupação com o bem-estar de todos os demais. Em outras palavras, o desenvolvimento destruidor não admite uma repartição intergeracional de recursos escassos e de contaminação, negando também o “problema do impacto humano destrutivo sobre outras espécies (Alier, 1998: 57). Este caso poderia ser ilustrado com o exemplo de que, para comer o fruto, os indivíduos decidem derrubar a árvore, ao invés de buscar qualquer outra alternativa.
  
- d) O desenvolvimento sustentável (ou sustentado) é, sem dúvidas, o conceito mais propalado hoje em dia. Em um primeiro momento, essa concepção se sustentava na ideia de atender a “eficácia económica, simultaneamente com os requisitos de ordem ecológica, social, cultural e espacial (Castro, 1996: 28). A novidade desse conceito se associava à proposta de criação de tecnologias não poluidoras e pouco exigentes de energia, sem, todavia, abandonar a proposta de aumento da riqueza. Sem dúvida, é um conceito fundamental, pois insiste na garantia dos meios necessários para a realização e a própria continuidade da actividade humana e no desenvolvimento de meios adequados para impedir a destruição e o desequilíbrio do crescimento (Alier, 1998: 91).
  
- e) O conceito de desenvolvimento emancipável incorpora uma luta pela “emancipação da coerção”, fruto de uma prática social, vinculada a uma teoria da sociedade.

Emancipação (do latim *emancipare*) significa declarar alguém como independente, ou seja, representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais e países da tutela política, económica, cultural ou ideológica. Sua meta é a autodeterminação do sujeito, ou seja, “a liberdade política, jurídica, económica e social, garantindo seus direitos fundamentais, sua participação na vida política, a igualdade de oportunidades e o livre acesso à educação e ao trabalho” (Höffe, 1994: 88). Por isso, o desenvolvimento emancipável salienta dois aspectos: a) um endógeno, particular, interno, cuja meta é o reconhecimento das obrigações e da responsabilidade individual; este aspecto se vincula a máximos aconselháveis a cada um; b) o aspecto exógeno associa-se a factores externos, ou seja, na competência em assumir e agir de acordo com normas sociais e morais, vinculadas a mínimos exigíveis para qualquer ser humano.

Essas são apenas algumas acepções, as quais contribuem para esclarecer a diversidade de compreensões do sentido do termo e a problemática de sua definição. Na verdade, segundo Pizzi, o desenvolvimento apresenta dois aspectos: o fáctico e o normativo. Em sentido descritivo, desenvolvimento é uma mudança fáctica que abrange aspectos económicos, políticos e sociais (Muller, 1997: 447). As incidências dessas mudanças se reflectem na área tecnológica, produtiva, transformadora, consumidora, enfim, nas condições concernentes à qualidade material de vida. Como conceito normativo, ele se refere a uma exigência moral, ou seja, às premissas axiológicas ou a princípios que determinam o que é bom ou não, correcto ou incorrecto, justo ou injusto. O aspecto fáctico se apoia na dimensão quantitativa da economia. Ele pode ser selectivo, controlado, promotor da conservação dos recursos, do meio ambiente e dos bens públicos (Majer, 1997: 111). Seus pressupostos salientam que as necessidades individuais e o desejo de conhecer são infinitas. Quando tais pressupostos aparecem desvinculados dos princípios normativos, confunde-se ou se inverte meios e fins. Na verdade, o crescimento é um meio, cujo fim é o bem-estar de todos os seres humanos (Gaulet, 2002: 108). Apenas uma fundamentação normativa pode coadunar o autêntico desenvolvimento com as aspirações individuais, isto é, uma ética da sobrevivência e de solidariedade mundial (Muller, 1997: 450). Nesse sentido, Gaulet enumera seis dimensões imprescindíveis para o autêntico desenvolvimento: uma *componente económica*, encarregada de criar uma riqueza autêntica e de melhores condições de vida material, equitativamente

distribuída; uma *ingrediente social*, calculada em termos de bem-estar em relação à saúde, educação, habitação e emprego; uma *dimensão política*, que abarca valores como os direitos humanos, a liberdade política, a emancipação legal do indivíduo e uma razoável democracia; um *elemento cultural*, que reconheça o facto de que as culturas garantem a identidade e a auto-estima das pessoas; um meio ambiente saudável; uma outra dimensão, qualificada por alguns como o *paradigma da vida plena*, referindo-se aos sistemas e crenças simbólicas, voltadas ao significado último da vida, da história (e da realidade cósmica) e as possibilidades de transcendência (2002: 109). Essas dimensões evidenciam o desenvolvimento como possibilidade de autodeterminação política, social e económica das pessoas. Nesse sentido, somente a eliminação da pobreza e a justiça social permitem a realização das condições mínimas de vida digna para todas as pessoas (Höffe, 1994: 74).

### 2.7.2. As diferentes percepções sobre o «desenvolvimento económico»

O estudo do conceito de desenvolvimento salienta, portanto, uma compreensão pré-Segunda Guerra Mundial e uma posterior. O primeiro caso salienta uma preocupação psíquica, ou seja, a habilidade individual (ou psíquica) para projectar uma vida melhor, isto é, uma preocupação em melhorar materialmente as condições do próprio sujeito e de seus filhos, optando por determinadas formas de comportamento que conduzissem a uma vida melhor (Gaulet, 2002: 105).

Depois da Segunda Guerra, a compreensão de desenvolvimento recebe uma atenção maior. Por duas décadas, pelo menos, o desenvolvimento supôs a transferência massiva de recursos para reconstruir as economias dizimadas pela guerra e, deste modo, fazer com que os países superassem as consequências e traumas dessa catástrofe bélica (Gaulet, 2002: 104). Tal esforço foi traduzido como a política económica nacional e a estratégia internacional em conseguir o máximo crescimento económico, através de uma série de etapas, com o objectivo de reconstruir as condições históricas e evolutivas das relações e afinidades entre os países e os diferentes blocos.

Um país era considerado desenvolvido se potenciasse o máximo de crescimento económico através de uma política de consumo de massas. Para tanto, deveria industrializar-se, utilizando

a tecnologia em todos os âmbitos das actividades e, ainda, modernizando suas instituições (Gaulet, 2002: 104; Abrahamsson, 1995).

Num âmbito mais global, o período posterior à Segunda Guerra acrescenta uma outra motivação. Para melhor compreender a questão, Müller (1997: 447) destaca ser possível qualificar o desenvolvimento diante de quatro etapas (ou modelos) diferenciadas: a) o modelo que vai até o final dos anos 60; b) os novos objectivos da década de 70; c) a crise desenvolvimentista dos anos 80; e, por fim, d) a mudança introduzida nos anos 90.

a) Até o final de 60: o protótipo de um desenvolvimento recuperacionista, estava centrado no crescimento económico, industrialização e modernização, salientando o modelo dos países industrializados, os quais eram responsáveis pelo auxílio de capital (Muller, 1997: 447; Abrahamsson, 1995 e 1996).

Nesse sentido, cabe salientar as políticas de integração, visando a incorporação de amplos segmentos sociais. Os créditos eram utilizados para financiar projectos económicos. Essa ideia vincula crescimento económico com mudanças sociais, ou seja, o desenvolvimento “deve aspirar a um máximo crescimento económico, acompanhado de significativas mudanças institucionais, sociais e de comportamento, a fim de facilitar tal crescimento” (Gaulet, 2002: 105).

No fundo, trata-se de um processo que mobiliza e empurra os países a reduzir os entraves institucionais, estruturais e comportamentais, alocando os recursos necessários para conseguirem um crescimento económico delineado nos modelos das economias mais avançadas.

b) Na década de 70, introduzem-se objectivos novos, tais como “atendimento das necessidades fundamentais, orientação profissional, *self-reliance*” (autoconfiança) e uma nova ordem económica mundial (Muller, 1997: 447). Nesse período, as principais organizações para o desenvolvimento - Banco Mundial, ONU, Comissão de Planeamento Económico, Comissão de Desenvolvimento Económico, Comissão Rockefeller, entre outras - iniciaram a divulgação de informes avaliativos sobre o desenvolvimento dos povos. Tais informes salientavam três sintomas: 1) os esforços dos últimos 25 anos não conseguiram grandes

avanços, sem a rapidez esperada e os investimentos previstos; 2) as ofertas de trabalho haviam diminuído significativamente, deteriorando os sectores tradições de produção; 3) o impulso na busca de uma rápida industrialização estava a gerar desigualdades cada vez maiores (Gaulet, 2002: 106). Esse desequilíbrio ocorria devido à concentração da actividade produtiva nos grandes centros urbanos e os investimentos em sectores exclusivamente industriais. A crise da etapa posterior é uma das consequências desse modelo de desenvolvimento.

c) Os anos 80 reflectem uma crise do modelo desenvolvimentista, cujo crescimento era patrocinado através dos investimentos de capital dos países desenvolvidos. O endividamento dos países pobres ou em vias de desenvolvimento gerou um desequilíbrio significativo, desencadeando uma mudança nas estratégias de desenvolvimento e integração dos países e blocos geo-políticos (Muller, 1997: 447).

Essa crise afectou profundamente as políticas de desenvolvimento. A reacção não tardou e as instituições financeiras internacionais, as agências de cooperação, os institutos de pesquisa, técnicos e consultores em geral iniciaram uma política de ajuda e assistência técnica em favor da cooperação institucional com os países endividados, essencialmente com o Terceiro Mundo (Gaulet, 2002: 107). A nova politica enfatizava os recursos humanos, no desenvolvimento do agro-negócio, na tecnologia adequada para as necessidades de cada área e incentivo ao financiamento através de micro créditos, voltados para a satisfação das necessidades específicas de cada iniciativa.

A ajuda para o desenvolvimento se adjudicava ao financiamento de projectos específicos: estradas, hidroeléctricas e termoeléctricas, portos, redes de esgotos, mineração em grande escala e instalações fabris.

Tais incentivos foram acompanhados por programas educativos, serviços sanitários, habitação a baixo custo e formação técnica (Gaulet, 2002:107). Sem conseguir alterar o panorama mundial, as grandes corporações, e instituições, iniciaram uma mudança na administração e no controle da economia.

Inicia-se uma profunda reorganização do mercado mundial, com reformas no sistema monetário internacional, no comércio exterior e alfandegário, intensificando a competição comercial a nível mundial.

d) Anos 90: implementa-se a mudança, cuja estratégia neoliberal apostava na economia de mercado e no livre comércio. Embora imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as políticas de desenvolvimento dividem a sua preocupação entre o equilíbrio das contas e na ajuda a projectos de desenvolvimento (Muller, 1997: 447).

Na verdade, o fim da guerra-fria promoveu uma enorme ruptura na política global. “Um novo discurso entrou em cena, submergindo os espaços políticos que os novos movimentos sociais no Ocidente, introduzindo uma espectacular narrativa triunfalista que, entre outras coisas, incluía, no seu interior, a velha ideia do Desenvolvimento” (Sheth: 93). Em outras palavras, acentua-se o discurso de uma *única* economia, uma *única* cultura e uma *única* organização política. Assim, uma *única* “economia global” deve impulsionar o crescimento de benefícios, os quais “iriam inevitavelmente chegar também aos países pobres” (Singer, 2004: 68). Diante disso, a concepção de desenvolvimento cai num reduccionismo conceptual, incapaz, portanto, de solucionar os problemas, salientando muito mais o fracasso das políticas e estratégias de desenvolvimento, até então geridos pelo poder público (o Estado).

Nesse entretanto, surge uma outra mudança. Por questões metodológicas, indicadores como PNB, índices de desenvolvimento, renda *per capita* nacional tornaram-se “altamente discutíveis”. Na verdade, essa conceptualização nada salienta a respeito da distribuição real e a satisfação efectiva das necessidades básicas, nem toma em conta o sector informal e de subsistência, excluindo, portanto, esses aspectos, considerando-os como não económicos. Diante dessas exigências, novos parâmetros começam a ganhar força. A alternativa aparece com o *Human Development Index* - traduzido por IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) - ampliado pelo *Human Freedom Index*. Tais índices salientam que o desenvolvimento é um conceito bastante amplo, devendo cobrir todas as opções do homem em todas as sociedades e em todas as etapas de desenvolvimento. Diante disso, a definição de desenvolvimento começa a ampliar-se, superando o conceito unívoco de crescimento económico, progresso tecnológico e modernização institucional. Esse novo parâmetro salienta três dimensões fundamentais:



(1) O desenvolvimento dos homens: o qual exige investimentos na educação, saúde, alimentação e bem-estar social, para o que a expectativa de vida é tomada como indicador, no nascimento; (2) o desenvolvimento pelos homens: requer sua participação abrangente no processo de desenvolvimento, para o qual o nível cultural, medido pelo grau de alfabetização, serve como indicador; (3) o desenvolvimento para os homens: demanda possibilidades de renda e de trabalho para todos, a fim de poderem conseguir um modesto padrão de vida. Como indicador, recorre-se ao produto interno bruto (PIB), por cabeça, padronizado segundo poder de compra (Müller, 1997: 448). Essas três dimensões enfatizam a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento.

### 2.7.3. Desenvolvimento *versus* crescimento económico

Quando se fala em desenvolvimento, uma questão crucial se vincula à diferenciação entre desenvolvimento e crescimento. O crescimento económico tem como finalidade elevar o bem-estar da sociedade. A maioria dos economistas considera o Produto Social Bruto como o único indicador capaz de aferir os níveis de bem-estar. Todavia, constata-se também um consenso de que a qualidade de vida não pode ser medida por um único indicador, pois o aspecto unívoco corre o risco de reduzir o desenvolvimento económico um crescimento selectivo, restrito somente às actividades económicas. Nesse caso, o desenvolvimento obedece apenas às pressões de crescimento na capacidade de investimentos, no uso da tecnologia e no complexo industrial transformador. Este conceito parece ser demasiado unilateral, pois se limita ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou, então, ao aumento de algum indicador de renda nacional<sup>84</sup>.

Amartya Sen defende uma visão muito mais ampla, não restritiva à expansão de “objectos úteis”, mas como um “fomento da liberdade humana e, em particular, da liberdade de gozar uma qualidade de vida digna” (2003: 39-40). Para Sen, o crescimento do PIB, da indústria ou da tecnologia pode ser um *meio* muito importante para “ampliar as liberdades” das pessoas. Todavia, as liberdades de todos “dependem também de outros factores, como podem ser os ordenamentos sociais e económicos<sup>85</sup> e os direitos políticos e civis - a liberdade de participar os debates e decisões públicas- (Sen, 2003: 39-40).

<sup>84</sup> Vide o desenvolvimento mau atrás referenciado.

<sup>85</sup> Por exemplo, os serviços de educação e atendimento médico

Deste modo, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades fundamentais, pois envolve também políticas distributivas e a promoção do desenvolvimento económico, sem perder de vista os aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, o desenvolvimento “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente a sua condição de agente” (Sen, 2000: 10)<sup>86</sup>. Segundo Morin, (2003) é necessário, pois, “abandonar a ideia simplista de que o progresso técnico-económico é a locomotiva à qual estão atrelados os progressos sociais, políticos, mentais e morais” (2003: 18)<sup>87</sup>. Não se trata, pois, de simplesmente estimular o crescimento quantitativo.

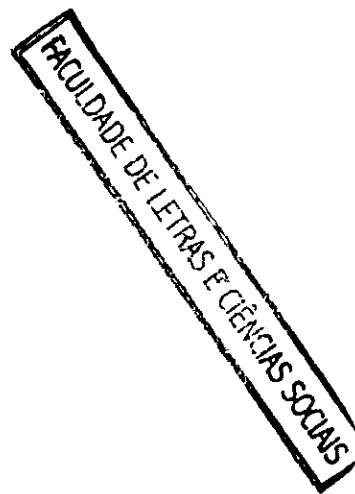
A segunda parte do nosso trabalho tenta, a partir de marco conceptual apresentado, analisar o esforço do Estado moçambicano na busca permanente de soluções económicas tendentes ao desenvolvimento do país desde os anos da década de 1980.

A parte II analisará na essência a história económica do país a partir do marco conceptual largamente discutido nas páginas anteriores. Daí que as interpretações e consequentes ilações deverão ser entendidas dentro do presente esquema.

---

<sup>86</sup> Parece-nos no entanto importante que esse é o conceito que molda a actual ideologia dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, cujo paradigma se fundamenta na teoria desenvolvimentista do canadiano Jeffrey Sachs.

<sup>87</sup> Voltaremos ao debate destas ideias na parte IV da nossa dissertação quando formos analisar as propostas económicas de Carlos Nuno Castel-Branco.



# PARTE II

## DESCOBERTAS EMPÍRICAS

Capítulo III: Moçambique e os caminhos do desenvolvimento

Capítulo IV: Por uma análise multiparadigmática das estratégias de desenvolvimento

Moçambicanas

## CAPÍTULO III

### 3. INTRODUÇÃO

Moçambique foi uma das colónias portuguesas e tornou-se independente a 25 de Junho de 1975. Possui 799.380 km<sup>2</sup> de superfície; 2.515 km de faixa costeira e, aproximadamente cerca de 18 milhões de habitantes, integrados num mosaico étnico com variedades de idiomas, cuja língua oficial é o português.

Em termos de desenvolvimento económico, que é nosso assunto, Moçambique conheceu três sistemas económicos em três momentos distintos ao longo do tempo<sup>88</sup>: o sistema da economia colonial, o sistema da economia centralmente planificada, e o sistema de economia de mercado, actualmente em curso. Todavia, não iremos nos deter com exaustiva acuidade aos dois primeiros períodos.

Neste capítulo, analisamos os Programas de Reajustamento Estrutural, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, iniciado em Agosto<sup>89</sup> de 1987. Porém, o PRE significou o fim da estratégia de desenvolvimento definida pelo governo de Moçambique, em 1975, e a substituição da economia de direcção central pela economia de mercado, assente na teoria do liberalismo económico<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> Porém quanto as estratégias económicas que Moçambique adoptou, Yussuf Adam (1997:3) distingue seis, no pós independência, nomeadamente (1) a estratégia das zonas libertadas (1965-1974); (2) matar o crocodilo enquanto é pequeno (1974-1978); (3) o Estado a gerir barbearias (1979-1984); (4) o estado a retirar-se do mercado (1984-1986); (5) o mercado livre ou PRE (1986-1990) e (6) o mercado livre e o alívio à pobreza (1990 ao presente). Afigura-se-nos porém importante vincar a nossa concordância com a periodização ora apresentada, com a promessa de seguirmos à risca, destacando os principais marcos de cada estratégia.

<sup>89</sup> Sou avesso à utilização desta data como referência no que tange com a busca das alternativas para o desenvolvimento do país. Mais adiante veremos que as primeiras tentativas de corrigir o sistema económico ora adoptado no pós independência já vinham desde os primeiros anos da década de 80, mas concretamente após o IV Congresso do Partido Frelimo. Samora Machel foi quem primeiro se lançou para a busca desse apoio internacional.

<sup>90</sup> Para uma compreensão sobre o liberalismo económico e sua ligação com os programas de reajustamento estrutural do Banco Mundial e FMI vide a primeira parte desta dissertação bem como o capítulo a seguir.

Ainda neste capítulo, analisamos também o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), programa que sucede o PRE<sup>91</sup>, para finalmente concluirmos o trabalho, fazendo alguma apreciação e observações sobre os desafios das instituições - Estado, FMI e Banco Mundial - no seu relacionamento bem como na gestão dos processos de desenvolvimento do país.

### 3.1. A situação económica herdada do colonialismo: um roteiro histórico

A situação económica herdada do colonialismo, na altura da independência, em 1975, apresentava como características:

- Uma agricultura pouco desenvolvida, controlada pelos grupos financeiros e pelos colonos. Cerca de 4.650 empresas agrícolas ocupavam aproximadamente 50% da área cultivada e as terras mais férteis, vivendo da agricultura de subsistência cerca de 3/4 da população.
- Uma indústria transformadora dependente da importação de matérias-primas, onde os poucos sectores de base existentes reflectiam os interesses do colonialismo, de que foi exemplo a indústria de cimento, criada para servir a construção civil em plena expansão desde o início dos anos sessenta.
- Forte dependência no trabalho migratório para a obtenção de divisas, sendo que, na última fase do colonialismo, o fluxo migratório dirigia-se principalmente para as minas e plantações da África do Sul.
- Uma estrutura de comércio interno, controlada na sua maioria pelas grandes companhias ou por colonos que utilizavam as cantinas como base de circuitos de comercialização e escoamento da produção agrícola para os centros urbanos.
- Uma estrutura de comércio externo, expressamente do domínio colonial sobre o país, assente nas relações económicas impostas pela metrópole colonial que institucionalizava a exportação de matérias-primas e a importação de produtos transformados, numa base de troca desigual.

---

<sup>91</sup> Mas intermediado por um conjunto de programas que teremos a ocasião de revê-los.

- Um sistema de transportes concebido para a prestação de serviços à África do Sul, Rodésia do Sul, actualmente Zimbabwe, e ao Malawi, sendo que o tráfego representava a quase totalidade das receitas do sector<sup>92</sup>.

Portanto, durante o colonialismo, Moçambique teve a particularidade de ver a sua economia profundamente ligada à dos países vizinhos, particularmente a África do Sul, a então Rodésia e o Malawi. Assim, Moçambique viu desenvolver-se ao longo do período colonial, uma economia de serviços, pois as grandes fontes de receitas que equilibravam a balança de pagamentos moçambicana eram principalmente as que resultavam do tráfego internacional nos portos e caminhos de ferro de Maputo, Beira e Nacala. Por outro lado, a estas receitas acrescentavam-se os rendimentos da transferência para Moçambique de uma parte dos salários auferidos por trabalhadores migrantes, com especial relevo para os que trabalhavam nas minas sul-africanas. O peso das exportações de produtos agrícolas, com destaque para o caju e o algodão, embora considerável, era insuficiente para compensar o défice comercial do país como ilustra a tabela a seguir.

Tabela 1 - Receitas da balança de invisíveis correntes de Moçambique (mil contos)<sup>93</sup>

RUBRICAS	1969	1970	1971	1972
1. Total	3676	4259	4555	5094
2. Transportes	2031	2180	2469	2956
3. Salários e Transferência Privada (a)	434	559	618	1177
4. 2 + 3	2465	2739	3087	4133
5. (2 + 3): 1	67,0%	64,3%	67,8%	81,1%
6. (2 + 3): Receitas da Balança de Pag.	30,1%	30,4%	30,8%	39,4%

Notas: a) inclui remessas de emigrantes.

Fontes: Boletim Mensal de Estatísticas, Maputo, vários números.

Entretanto, na tabela abaixo, podemos visualizar a evolução da estrutura do comércio externo moçambicano e as relações com a África do Sul e Portugal. É notável que, a partir de 1960, o total da balança de pagamentos, com a excepção do ano 1972, foi sempre negativa na zona do escudo, ao contrário da zona fora do escudo<sup>94</sup>.

<sup>92</sup> MOSCA, João. (1999). *A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 36-53. Um estudo mais detalhado sobre a economia moçambicana no período pre-independência e pós-colonial pode ser encontrado nos escritos de SERRA, António M. Almeida (1993). *Moçambique, da independência à actualidade. Evolução económica e social*. Lisboa: CESA.

<sup>93</sup> Cfr. CARDOSO, Fernando Jorge (1993). *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África Subsahariana*. Lisboa: Fim de Século Edições, p. 111.

<sup>94</sup> As relações comerciais desiguais entre as colónias e a metrópole encontravam a sua institucionalização no artigo 35.º do Acto colonial, que consagrava o seguinte: «Os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da metrópole e do Império Colonial Português». (Cfr.

Tabela 2 - Evolução da Balança de Pagamentos em escudos

Ano	Zonas fora do escudo	Zona do escudo	Total
1960	+ 559	- 883	- 274
1965	1.40	- 1.458	- 218
1970	+ 92	- 1.62	- 1.570
1971	598	- 1.38	- 448
1972	+ 1.978	- 1.72	+ 172
1973	+ 75	- 292	- 217

Fonte: Comissão Nacional do Plano, 1985. Cfr. MOSCA, João, *A Experiência Socialista em Moçambique*, op. cit., p. 41).

Tabela 3- Taxas de Crescimento Anuais da Produção, Investimento e Comércio 1960-2001 (em percentagem)<sup>95</sup>

	1960-1973	1974-1986	1987-1996	1997-2001
PIB (real)	5.15	-3.91	4.59	9.30
Agricultura	2.18	-3.09	5.75	4.10
Manufatura	12.07	-8.56	0.49	20.00
Construção	44.49	-1.75	0.33	12.03
Transportes e Comunicações	13.42	-4.88	8.45	10.00
Outros	5.75	-1.85	6.06	
Formação Bruta de Capital	5.30	-2.87	4.20	17.75
Exportações (real)	1.87	-6.28	9.98	25.10
Importações (real)	1.88	-344.00	-0.11	5.00
Índice Preços ao Consumidor (base 1980)	4.02	-10.79	62.17	8.94

Fonte: Ministério de Plano e Finanças (2002). *A Economia Moçambicana Contemporânea - Ensaios*. Instituto Nacional de Estatísticas (2000, 2001), Anuário Estatístico.

A tabela 3 mostra-nos as médias anuais do crescimento da produção, investimento, comércio externo e preço ao longo do período 1960-2001, repartido em quatro grandes fases, para uma melhor compreensão da evolução económica moçambicana, comportando cada uma delas as suas próprias características específicas e marcadas por alguns choques, próprias de um país em desenvolvimento.

Ora, quando Moçambique se tornou independente a situação económica estava precisamente na primeira fase da tabela que acabamos de ver, ou seja, a estrutura económica de 1973 que, pelas características anteriormente referidas, estava estreitamente interligada às economias dos

FLÓRIDO, Maria Alexandra da Costa (1939). *Compêndio de Organização Política e Administrativa da Nação*, 2.ª Edição, Lisboa, Livraria Ferin. p. 198.

<sup>95</sup> Cfr. COMISSÃO DE CONSELHEIROS (2003). *AGENDA 2025: Visão e Estratégias da Nação*. Maputo, p. 26

países vizinhos, situação que veio a revelar-se como um elemento central na confrontação política e económica regional a seguir à independência<sup>96</sup>.

### 3.1. 2. Estratégia económica de Moçambique pós-independente

Na procura de dar uma resposta rápida às necessidades de um desenvolvimento económico acelerado que retirasse o país da situação de subdesenvolvimento, o governo da Frelimo enveredou por um programa de orientação socialista<sup>97</sup>: *o processo de revolução democrática popular*. Assim, procede à substituição dos mecanismos de *economia de mercado* por um sistema de *economia de direcção central*. Ao mesmo tempo implementa outras medidas em diversas áreas, como a nacionalização da terra, da saúde, da habitação, da educação e a abolição da advocacia privada<sup>98</sup>.

Em 1977<sup>99</sup>, a Frelimo define-se como partido marxista-leninista, força dirigente da Sociedade e do Estado na construção do socialismo, e reafirma a estratégia de desenvolvimento adoptada durante a luta pela independência, nomeadamente: i) desenvolvimento da produção agrícola, através da implantação de empresas estatais e cooperativas de produção, e da criação de aldeias comunais consideradas como o eixo fundamental do desenvolvimento agrícola. ii) substituição dos mecanismos de economia de mercado por um sistema económico de direcção central; iii) nacionalização de todos os sectores estratégicos de economia, como a banca, os

---

<sup>96</sup> Note-se que, «...após a Independência Nacional em 1975, o paradigma dominante do desenvolvimento era o paradigma da dependência associado aos modelos proteccionistas com forte influência estruturalista, quer radical por parte das escolas de tendência marxista, quer de um tipo mais liberal... dos defensores da chamada “substituição de importações”». Cfr. NEGRÃO, José (201). «Samora e Desenvolvimento». In: *Samora, Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores, p. 43.

<sup>97</sup> Este período corresponde àquele em que as principais directivas da política económica se inspiravam na experiência das zonas libertadas (1964-1975). Assim, o principal fim era acabar a exploração do homem pelo homem, criação de estruturas políticas e administrativas que garantissem a participação das pessoas nos processos de desenvolvimento e na tomada de decisões políticas e administrativas; o desenvolvimento de soluções populares locais, entre outros. Todavia, apesar deste processo ter se mostrado algo difícil a ser alcançado, foram registados ganhos especiais, que pelo espaço raro, não poderemos melhor esclarecer. Porém, importa dizer que a mudança da estratégia que se ia seguir seria resultado da ineficiência desta mesma política dadas as peculiares características do país que já era diferente.

<sup>98</sup> Para uma compreensão exaustiva acerca das realizações da Primeira República e desafios que se seguiram vide HANLON, Joseph (1984). *Mozambique, the Revolution Under Fire*. London: Zed Books; HANLON, Joseph (1991). *Mozambique, Who call the shots?* London: James Currey. Para além deste autor, vide também ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders (1994). *Moçambique em Transição. Um estudo da História de desenvolvimento durante o período 1974-1992*; ABRAHAMSSON, Hans (2001). *Aproveitando a oportunidade. Espaço de manobra numa ordem em transformação. O caso de Moçambique*. Gotemborg: PADRIGU/ISRI; SERRA, António Almeida, op.cit.

<sup>99</sup> Aquando do II Congresso.



seguros, a indústria extractiva, etc.); e iv) recuperação e expansão da indústria transformadora.<sup>100</sup>

Porém, considerava-se que o sector estatal deveria tornar-se dominante, sendo a criação de empresas estatais o objectivo prioritário, pelo que ao Estado competia a criação de estruturas aptas a organizar, dirigir e desenvolver a economia, planificando e distribuindo racionalmente as forças produtivas e os meios de produção, além de dirigir, da mesma forma, o comércio interno e externo<sup>101</sup>.

Para o alcance deste objectivo, o Estado criou em 1979 um plano prospectivo indicativo, que viria a guiar a política económica de então.

### 3.1.3. O Plano Prospectivo Indicativo (PPI)

No ano de 1979 foi aprovado o Plano Prospectivo Indicativo, para o período 1980/1990, um projecto que mobilizou as esperanças do Partido Frelimo, assente na transformação radical da estrutura económica e social herdada do colonialismo, e tida como solução para os graves problemas que Moçambique enfrentava.

Assim, considerando que a independência do Zimbabwe traria a estabilidade política e económica, foram fixados para a década 1980/1990 os seguintes objectivos gerais: i) socialização do campo; ii) lançamento da indústria pesada; e iii) desenvolvimento de um sector estatal dominante, em especial no campo da agricultura<sup>102</sup>.

<sup>100</sup> CRUZ e SILVA, Teresa Maria da [2001]. Moçambique, um perfil. Coimbra: RES

(Reinvenção da Emancipação Social). Texto não Editado. Online: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>; ADAM, Yussuf. Op. cit p. 4; HANLON, Joseph. *Mozambique, the Revolution under fire*. Op. cit.

<sup>101</sup> <sup>101</sup> Ora, como o país não possuía estruturas capazes de solucionar os graves problemas económicos que se apresentavam já desde o período de transição, nomeadamente a quebra geral da produção agrícola e industrial, motivada por: 1) paralisação de grande número de indústrias e explorações agrícolas, quer por abandono dos proprietários, quer por acções de sabotagem que inviabilizavam a sua recuperação imediata; 2) rotura dos circuitos comerciais, que determina a falta de matérias-primas, peças e sobressalentes, adubos, sementes, etc. 3) êxodo maciço de quadros, pessoal técnico, empresários e operários qualificados, quer moçambicanos, quer portugueses, tanto no período de transição, como imediatamente após a Independência; 4) vazio criado pelo desmantelamento do Aparelho de Estado Colonial, o chamado "escangalhamento". Portanto, não possuindo o país quadros, gestores e funcionários públicos experientes e qualificados, em número suficiente, tal facto só por si constituiu um dos grandes entraves ao desejado desenvolvimento económico nos primeiros anos da independência. Ver ABRAHASSON, Hans e NILSSON (1994: 42-48); Hanlon (1991.); Teresa Cruz e Silva, op. Cit.

<sup>102</sup> SERRA, António Almeida (1993). *Moçambique: da independência à actualidade*. op. cit., p.85

Estes objectivos seriam concretizados através de acções particularizadas, com vista ao a) aumento da produção agrária, de modo a atingir a auto-suficiência alimentar e excedentes para exportação; b) aumento das exportações dos produtos como algodão, caju, carvão, madeira, açúcar, camarão e tabaco; c) contenção do consumo de crude, aliado à priorização da pesquisa de petróleo e gás; e d) alteração da estrutura de produção industrial, destinada a ser o suporte da industrialização da agricultura<sup>103</sup>.

Todavia, o corte de relações económicas com África do Sul e o boicote imposto à então Rodésia do Sul, minaram e puseram à descoberto a fragilidade do Aparelho de Estado e das estruturas de gestão da economia, bem como evidenciaram a impossibilidade de uma economia, centralmente planificada e fortemente burocratizada, resistir e adaptar-se com a necessária rapidez a situações de crise pois, os agentes económicos não dispunham da necessária liberdade para procederem ao reordenamento dos recursos, de forma a fazerem face às alterações do mercado<sup>104</sup>.

Neste sentido, bloqueada a iniciativa privada no processo de produção e distribuição, o sistema de economia de direcção central agravou a já debilitada economia do país, cujo resultado foi 1) o não cumprimento generalizado dos planos de produção; 2) o aparecimento de mercados paralelos (*candonga*), onde os bens são transaccionados a preços muito superiores aos preços oficiais, motivado pela diminuição da oferta e pelo aumento da procura; 3) a paralisação da rede de comercialização agrícola, vital para a sobrevivência da agricultura

<sup>103</sup> ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders (1994). *Moçambique em Transição - Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo, CEEI-ISRI, pp. 45-47.

<sup>104</sup> Sobre as causas da crise económica, existe um debate aceso entre as causas reais desta crise: Para Armindo P Mondlane (Sn), as reais causas se encontram na orientação política e económica adoptada pela Frelimo aquando do seu III Congresso. Para ele, a orientação socialista atraiu um conjunto de inimigos internos e externos, principalmente na região austral de África, capitaneada pela África do Sul. É verdade, prossegue ele, que outros factores como a Guerra e as calamidades naturais e ainda a fuga de portugueses também contribuíram. Mesmo assim, foi sobretudo a política que criou um «cerco» à Moçambique. Por outro lado, Yussuf Adam argumenta que o monopólio que o estado reclamou a si no controlo da economia constituiu o motivo da crise. Para ele, o âmago do problema não se encontra apenas no controlo mas sobre tudo ao não permitir o desenvolvimento da iniciativa privada. Ele exemplifica que no Ibo, Província de Cabo Delgado, corria uma informação nos anos 79/80 que o Estado estava para «arrancar» toda a propriedade bem como «ilicitar» toda a actividade económica levada a cabo por particulares. Como resultado, verificaram-se abandonos de Moçambicanos que, estando em altura de poder exercer alguma actividade que pudesse compensar a lacuna do Estado, não o fizeram com medo de serem presos. Para uma história detalhada sobre o facto vide: ADAM, Yussuf (1996). *A evolução das estratégias de desenvolvimento no Moçambique pós colonial*. Op. Cit., p.5. Por outro lado, Joseph Hanlon não concorda absolutamente com a possibilidade de os factores internos terem contribuído grandemente no insucesso das primeiras experiências da governação económica. Em todas obras atrás citadas, este autor sobrevaloriza a influência de actores externos na falência das estratégias económicas até então adoptadas pelo estado, se bem que reconheça «algumas falhas» mas que poriam em causa o sucesso das políticas económicas, não fosse o peso dos factores externos.

familiar, que definha rapidamente; 4) a deterioração do nível de vida; e 5) o encerramento massivo de pequenas e médias explorações agrícolas e industriais.

Ora, ficou bem evidente que a economia de direcção central não se ajustava às condições reais do país. Entretanto, o recurso às decisões administrativas, bem como a intervenção das estruturas partidárias nas actividades de gestão das empresas estatais, intervencionadas ou privadas, favoreceram o agudizar da corrupção e da incompetência generalizadas, bem como determinou a criação de um Aparelho de Estado sobredimensionado para as necessidades do país, absorvendo a quase totalidade dos recursos disponíveis, que poderiam ser utilizados em investimentos produtivos.

A partir de 1982 verifica-se o agravamento da situação económica, que determinou uma quebra no crescimento da economia moçambicana, sendo que contribuíram para tal situação: a) a recessão da economia mundial; b) a alta das taxas de juro sobre os empréstimos externos; c) a substancial deterioração dos termos de troca internacional; d) as sucessivas calamidades naturais, em particular a seca de 1981 a 1984 que atingiu vastas zonas agrícolas<sup>105</sup>; e) a acção da Renamo<sup>106</sup> que bloqueou o já deficiente funcionamento do sistema de economia de direcção central, tendo determinado, em particular, a paralisação dos circuitos de transportes de mercadorias e, conseqüentemente, de comercialização<sup>107</sup>.

Entretanto, podemos visualizar o tal agravamento conforme nos ilustram as tabelas abaixo, demonstrando a balança de pagamentos e a evolução de alguns indicadores económicos do país, referentes ao triénio 1980-1982.

<sup>105</sup> Cerca de 4,5 milhões de pessoas ficaram afectadas, para além de perto de 100 mil mortos.

<sup>106</sup> Sobre a Renamo, um dado autor dizia o seguinte: «A RENAMO e o seu Presidente Afonso Dhlakama são tanto o produto de interesses da segurança da Rodésia e África do Sul como o Partido Nazi Norueguês, NS, resultou do apoio do Nazismo alemão». Cfr. HANLON: 1997, 13. Para uma compreensão detalhada sobre os efeitos da Guerra civil e da sua acção destruidora bem como da breve história da Renamo vide: VINES, Alex (1991). *Renamo. Terrorism in Mozambique*. London: James Currey; NILSSON, Anders. *Unmasking the Bandits. The true face of the MNR*. London: ECASAAMA. HERMELE, Kenneth (1990). *Moçambique numa encruzilhada. Economia na era de ajustamento estrutural*. Bergen: Chr. Michelson Institute/DERAP. Outros autores como Judith Marshall: 1992; David Hoile (s.d.); Artur Gobe (1994) também falam desta matéria. Não seremos capazes de fazer alusão a um conjunto tão vasto de autores. Interessa-nos é de facto aferirmos a melhor compreensão possível sobre os acontecimentos.

<sup>107</sup> CARDOSO, Fernando Jorge, op. Cit., p. 159-162

Tabela 4 - Saldos da balança de pagamentos de Moçambique (1980 a 1982) (mil contos)<sup>108</sup>

	1980	1981	1982	82:81
Balança Comercial	-16825	-18393	-22915	125%
Balança de Serviços	+3136	+1912	+1126	59%
Donativos	+1814	+2033	+3003	148%
Capitais	+11800	+14458	+14930	103%
Erros e Omissões	-975	-2361	-1541	65%
Balança Global	-1050	-2351	-5397	230%

Fonte: DNE 1986): *Informação Estatística*, p. 10

Tabela 5- Indicadores de evolução económica de Moçambique (1980 a 1982) (mil contos)<sup>109</sup>

	1980	1981	1982	82:81
Exportações (FOB)	9097	9926	8655	87%
Importações (CIF)	25923	28319	31572	111%
PSG produzido a)	82100	84100	78800	93%
PB industrial a)	32600	33600	29000	86%
Produção agrária comercializada	3046	3242	2904	89%

Notas: a) a preços constantes de 1980; PSG = produto social global; PB = produção bruta.

Fontes: DNE 1986): *Informação Estatística*. Maputo: DNE, p. 10 e 57

Face a este quadro económico, o país deixou de poder satisfazer o serviço de dívida, pelo que recorreu ao Clube de Paris para a negociação das suas obrigações, o que implicava que a partir desse momento, não mais seria possível ao governo realizar a sua estratégia de desenvolvimento sem depender dos condicionalismos impostos pelos doadores<sup>110</sup>. Dai que o governo teve de apresentar propostas ou projectos vendáveis<sup>111</sup>, que não reflectiam as necessidades de desenvolvimento, bem como se viu obrigado a realizar algumas reformas estruturais na economia, condicionantes para a obtenção de assistência externa<sup>112</sup>.

<sup>108</sup> Cfr. CARDOSO, Fernando Jorge. *Gestão e Desenvolvimento Rural...* op. Cit., p. 163

<sup>109</sup> Cfr. Idem., op. Cit., 163.

<sup>110</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre a dívida de Moçambique, vide ALVES, Miguel Angelo de Freitas (2000). *A dívida externa dos países em desenvolvimento: a questão, a procura de soluções e o caso de Moçambique*. Lisboa: ISEG. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

<sup>111</sup> Atentem na palavra *vendáveis*. É sobre tudo contra esses condicionalismos que um grupo cada vez maior de autores se levanta contra os programas de reajustamento estrutural. Curiosamente, outros até teriam servido à estas instituições. Vide a propósito Joseph Stiglitz (1998; 2000; 2002; 2003), Dani Rodrik (1998; 2000; 2002), Nancy Birdsall (2002; 2005). Sobre a crítica, veremos na última parte da nossa dissertação.

<sup>112</sup> Jeffrey Sachs relata com mestria e clareza meridiana a hipocrisia das instituições de Breeton Woods no seu mais recente livro quando especificamente aborda a questão do PRSP do Ghana. O orçamento, segundo as IBWs tinha que ser realista. Para mais detalhes vide SACHS, Jeffrey (2005). *The end of Poverty. How can we make it happen in our lifetime?* New York: Penguin Books. p. 274. Todavia, precisamos de reconhecer que, apesar do seu carácter a-social de abordagem na questão de desenvolvimento, foi a partir daqui que surgiram os grandes projectos de investimento, como os corredores ferro portuários da Beira e de Nacala, as grandes empresas

### 3.1.4. O Plano de Acção Económica (PAC)

Foi no quadro do declínio económico crescente provocado por diversas situações que se foi ao IV Congresso. Nesse congresso, procedeu-se à reavaliação da estratégia económica adoptada e daí se traçou um outro caminho a ser seguido, tendo sido aprovado o chamado Plano de Acção Económica, para o período de 1984-1986. Este plano antecedeu o PRE de 1987. No âmbito deste programa foram tomadas diversas medidas - e com relativo sucesso - para travar os desequilíbrios económicos e financeiros que o país enfrentava, nomeadamente, a liberalização dos preços de alguns produtos agrícolas; o estímulo na produção do sector familiar e privado, através da reafetação de recursos do sector estatal agrário e outros para aqueles sectores<sup>113</sup>.

Todavia, observando o ambiente internacional em que os processos ocorriam, podemos notar um crescente envolvimento das então superpotências em evidência. Afinal de contas, estávamos perante o auge da Guerra-fria, com a crescente e visível queda do oriente, principal sustentáculo ideológico do Governo de então.

Assim, e segundo Hanlon (1995), a Frelimo não tardou a perceber que estava a ser uma trincheira da Guerra-fria e em 1982 começou a cortejar os Estados Unidos e a fazer a sua “viragem para o Ocidente”. As promessas do Ocidente eram a ajuda para aliviar o sofrimento e o fim da guerra. A primeira provou ser mais fácil que a segunda.

Mas foram precisas duas greves dos doadores para pôr a Frelimo na linha. A primeira ocorreu em 1983 quando Moçambique pediu ajuda alimentar por causa da seca e os doadores, em vez de aumentarem a ajuda, reduziram-na. Moçambique teve de fazer três concessões para obter ajuda para o país não morrer à míngua: (1) Assinar o humilhante acordo de Nkomati (1984) com a África do Sul, no qual Moçambique concordou em cortar o apoio ao ANC (o que foi

---

agrícolas para o cultivo do algodão e outros produtos, que mantém traços gerais da economia colonial, sendo isso no âmbito do Plano de Acção Económica (PAC) - uma outra estratégia económica adoptada pelo governo.

<sup>112</sup> CARDOSO, Fernando Jorge. *Gestão e Desenvolvimento Rural...* op. cit., p. 167.

<sup>113</sup> Cfr. HANLON, Joseph (1997). *Paz Sem Benefício - Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. Maputo: UEM, 1997, p. 15.

<sup>113</sup> Vide Marc Wuyts em: WUYTS, Marc (1990). *Gestão económica e política do reajustamento estrutural em Moçambique*. In: CENTRO DE ESTUDOS MOÇAMBICANOS-UEM. Maputo: Estudos Moçambicanos 8. P.97-124. Para uma compreensão mais detalhada dessas políticas. Vide também CARDOSO, Fernando Jorge, *Gestão e Desenvolvimento Rural...* op. cit., p. 167; HANLON, Joseph. (1991). *Mozambique, who calls the shots?* op. cit p; HANLON, Joseph (1997). *Paz sem benefício...*op.cit.

em grande parte cumprido) desde que a África do Sul cortasse o apoio à Renamo (o que esta não cumpriu).

O acordo permitiu que a África do Sul e os Estados Unidos projectassem a Renamo como uma força independente que não tinha nada a ver com a África do Sul; (2) concordou em juntar-se ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional<sup>114</sup>; (3) aceitou que as ONGs internacionais assumissem a distribuição da ajuda e iniciassem o trabalho de desenvolvimento de Moçambique, com autonomia em relação ao governo»<sup>115</sup>.

Assim, em Julho de 1983, Moçambique normaliza as suas relações diplomáticas com os Estados Unidos da América, que tinham sido gravemente afectadas pelo *escândalo dos agentes da CIA* em 1981, e em 16 de Março de 1984, assina com a África do Sul o Acordo de Nkomati, que punha termo ao apoio da África do Sul à Renamo, e a Frelimo deixava, também, de apoiar as forças do ANC de Nelson Mandela. Ora, o Acordo de Nkomati e a normalização das relações com os EUA abriram caminho para uma série de acordos económicos com a África do Sul, bem como possibilitaram a admissão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, em 1984<sup>116</sup>, e, conseqüentemente, o reescalonamento da dívida externa<sup>117</sup>.

<sup>114</sup> Nosso próximo ponto de convergência.

<sup>115</sup> Cfr. HANLON, Joseph (1997). *Paz Sem Benefício - Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. Maputo: UEM, p. 15. Vide também Carlos Nuno Castel-Branco. *Opções económicas de Moçambique, 1975-1995. Problemas, lições e ideias alternativas*. In: MAZULA, Brazão (ed.) (1995). *Eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Imprensa Universitária. P.581-633. Apesar de a assinatura do Acordo de Nkomati constituir, segundo Hanlon, um dos condicionalismos das potências ocidentais, mas com grande enfoque aos EUA, esta iniciativa foi também da Frelimo e do Governo de então.

<sup>116</sup> FMI & PEOPLES REPUBLIC OF MOZAMBIQUE (1984). *Request for Arrangement Under the Structural Adjustment Facility*. New York: IMF. Confidencial. Este documento contém informação rica sobre a situação económica de Moçambique «aos olhos do FMI», propostas das políticas macroeconómicas a ser adoptadas por Moçambique bem como as contrapartidas em termos de desembolsos e saques por parte do FMI por um período de três anos consecutivos, ou seja, até 1987.

<sup>117</sup> Ora, «no final de 1983 o peso da dívida externa moçambicana (que, até então tinha vindo a ser paga com recurso a reservas e à contratação de empréstimos variados) atingiu o montante inabarcável de US\$ 1.350 milhões, forçando o governo a pedir em Fevereiro de 1984 uma reunião com os respectivos credores. Essa reunião veio a efectuar-se no designado «Clube de Paris» em Outubro daquele mesmo ano (após a adesão de Moçambique ao FMI e Banco Mundial), com a assinatura de um acordo para o reescalonamento de US\$ 300 milhões (incluindo US\$ 50 milhões de atrasados), a serem pagos em onze anos, com um período de graça de cinco anos. Desde então o valor da dívida continuou a crescer, à medida em que a situação económica do país se deteriorava e se agravava o défice da balança de pagamentos ( em 1986 o valor total da dívida externa estava computado em US\$ 3 milhões)». (Cfr. CARDOSO, Fernando Jorge, *Gestão e Desenvolvimento Rural...* op. cit., pp. 169-170). Vide também WORLD BANK (1991). *Republic of Mozambique. Background paper to privatization*. Washington: World Bank; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CRAMER, Christopher; HAILU, Degol (2001). *Privatization and Economic Strategy in Mozambique*. London: WIDER.

Paralelamente, foram introduzidas novas medidas no âmbito da política salarial e de emprego com vista a estimular o aumento da produtividade, conferindo aos empresários maior liberdade na gestão dos recursos locais. A nível das Finanças Públicas, procurou-se aumentar a eficiência na cobrança de receitas e racionalizar a força de trabalho do Aparelho de Estado. Em Agosto de 1984, é publicado o Código de Investimento Estrangeiro, e em Dezembro do mesmo ano, Moçambique aderiu à Convenção de Lomé com a Comunidade Económica Europeia (CEE).

Tabela 6 - Desenvolvimento da produção e de comércio externo em anos escolhidos entre 1973 e 1986<sup>118</sup>

	1973	1974	1975	1977	1981	1983	1985	1986
Desenvolvimento da produção PSG (biliões meticais, preços de 1980)	112	92	71	75	84	64	54	56
Sendo: Agricultura	37	32	25	31	31	24	25	25
Indústria, pesca	42	35	28	28	34	23	15	15
Transportes	12	11	9	7	9	6	4	4
Exportações (milhões US\$, preços correntes)	226	296	185	153	280	132	77	79
Importação (milhões US\$, preços correntes)	465	460	395	336	801	636	424	543
Exportação/Importação (%)	49	64	47	45	35	21	18	15

Entretanto, pelos dados indicativos e constantes na tabela acima, podemos concluir que o Programa de Acção Económica nunca foi realizado nos termos planeados. Daí, como se depreende, o crescimento continuou a ser negativo e o esperado aumento da produção agrícola não se verificou, sendo que, «a produção local só podia satisfazer 10% das necessidades que o mercado tinha de bens alimentares. A indústria trabalhava a cerca de 20-40% da sua capacidade instalada. Os preços no mercado paralelo eram 20-40 vezes mais altos do que os preços oficiais. Entre 1981 e 1986 o produto nacional bruto tinha diminuído 30%. O consumo por pessoa tinha sido reduzido ainda mais, visto que a população tinha aumentado ao mesmo tempo»<sup>119</sup>.

<sup>118</sup> Cfr. ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição...*, op. cit., p. 47.

<sup>119</sup> Idem., op. cit., p. 48. Consulte também: Rartil: 1990; CNP, *Informação Estatística* para diferentes anos.

### 3.1.5. Do PRE ao PARPA: O retorno à economia de mercado capitalista

A impossibilidade de solucionar a catastrófica situação económica, o governo Moçambicano teve que introduzir novas medidas, com vista a inverter a tendência para a paralisação completa das infra-estruturas e serviços, que se vinha verificando, particularmente desde 1982. Este pacote de medidas ficou conhecido pelo nome de Programa de Reabilitação Económica (PRE), que sucedeu o Plano de Acção Económica (PAC), após o insucesso do Plano Prospectivo Indicativo (PPI)<sup>120</sup>.

#### 3.1.5.1. O Programa de Reabilitação Económica (PRE)

Como anteriormente referimos, do Plano de Acção Económica (PAC), desenvolvido entre 1984 e 1986, seguiu-se o Programa de Reabilitação Económica (PRE), concebido para o período 1987-1990, e que incorporava medidas adicionais destinadas ao estabelecimento dos mecanismos de economia de mercado, nos termos exigidos pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Entretanto, os passos iniciais do PRE foram dados no final de 1986, e incluíram a desvalorização da moeda, subidas de preços e de taxas de juros, reforma fiscal e ajustamentos salariais<sup>121</sup>.

De forma sucinta, constituíam os *objectivos gerais* do PRE (1) inverter o declínio da produção; (2) assegurar um nível mínimo de crescimento e de rendimento, especialmente para a população rural; (3) reduzir os desequilíbrios financeiros internos; (4) reforçar a posição da balança de pagamentos, através da promoção das exportações e substituição das importações;

<sup>120</sup> CASTELBRANCO, Carlos Nuno. «Opções económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas». In MAZULA, Brazão (Ed.) (1995), *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Imprensa Universitária, pp. 582-609.

<sup>121</sup> MOSCA, João, *A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, op. cit., pp. 163-174. A bibliografia sobre o reajustamento estrutural em Moçambique é bastante vasta, divergindo na sua abordagem e na análise das suas consequências. Aqui apenas queremos citar as obras de Judith Marshall (1992). «*War debt and structural adjustment. The social impact*». Ottawa: Nord-Sud Institute; Keneth Hermele (1990). *Moçambique numa encruzilhada. Economia e política na era de ajustamento estrutural*. Bergen: Chr. Michelstsen Institute. DSCD; PLANK, David N. «*Aid and the end of sovereignty: Mozambique and its Donors*». In: THE JOURNAL OF MODERN AFRICAN STUDIES, 31, 3 (1993), p.407-430. Cambridge: Cambridge University Press, 1993; RATILAL, Prakash. «*Percepções sobre a economia: aumento da riqueza nacional, distribuição equitativa, coesão nacional*». In: MAZULA, Brazão (ed.). *Moçambique, 10 anos de paz*. V.1. Maputo: CEDE, P.253-298; NAVALHA, Felizberto Diniz. *A problemática da Dívida Externa em Moçambique*. Maputo: Banco de Moçambique. Staff Paper nº16, Março, 2002; BOWEN, Merle. «*Beyond Reform. Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique*». In: the JOURNAL OF MODERN AFRICAN STUDIES, 30, 2 (1992), p.255-279, entre outros.



e (5) lançar os fundamentos para o crescimento económico e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico do país<sup>122</sup>.

E como *objectivos mais específicos* (a) o incremento da produção agro-alimentar, para consumo interno e para exportação; (b) o aumento da produção industrial destinada ao apoio da actividade agrícola, à substituição das importações e ao desenvolvimento dos sectores extractivo, de transportes e pescas; (c) a reabilitação das infra-estruturas agrícolas e industriais, e da capacidade industrial instalada; e (d) o incremento do tráfico internacional de mercadorias, em particular através dos portos e caminhos de ferro<sup>123</sup>.

Para a concretização dos objectivos acima propostos, o governo adoptou uma estratégia que incluía as seguintes medidas: (i) redução dos controles administrativos centralizados; (ii) utilização preferencial de políticas de crédito e de preços face às intervenções administrativas directas; (iii) maior relação directa dos rendimentos à rentabilidade dos indivíduos e de unidades económicas; e (iv) reforço da capacidade de planeamento e gestão, de forma a assegurar que a despesa pública, incluindo os investimentos públicos, se orientassem por objectivos prioritários<sup>124</sup>.

Assim, a *política económica moçambicana* passou a incidir mais nos seguintes objectivos:

- 1.No restabelecimento da disciplina fiscal e incremento da poupança pública através da redução do défice público, do menor recurso ao crédito bancário líquido por parte do Estado e da estabilização da despesa pública em relação ao Produto Interno Bruto;
- 2.Na adequação da despesa pública às prioridades do PRE, mediante a aplicação de critérios de avaliação dos investimentos públicos (justificação económica, capacidade de implementação, financiamento assegurado) e a sua integração em programas de médio prazo;
- 3.Na redução dos subsídios às empresas públicas e controlo da sua rentabilidade, tendo em vista a sua privatização; na desburocratização dos processos administrativos de comércio externo e de acesso às divisas;
- 4.Na redução da taxa de expansão do crédito bancário;

<sup>122</sup> Idem. Vide também a fonte original: IMF & People's Republic of Mozambique (1987). *Request for arrangement Under the Structural Adjustment Facility*, op.cit

<sup>123</sup> MOSCA, João, *A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, op. Cit., pp. 163-174.

<sup>124</sup> Idem

5. Na elevação das taxas de juro;

6. No ajustamento das taxas de câmbio, de forma a restaurar os incentivos económicos e integrar os mercados de câmbios oficial e paralelo.

No que tange às relações externas, balança de pagamentos e dívida, o governo procurou o reescalonamento da dívida externa, através dos mecanismos do Clube Paris; apoiar a balança de pagamentos através de empréstimos em grande medida concessionais; e concordar com os credores na conversão dos créditos em donativos, ou o reescalonamento a longo prazo das dívidas correntes<sup>125</sup>.

Quanto à política de preços e distribuição, procurou-se que os bens com preços fixos tivessem os seus preços ajustados de forma a reflectirem o seu custo real e transmitir o impacto dos ajustamentos das taxas de câmbio. Foi também prevista a redução do número de mercadorias com preços fixos. Porém, a concorrência crescente, entre empresas comerciais a todos os níveis na distribuição de bens e serviços, foi um dos objectivos do programa neste sector, bem como a redução do número de produtos sujeitos a distribuição administrativa.

E quanto às políticas sectoriais, várias medidas foram conduzidas nos domínios de agricultura, pescas, indústria, energia, transportes e comunicações, construção e água, cujos aspectos dispensamos mencionar neste pequeno trabalho, e pensamos satisfazer o mesmo através da análise aos resultados do PRE.

### 3.1.5.2. Alguns resultados e indicadores do PRE

Antes de apresentarmos alguns indicadores, dentre os resultados do Programa de Recuperação Económica destacam-se os seguintes:

a) A inversão da situação de regressão do Produto Interno Bruto e o crescimento da produção agrícola, em particular da produção familiar e da produção industrial, nomeadamente da indústria ligeira;

b) O relançamento das actividades de transporte, que continuaram, no entanto, afectadas pela situação de guerra, em particular o tráfico internacional de mercadorias, tendo sido retomados os projectos dos corredores de Nacala, Beira e Limpopo;

---

<sup>125</sup> Vide ALVES, Miguel Angelo Freitas (2000). *A dívida externa dos países em desenvolvimento...* op.cit. p.111-112 - anexos

- c) A estabilização e reescalonamento da dívida externa, a contenção do défice orçamental e a redução do recurso ao crédito bancário interno,
- d) A redução do excesso de liquidez, com destaque para o lançamento de Obrigações do Tesouro e a diminuição do diferencial entre o mercado oficial e o mercado paralelo de divisas<sup>126</sup>.

Tabela 7- Desenvolvimento da produção 1985-1991<sup>127</sup>

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
PNB, crescimento (%)	-7,2	1,1	3,8	5,5	5,1	-1,3	-0,2
Agricultura	0,8	-0,6	7,0	7,2	4,0	1,1	1,9
Indústria	-18,6	-4,3	8,9	7,5	6,8	-9,6	-5,6
Construção	-4,4	44,8	-16,0	0,1	3,0	1,5	3,0
Transportes e Comunicações	-11,8	1,7	-9,8	6,2	10,2	0,5	-2,3
Comércio e outros Serviços	-6,8	-0,7	3,5	4,5	4,0	2,5	2,0
PNB, crescimento/capita (%)	-11,2	-1,7	1,9	2,8	2,7	-1,3	-1,8

Fonte: Anuário Estatístico, CNP, 1991

No período 1983-1986, momento em que vigorou o PAC, assistiu-se a uma queda vertiginosa da produção, com o programa de reabilitação económica a queda veio abrandar entre os anos 1987-1989. Ou seja, verificou-se nesse período um crescimento anual de cerca de 5%, situação que veio a deteriorar-se a partir do ano de 1990 conforme nos mostra a tabela acima. As causas do decréscimo são de várias ordens, figurando o problema da guerra de desestabilização 1976-1992 como a mais grave.

<sup>126</sup> Não obstante, a balança comercial continuou a deteriorar-se, verificando-se um aumento de 24% nas importações e de somente 6% nas exportações

<sup>127</sup> Cfr. ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição....*, op. Cit., 51.

Tabela 8- Evolução da exportação de mercadorias \*, anos escolhidos entre 1981-1991<sup>128</sup>

	1981	1983	1985	1987	1989	1990	1991
Exportação total da qual:	280	132	77	97	105	126	162
A. Produtos de exportação tradicionais (caju, camarão, algodão, açúcar, chá, copra, etc.)	252	116	70	86	88	81	104
B. Outros, especialmente produtos de exportação não tradicionais (lagosta, confeções, plantas medicinais, pedras preciosas, etc.)	28	16	7	11	17	45	58
Quociente B/A	11%	14%	10%	13%	19%	56%	56%
Percentagem de exportação do PNB	12%	5%	2%	6%	8%	8%	12%
Importação	801	636	424	642	807	864	898
Percentagem de importação do PND	35%	28%	12%	42%	62%	57%	69%
Exportação/Importação	35%	21%	18%	15%	13%	15%	18%

Fonte: Cálculos a partir de *Informação Estatística*, CNP, para diferentes anos

\* Em milhões de US\$, preços correntes na altura

Conforme nos ilustra a tabela acima, as exportações foram decaindo ao longo do PRE em virtude da baixa produção dos produtos tradicionais exportáveis, pois a partir do chá, passando por copra até o caju conheceram uma insignificante produção. Da decadência da indústria resultou a falta de produtos nacionalmente manufacturados e, conseqüentemente, a subida das importações sem precedentes. E também figura como causa da baixa das exportações a deterioração dos termos de troca, para além da baixa de preços dos produtos tradicionais exportáveis no mercado internacional.

<sup>128</sup> Cfr. *Idem.*, op. cit., p. 55

Tabela 9 - Evolução do Orçamento do Estado 1985-1991 (bilhões de meticais)<sup>129</sup>

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991a
PNB	146	167	423	657	966	1388	1871
Receitas totais	19	22	70	130	225	300	447
das quais Receitas Fiscais	13	16	60	110	200	265	379
Percentagem do PNB de receitas fiscais	13%	10%	16%	20%	24%	22%	24%
Despesas totais	31	52	160	290	460	690	958
das quais Despesas Correntes	24	42	90	150	245	345	466
Investimento	7	9	70	140	215	345	491
Percentagem do PNB de despesas	21%	31%	38%	44%	50%	50%	51%
Percentagem do PNB de investimento	5%	5%	16%	21%	23%	25%	25%
Déficit excluindo contravalor	-12	-30	-90	-160	-235	-390	-510
Percentagem do PNB	8%	18%	21%	24%	24%	28%	27%
Déficit orçamental-real	-9	-26	-50	-70	-75	-165	-113
Percentagem do PNB	6%	16%	12%	10%	9%	12%	6%

Fonte: Cálculos a partir de *Informação Estatística*, CNP, 1981-1991. (a) Números preliminares.

\* Preços correntes na altura

Em termos sucintos, a tabela acima revela-nos que o aumento das despesas do Estado teve como resultado um défice orçamental avultado, tendo subido de 8% do PNB em 1985 para quase 30% do PNB de 1990. Todavia, o défice foi, na sua maioria, financiado pela ajuda internacional, o que fez com que o défice real, inclusive o contravalor se mantivesse relativamente constante durante aquele período, ou seja, cerca de 10 a 12% do PNB. Com esta dimensão do défice, os empréstimos do Estado foram limitados, tendo isso produzido um efeito positivo na inflação.

Não obstante, durante o ano de 1990, a inflação voltou a subir para 50% devido ao atraso de fornecimento de bens alimentares, cuja situação provocou a alta de preços no mercado paralelo, como anteriormente dissemos. Para além dos efeitos que se fizeram sentir em virtude

<sup>129</sup> Cfr. Idem., op. cit., p. 61.

do fim das subvenções de petróleo que anteriormente eram feitas pela a ex-URSS. Mas, felizmente a inflação voltou a descer para 34% em 1991.<sup>130</sup>

Tabela 10 - Evolução da Balança de Pagamentos 1985-1991 (milhões de US\$)\*<sup>131</sup>

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
I. Balança comercial	-347	-464	-54	-633	-703	-751	-736
Exportação	77	79	97	103	105	126	162
Importação	-424	-543	-642	-736	-808	-877	-898
II. Balança de serviços	-93	-159	-148	-103	-145	-136	-154
Receitas de serviços	107	119	137	157	167	173	203
Transportes	39	45	35	42	53	63	60
Trabalho migratório	41	50	58	72	71	70	56
Outros	27	24	44	43	43	40	87
Despesas	-200	-278	-285	-260	-312	-309	-357
Juros	-117	-155	-148	-117	-170	-165	-180
Outros	-83	-123	-137	-143	-142	-144	-177
III. Saldo	-440	-622	-693	-735	-848	-887	-890
Porcentagem do PNB	13%	15%	47%	59%	65%	59%	68%
IV. Transferências	139	215	310	460	476	547	608
Ajuda internacional	139	213	304	377	388	448	501
Outros	-	2	6	83	88	99	107
V. Balança de transacções correntes	-301	-407	-383	-275	-372	-340	-282
Porcentagem PNB	9%	10%	26%	22%	29%	26%	22%
VI. Balança de capitais	-40	-52	-83	-131	-58	-83	-187
Empréstimos internacionais	239	284	301	284	257		
Amortizações	-279	-336	-384	-379	-315	261*	167**
						-344	-354
VII. Erros e omissões	-13	-29	40	34	9	3	-34
VIII. Saldo da balança global	-354	-488	-426	-372	-421	-420	-503
IX. Reescalamento, Divida perdoada e variação da Divida atrasada	354	488	426	372	421	420	503

Fonte: Cálculos a partir de *Informação Estatística*, CNP, para diferentes anos. \* Incluindo investimentos estrangeiros

Directos 9 MUSD. \*\* Incluindo investimentos estrangeiros directos 23 MUSD. Preços correntes na altura

<sup>130</sup> Também, «os créditos do banco para financiar o orçamento estatal diminuíram radicalmente e foram completamente retirados todos os créditos a unidades de produção estatais que não fossem rentáveis». (Cfr. ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição ...*, op. cit., 61).

<sup>131</sup> Cfr. Idem., op. cit., p. 63.

Lendo Abrahamsson e Nilson facilmente compreendemos a situação deficitária da balança de pagamentos que Moçambique enfrentava, principalmente durante o período da vigência do PRE (1990). Compreendemos também o acentuar das necessidades de importação devido ao esforço de recuperação que foi necessário efectuar-se ao longo do período, ao mesmo tempo que os ligeiros aumentos das principais exportações não acompanharam o ritmo das importações.

No entanto, apresenta-se como razão deste não acompanhamento o facto de o programa de recuperação económica ter sido realizado «num contexto internacional caracterizado por preços baixos das matérias-primas e restrições comerciais consideráveis, especialmente por parte dos países industrializados<sup>132</sup>».

Deste modo, para financiar o défice da balança de transacções correntes e garantir a continuação da implementação do PRE, foi aumentada a ajuda internacional, cujo fluxo, em forma de donativos e de empréstimos, de 500 milhões de US\$ em 1986 para mais de 700 milhões de US\$ em 1990. Daí ter sido possível diminuir o défice da balança de transacções correntes de um montante correspondente a 26% do PNB em 1987 para 22% do PNB em 1991, conforme nos mostra a tabela anterior.

### 3.1.5.3. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)

O Programa de Reabilitação Económica (PRE) deixou de ser considerado como tal com o fim da guerra de desestabilização em 1992. De 1992 a 1994 foi a fase da implementação do Acordo Geral de Paz que findou com a realização das primeiras eleições gerais e democráticas no país. De 1995 a 1999 prosseguiu-se com as acções de reabilitação pós-guerra, situação que foi acompanhada com o aprofundamento de medidas de estabilização, conhecimento da realidade, selecção de áreas fundamentais de acção, esclarecimento de opções e programas a desenvolver, visando o respectivo fomento<sup>133</sup>.

Com o PARPA, que é o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Governo considerava que, até o final deste ano 2005, seria possível manter uma taxa de crescimento na ordem de 8% ao ano, tal como aconteceu entre 1997 e 2001, e

<sup>132</sup> ABRAHASSON, Hans e NILSSON, Anders, *Moçambique em Transição...*, op. Cit., 63

<sup>133</sup> DIOGO, Luisa(2002). «A paz e a economia». In MAZULA, Brazão (2002) (Ed.). *Moçambique: Dez Anos de Paz*, Maputo: CEDE, p. 214. Vide também Castel-Branco. *FMI, ESAF e Desenvolvimento Reflexões Críticas*. On-line: [http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/cnesaf.htm#\\_ftn1](http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/cnesaf.htm#_ftn1). Retido em: 01.12.200.

consequentemente reduzir a incidência da pobreza absoluta do nível de 70% em 1997 para menos de 60% em 2005, e menos de 50% por volta de 2010<sup>134</sup>.

Nesse caso, a pobreza foi definida oficialmente como sendo a «incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade<sup>135</sup>».

A linha de pobreza absoluta foi estimada com base no consumo de 2.150 kilocalorias por pessoa por dia, acrescida de uma porção determinada de despesa não alimentar. Em termos monetários é sensivelmente US\$ 1,00 (um dólar americano) por dia por pessoa.

Para o efeito, o PARPA apresenta uma «estratégia de desenvolvimento baseada no mercado [onde] o papel principal do governo [é] a promoção do investimento e produtividade, [...] através do investimento em capital humano, desenvolvimento de infra-estruturas, programas para melhorar a qualidade das instituições públicas e políticas para uma gestão macroeconómica financeira eficiente»<sup>136</sup>.

Em paralelo com à estratégia é ainda declarado o empenhamento do Governo em prosseguir políticas e desenvolver actividades que conduzam à diminuição da vulnerabilidade e *empowerment* dos mais pobres entre os pobres.

Este documento deriva dos antecedentes de planeamento do Governo, incluindo as *Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta* (1999), o PARPA 2000-2004 (PRSP-Interino) e o *Programa do Governo 2000-2004*, bem como os planos, políticas, e estratégias sectoriais e intersectoriais desenvolvidos pelos órgãos do Estado<sup>137</sup>.

A *filosofia do PARPA* pressupõe que os países altamente endividados são pobres, por isso, não

---

<sup>134</sup> Grupo de Dívida de Moçambique (2002). *Para uma melhor participação dos moçambicanos na luta contra a pobreza absoluta*. Guia orientador do PARPA. Maputo: GDM.

<sup>135</sup> Governo da República de Moçambique (2001). *PARPA, 2001-2005*. Maputo: Governo de Moçambique. P.10-18.

<sup>136</sup> Idem, op. Cit. Teremos a oportunidade de comentar sobre essa estratégia no capítulo a seguir.

<sup>137</sup> Idem.



possuem condições internas criadas para conduzir devidamente o processo de desenvolvimento dos seus países. Assim, esses pobres correm sérios riscos de serem excluídos do processo<sup>138</sup>. Assim, o PARPA parte de sete pressupostos principais, nomeadamente:

1. Existência de pobreza (o problema)
2. Existência de uma sociedade civil, que é considerada o principal foco para a captação dos traços mais profundos da pobreza;
3. Existência de um processo tipicamente doméstico (*ownership*), por serem o governo e sociedade civil os principais actores;
4. Existência de um processo participativo (participação), que dá maior relevo à incorporação da sociedade civil na identificação dos problemas e suas soluções;
5. Existência de uma compreensividade, que pressupõe que os problemas levantados devem reflectir as reais causas da pobreza;
6. Existência de dois sentidos de fluxo de informação, de cima para baixo e de baixo para cima, o que pressupõe que fazedores de política devem informar até a base quais são os seus direitos e que políticas estão sendo traçadas para a promoção do bem comum, por outro lado, da base para cima deve-se comunicar aos fazedores de políticas os problemas do povo para que eles desenhem políticas compatíveis; e
7. Existência de responsabilidade, que significa que os papéis que cabem ao governo e à sociedade civil, como actores principais no processo, sejam cumpridos devidamente.

Crê-se que o PARPA enfatiza as medidas que no curto prazo beneficiem os pobres nas áreas da saúde, educação, agricultura e desenvolvimento rural, desenvolvimento das infra-estruturas e na governação

Assim, o PARPA é um instrumento de programação de médio prazo do sistema de planeamento público. A selecção de áreas de acção, sua classificação, determinação de objectivos e acções a empreender e sua priorização respeita quatro pressupostos de base.

Primeiro, é da iniciativa e acção ampla dos cidadãos e suas instituições (incluindo as famílias, empresas de todas as dimensões, instituições religiosas, associações, clubes, ONGs e outras) que advirá uma mudança radical rumo a uma redução significativa da pobreza absoluta.

Segundo, ao Estado cabe reorientar e redimensionar permanentemente as suas acções para efectivamente facilitar e servir a iniciativa e acção referida dos cidadãos e suas instituições.

<sup>138</sup> Grupo Moçambicano da Dívida... op.cit p. 12

Para este fim, o Estado actuará visando corresponder aos seguintes desafios: (a) operar a mudança necessária de atitudes das instituições públicas e seus agentes em relação aos cidadãos e suas instituições; (b) capacitar-se rapidamente para a necessária acção descentralizada no terreno, num processo permanente interactivo com outros parceiros sociais; (c) elevar significativamente a efectividade e eficiência nas acções a empreender. A elevação da capacidade de realização do Estado é que garante provisão de serviços necessários e dele esperados; e (d) exercer controle e reduzir práticas corruptas dos agentes do Estado, no relacionamento com os cidadãos e suas instituições.

Terceiro, por se tratar de um desafio a longo prazo, são importantes medidas para a promoção do equilíbrio ambiental bem como para a minimização dos riscos trazidos pelos desastres naturais. Quer dizer, impõe-se a identificação de estratégias para um crescimento económico acelerado, abrangente e sustentável.

Quarto, deve salientar-se que a busca permanente da redução da pobreza e a promoção do crescimento económico sustentável não se dissociam da promoção sistemática de um ambiente saudável de estabilidade social, política e macroeconómica.

## CAPÍTULO IV

### Por uma análise multiparadigmática das estratégias de desenvolvimento Moçambicanas desde 1983 aos nossos dias: Estado, FMI, Banco Mundial e ONGs em interacção

#### 4. Introdução

Ao longo do capítulo anterior pudemos ver que as mudanças estruturais operadas na economia política nacional, foram feitas, *primeiro de cima para baixo e em seguida de fora para dentro*, ou seja, se na primeira fase do período pós - independência - as mudanças foram no sentido de centralizar a administração da economia por forma a melhor redistribuir os ganhos bem como eliminar as sequelas do colonialismo português, nomeadamente a exploração do homem pelo homem e da burguesia; políticas estas dirigidas pelo Governo/Estado moçambicanos, na segunda fase, a partir da década de 1980 mas concretamente após o IV Congresso da Frelimo, as mudanças foram no sentido de abrir espaço para uma cada vez maior participação do sector privado na economia; mudanças essas cunhadas na ideologia neoliberal.

Para tanto, Moçambique teve que contar em grande medida com a participação e até direcção das Instituições Financeiras Internacionais - FMI e Banco Mundial, bem como os EUA, Grã-Bretanha e outros países da Europa Ocidental. Daí a razão de afirmarmos que as mudanças foram levadas à cabo de cima para baixo e de fora para dentro.

#### 4.1. Ajustamento Estrutural e Governabilidade na era da Globalização. A redefinição dos papeis do Estado na política económica nacional

A introdução do PRE significou em linhas gerais, a introdução do capitalismo selvagem, ou seja, de um sistema onde vão desaparecendo os controlos administrativos centrais e em que o mercado se auto-regula ao sabor das contingências da oferta e da procura ou do mercado. Trata-se de um sistema donde desaparecem progressivamente todas as formas de intervenção estatal no que respeita a controle e subsídios de preços dos principais produtos alimentares, e se incrementa uma política de despedimento de funcionários e trabalhadores excedentários ou improdutivos<sup>139</sup>.

O conjunto de medidas impostas (ou propostas, eufemisticamente falando) pelo FMI e Banco Mundial, foram inicialmente consideradas passíveis de provocar um golpe de Estado, devido à sua dureza. Realmente, a generalização da iniciativa privada e abertura aos investimentos estrangeiros, significou na prática que muitas das preocupações sociais observadas até então pelo governo desapareceram, para imperar a lei do lucro fácil e a generalização dos esquemas impróprios e da corrupção<sup>140</sup>.

Porém, o certo é que as perturbações que se receavam acabaram por não ocorrer, pelo menos nos primeiros dois anos de aplicação do PRE. Apesar dos aumentos superiores a 500% nos preços dos géneros de primeira necessidade, do fim dos subsídios estatais, o facto é que as primeiras ajudas financeiras que acompanharam o início do programa, destinadas fundamentalmente ao subsídio de importações, fizeram aparecer nas lojas produtos delas

---

<sup>139</sup> A política económica de Moçambique aparece claramente reflectida em documentos orientadores como PARPA, Propostas de Governo de Moçambique, Documentos de Orientação Política, elaborados conjuntamente entre o Governo e seus principais parceiros como FMI e Banco Mundial, Estratégias de Assistência ao País, vulgo CAS e mais recentemente, nos documentos da Facilidade de Crescimento e Redução da Pobreza (PRGF) bem como nos Planos económicos e Sociais desde os anos 80. Nestes, a intervenção estatal é desejada cada vez menor na área económica, deixando-a ao sector privado. Sobre as estratégias, veremos mais à diante.

<sup>140</sup> Sobre a corrupção, diversas são as obras que demonstram a forma indiscriminada de como o processo de privatização foi levado a cabo. Dentre os autores mais elucidativos, salientam-se os escritos de Joseph Hanlon (1991; 1997; 2001; 2002); Carlos Nuno Castel-Branco (1994; 1995; 2001; 2004); SILVA FRANCISCO (2003); Grete Brochmann e Arve Ofstad (1990) entre outros autores já citados como Hans Abrahamsson e Anders Nilsson (1994); David Plank (1993); Kenneth Hermele (1990); Merle Bowen (1992), etc. Uma avaliação completa sobre o processo de Privatização em Moçambique pode ser acedido no site oficial da UTRE [http://www.tropical.co.mz/~parafric/index\\_por.htm](http://www.tropical.co.mz/~parafric/index_por.htm)

ausentes há longos anos. Também, apesar dos seus preços quase inacessíveis, foi certo que a sua presença teve um impacto psicológico não desprezível, sobretudo nos grandes centros urbanos e nos centros do poder no final.

Num balanço geral consideramos que o PRE permitiu ao governo moçambicano retirar o país da crise financeira em que se encontrava, dando-lhe oportunidade de continuar a ter acesso ao crédito internacional<sup>141</sup>, embora tal situação representasse o endividamento crescente, uma prisão irreversível às políticas do FMI.

O saneamento financeiro e não o aumento da produção alimentar foram as preocupações do FMI e do Banco Mundial na elaboração do PRE e de todo o conjunto das políticas económicas, daí que se tenha assistido a um regresso ao passado nas tendências da economia moçambicana, ou seja, a viragem para a exportação de matérias-primas, que significou, por exemplo, a reintrodução da cultura do algodão, em detrimento das culturas alimentares que poderiam ter amenizado as importações, a maior abertura à penetração sul-africana.

A continuação da guerra não permitiu entretanto avanços significativos nas exportações de produtos geradores de divisas, cuja recuperação foi irrisória face aos níveis atingidos no período colonial e, assim, o país permaneceu inteiramente dependente do apoio do FMI, para manter uma certa estrutura económica e financeira credível. Foi criado um terrível ciclo vicioso de dependência externa.

A aplicação do PRE, que teve como preocupação política-base aliviar a situação social nos centros urbanos, sendo na capital em primeiro lugar, acentuou as próprias tendências já provocadas pela então guerra de desestabilização: a desertificação do campo, o aumento incontrolável do fluxo de pessoas do campo para as cidades, e a atracção pelos locais que surgiam como oásis no meio da miséria reinante. No entanto, esta situação veio fixar de vez a instabilidade social nas cidades, manifestada sob a forma de surtos grevistas que começaram a eclodir a partir dos finais de 1989, facto que aliado aos factores económicos acima descritos, fizeram com que o governo e a Frelimo optassem por uma muito maior abertura relativamente à Renamo.

Todavia, se por um lado as políticas de reajustamento estrutural contribuíram para a estabilização macroeconómica, por outro elas agravaram a situação social da maioria das

---

<sup>141</sup> Apenas isso porque a precariedade social que se vivia era ainda pior. Vide a propósito Judith Marshall. op.cit. p.17-57

populações<sup>142</sup>. Este factor não aparece por acaso. Fazendo uma simples análise aos programas de ajustamento estrutural em curso na maioria dos países em vias de desenvolvimento, facilmente denota-se maior interesse em as instituições financeiras internacionais prestarem maior atenção à questões financeiras, na esperança que o crescimento económico se responsabilizará pelo desenvolvimento social e na redistribuição dos recursos.

Por isso, importa, como já teríamos referido, fazermos uma análise do ambiente em que os factos acontecem. Faremos nesta última parte uma análise de como é que a filosofia das instituições financeiras internacionais nomeadamente o FMI e Banco Mundial dominam os instrumentos de planificação dos governos dos países em vias de desenvolvimento e concretamente o nosso país, Moçambique.

O objectivo deste procedimento visa estabelecer a relação entre globalização, neoliberalismo e os desafios do desenvolvimento moçambicano.

A nossa tese é de que as *teorias económicas neoliberais* constituem a ideologia dominante que moldam a actual filosofia económica global desde a década de 80. Por isso, influenciados pelas “dicas” do «Consenso de Washington» e perante a crise económica global provocada pelo choque petrolífero da década imediatamente anterior bem como a queda do Muro de Berlim e a desagregação da União Soviética e assim o fim da ideologia socialista/comunista que constituía o sustentáculo político-económico do estado moçambicano de então, combinado com a necessidade de suprir as óbvias crises económicas e sociais que o país vivia; a intervenção do Banco Mundial e o FMI foi inevitável. E porque na altura as instituições precisavam de garantias de que a ajuda financeira precisava de ser reembolsada para evitar situações como as do México<sup>143</sup>, tinha que haver condicionalismos, aliás uma das obrigações que a ajuda patrocinada por estas instituições sempre fazem questão de incorporar.

Assim, os sucessivos programas de ajustamento estrutural que se seguiram, eram acompanhados por um conjunto de condicionalismos que tinham que ser satisfeitos sob o risco de Moçambique ver as suas relações cortadas.

---

<sup>142</sup> Judith Marshall melhor documenta este factor. Vide MARSHAL: 1992, 35

<sup>143</sup> Em 1982 o México anunciou aos seus credores uma moratória, suspendendo os pagamentos relacionados com o serviço da dívida contraída.

O percurso de Moçambique como receptor da ajuda externa foi marcado por relações ora acrimoniosas com os seus principais parceiros, alternadas por algumas concessões de ambas partes.

A evolução das estratégias de desenvolvimento do país no pós IV Congresso estão intrinsecamente ligadas aos processos evolutivos dos paradigmas e dos *modus operandi* das estratégias de desenvolvimento das principais organizações financeiras internacionais.

O Consenso de Washington decretado por Williamson foi amplamente aproveitado, como era de esperar, tanto pelo FMI como pelo Banco Mundial. Não admire pois que a partir da década de 90, todos os países da África Subsaariana, Ásia e Europa do Leste que desejassem beneficiar da ajuda destas instituições tinham que adoptar medidas previamente estabelecidas para o facto<sup>144</sup>. A estes, era-lhes exigido implementar programas de reajustamento estrutural. Essa era uma condição para o reescalonamento da dívida bem como para concessão de novos empréstimos. Estes consistiam em medidas tendentes a estabilizar o ambiente macroeconómico e um crescimento económico baseado nas exportações, dentro do pressuposto de que essas medidas iriam reduzir a pobreza. Vale a pena repisar que estes programas previam medidas como a privatização das empresas estatais, remoção dos subsídios agrícolas e as indústrias locais bem como a liberalização do comércio internacional através da remoção ou redução dos direitos sobre as importações. Incluíam também reformas monetárias expressas na desvalorização da moeda local, adopção de uma rigorosa disciplina fiscal, através de cortes nos salários do sector público ou da introdução de taxas de acesso à saúde ou a educação.

Após o fracasso destas medidas - debatidas na última parte da nossa dissertação - no seio da opinião pública internacional, a década de 90 era para ser esquecida e novas medidas económicas precisavam de emergir.

Perante tanta crítica à medidas liberalizantes, as instituições de Breeton Woods adoptaram em Setembro de 1999 os chamados Programas Estratégicos de Redução da Pobreza. Assim, estas instituições *avisaram* aos estados que necessitassem receber financiamento concessionais ou alívio da dívida, teriam a obrigação de esboçar Programas Estratégicos de Redução da Pobreza sob a forma de Documento de Estratégia de Redução a Pobreza. A partir daí, a ênfase foi posta não apenas na estabilidade macroeconómica mas também na redução da pobreza. Essa

---

<sup>144</sup> Para uma compreensão mais exaustiva do processo de adesão às IFIS vide Michael Mussa e Miguel Savastano (1999). *Abordagem do FMI para a Estabilização Económica*. Washington: FMI.

estratégia, passaria a constituir a base para futuras negociações com o FMI e Banco Mundial bem como o resto do conjunto de doadores bilaterais<sup>145</sup>. A aprovação deste documento pelas IFIS implicaria por parte dos respectivos países à empréstimos concessionais da Associação Internacional para o Desenvolvimento - IDA/Banco Mundial -, uma aprovação dos fundos

---

<sup>145</sup> Parece-nos importante clarificarmos porque as Instituições de Breeton Woods são tão importantes e que instrumentos estes usam. Segundo Hanlon (1997:20) o FMI e o Banco Mundial têm maior poder sobre a política económica nacional devido a três factores principais: (1) *Coordenação da ajuda* - o Banco Mundial é em Moçambique responsável pela coordenação de toda assistência desde 1987 através duma organização interna que congrega os principais doadores, conhecido por *Grupo Consultivo*. Assim, o Banco Mundial detém o poder de decisão sobre todos os programas de ajuda em principais ministérios bem como de toda a política sectorial, com relação aos gastos relacionados com os dinheiros dos doadores; (2) *O controlo detalhado do orçamento* - através da imposição de um conjunto de medidas condicionantes como pontos de referência, limites fiscais e controlo da inflação. Assim, a divisão das tarefas acontece desta maneira: o FMI toma conta da inflação e do orçamento total do Governo enquanto que o Banco Mundial controla o orçamento detalhado dos ministérios sectoriais; (3) *Condicionalismos* - por causa da "desconfiança" que a maioria dos países doadores têm sobre os países pobres, os primeiros tornaram a sua ajuda condicionada à adesão prévia ao FMI e Banco Mundial, o mesmo acontecendo com o resto das organizações Multilaterais como o Clube de Paris. Este condicionalismo opera em dois sentidos. Por um lado o FMI e Banco Mundial podem autorizar aos doadores a impor medidas que melhor pretendem sobre o Governo Moçambicano, no que tange às leis, regulamentos e contrapartidas da ajuda a ser concedida/recebida. Por outro, estes doadores também precisam que Moçambique adira ao FMI e Banco Mundial para (a) garantir que a dívida será paga e (b) para que estes se beneficiem das medidas duras impostas pelas IFIS. Assim, para melhor ainda coordenar a relação com o Governo, o Banco Mundial (em consulta com outros doadores) produz "em coordenação" com o Governo um documento chamado *Estratégia de Assistência ao País*, vulgo CAS, que constitui o principal documento que orienta a assistência deste para o país. Nela, está descrita a estratégia do Banco Mundial baseada no levantamento das principais prioridades do país. Crê-se que essa estratégia surge para dar resposta aos desafios do PARPA constituindo-lhe assim instrumento de resposta. Por sua vez, o FMI possui o chamado PRGF - *Mecanismo de Facilitação do Crescimento e Redução da Pobreza* - que substitui o ESAF - *Enhanced Structural Adjustment Facility*, ou seja, *Financiamento Reforçado para o Ajustamento Estrutural*. É também com este documento que o FMI diz usar para apoiar as iniciativas, desafios e necessidades constantes no PARPA. Para um observador desatento, parecerá que o PARPA antecede os dois documentos o que é uma ilusão. De facto, tanto o CAS como o PRGF precedem o PARPA, daí o PARPA estar sempre em linha de conta com estes dois documentos! São as regras de jogo. Importa referir também que para além destes documentos, existem mais outros mecanismos de prestação de contas e um infindável rol de relatórios que são redigidos pelas autoridades governamentais. Por exemplo, de três em três anos o Banco Mundial e FMI produzem o chamado *Documento de Enquadramento de Políticas* - *Policy Framework Paper* - um documento contendo um conjunto de acções que deverão ser levadas a cabo pelo Governo para atingir os objectivos previamente acordados. Deste, o FMI elabora a sua *Matriz de Medidas Económicas e Financeiras*, contendo acções concretas a serem levadas a cabo. Curioso porém é que tanto o âmbito (desde os sistemas tributários até a planificação familiar e plantio de árvores) como as actividades aí descritas demonstram o exacto controlo que esta instituição tem sobre a acção governamental. Este documento é até mais detalhado que o Plano Económico e Social do Governo. Se juntarmos o Plano Quinquenal do Governo, que é o documento orientador apresentado à Assembleia da República; o PARPA - que apesar de não ser aprovado pela nossa AR, carece de uma aprovação importantíssima: chamam à esse acto *endossamento por parte do FMI e Banco Mundial*. Este documento, para ser válido e financiável, precisa de ser endossado pelas IFIS -, o Plano Económico e Social que é anual e aprovado pela Assembleia da República e Orçamento do Estado, temos mais um quarto documento, o *Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)* bem como o *Programa de Investimento*, que são programas continuos que são elaborados como parte do processo orçamental. Ao todo, somam oito documentos, dos quais quatro (PRGF, CAS, PARPA e PFP) são negociados pelas IFIS e mais três (PES, Plano Quinquenal e OE) são aprovados na AR. É visível o desgaste que este facto pode provocar no sistema de reportagem e prestação de contas. Pelos vistos, os principais documentos, são acima de tudo os negociados pelas IFIS e que escapam sobremaneira ao escrutínio da AR. Discutiremos mais a diante, na última parte.



através do Fundo do FMI para a Redução da Pobreza (PRGF) bem como atingir ao ponto de conclusão no âmbito do HIPIC.

Por isso, não admira pois que as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo tenham tido em conta as oportunidades que emergiam ao nível das instituições financeiras internacionais. Os erros cometidos com o SAF e o ESAF foram depois eufemisticamente repetidos quando foi da elaboração do Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza. O enfoque económico destes foi o mesmo aos do ESAF divergindo na incidência verbal ao combate a Pobreza Absoluta.

Se observarmos o quadro cronológico abaixo veremos que as principais mudanças operadas em Moçambique tinham em vista a modernização do aparelho do estado por forma a melhor responder às necessidades da economia global bem como aos padrões defendidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e não à resposta candente das necessidades imediatas da população.

Quadro cronológico das principais Reformas na economia política moçambicanas desde 1986 a 2000

Ano	Governação e Reforma do Sector Público	Reforma Económica	Reformas na despesa pública	Redução da pobreza
1986		Lançamento do PRE	Criado o Ministério de Cooperação	
1987			Plano Económico Anual substitui o Plano Central	
1989		Início do programa de Privatização. O PRE se torna em PRES	Revisão da despesa pública pelo Banco Mundial	
1990	Aprovação da nova constituição da República		Início do Programa de investimento público	Instituída a Unidade da Dimensão Social do Ajustamento Estrutural na Comissão Nacional do Plano. Permitido o Ensino Privado
1991	Aprovação das Leis de Liberdade de Expressão e de Imprensa		Início dos Planos de Reconstrução a nível provincial. Emissão do decreto que regula os procedimentos de registo da ajuda	Pesquisa sobre a Pobreza nas Famílias
1992	Assinatura dos Acordos de Roma			Permissão dos serviços privados de saúde

1993	Estabelecimento das operações de manutenção da Paz. Estabelecimento da UNOHAC	Liberalização dos preços de produtos de primeira necessidade	Emergência do Ministério das Finanças e da Comissão Nacional do Plano	
1994	Primeiras eleições multipartidárias. Aprovação da lei sobre a descentralização		Submissão ao Grupo Consultivo do Plano de Reconstrução Nacional	O programa de governo 1994-1999 identifica a pobreza como prioridade. Avaliação Participativa da Pobreza levada a cabo (participatory poverty assesment)
1995	Fim das missões de manutenção da Paz e da UNOHAC	Lançamento da reforma tributária		Estabelecimento da Estratégia de Redução da Pobreza
1996		Privatização do Banco Comercial	Fim da Revisão da Gestão Fiscal	Autonomização do INE.
1997	Aprovação da lei das Autarquias	Privatização do BPD	Emergência das Direcções de Plano e Orçamento	Segundo Censo Populacional
1998	Revisão do Sistema de Carreira e Remunerações. Eleições em 33 municípios		Decreto sobre o Registo de ONGs	
1999	Segundas eleições multipartidárias	Introdução do IVA. Moçambique atinge o Ponto de Decisão no âmbito do HIPIC	Preparado o Primeiro relatório da Conta Geral do Estado do ano fiscal de 1998	Aprovadas as directivas da Redução da Pobreza. Preparação do Documento da Estratégia da Redução da Pobreza Absoluta
2000	Estabelecimento da Comissão Interministerial sobre a Reforma do Sector Público	Aprovado o HIPIC reforçado	Primeira Auditoria a Conta geral do Estado do ano fiscal de 1998 pelo Tribunal Administrativo	Aprovado o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

Adaptado de: FOZZARD, Adrian (2002). *How, when and Why does Poverty get Budget Priority. Poverty Reduction Strategy and Public Expenditure in Mozambique*. London: Overseas Development Institute - ODI, WP 167.

Os conteúdos do PARPA são fortemente influenciados pelo Banco Mundial e pelo FMI, apesar de tanto o FMI como o próprio Banco afirmar o contrário.

O PARPA, da mesma forma como os seus antecessores, reflecte de forma predominante, as políticas prescritas pelas Instituições Financeiras Internacionais, em vez das prioridades dos pobres<sup>146</sup>. Por isso, é comum adoptarem-se políticas contrárias ao interesse dos pobres,

<sup>146</sup> Falaremos a talhe de foice, daquilo que achamos «prioridades de pobres»

enquanto, por outro lado, são excluídas as políticas favoráveis aos pobres. As regras estabelecidas para a elaboração do PARPA contêm fortes pressupostos neoliberais que necessariamente resultam em recomendações de políticas igualmente neoliberais. Este facto, associado à necessidade da aprovação das IFI, dá ao BM e ao FMI demasiado poder e influência sobre o conteúdo do PARPA. Por isso, é sintomática a semelhança existente entre os vários documentos de Redução da Pobreza dos vários países<sup>147</sup>. A análise sobre a pobreza também está extremamente influenciada pelas IFI que estabeleceram as regras para a avaliação da mesma. Esta fragilidade conduz a falhas sectoriais e geográficas nas estratégias e nas políticas adoptadas para reduzir a pobreza. O crescimento, e não a redução da pobreza, é o principal objectivo do PARPA.

O PARPA privilegia o crescimento económico, relegando ao plano secundário a resolução dos problemas da pobreza. Ainda assim, praticamente não existe nenhuma análise acerca do tipo de crescimento passível de reduzir os níveis da pobreza.

Frequentemente, os potenciais impactos sociais negativos do crescimento não são sequer identificados ou discutidos; não se apresentam estratégias de redistribuição nem é estabelecido qualquer compromisso entre as questões. As políticas macroeconómicas contidas no PARPA e no Mecanismo de Facilitação do Crescimento e da Redução da Pobreza (designado em língua inglesa pela sigla PRGF) são, na sua essência, as mesmas já desacreditadas nas do Reajustamento Estrutural e o impacto negativo dessas políticas não é abordado. As IFI continuam sem vontade de considerar políticas alternativas<sup>148</sup>. Também continuam a achar que as políticas de reajustamento estrutural contribuem, automaticamente, para a redução da pobreza sem fazer nenhuma análise dos seus possíveis efeitos empobrecedores a nível nacional. Além disso, ainda não se registam progressos quanto à prometida redução dos condicionalismos. O que aconteceu foi a separação das responsabilidades de cobrança onde o Banco Mundial acabou herdando parte daquilo que o FMI cobrava enquanto se multiplicam, por outro lado um conjunto de pontos de referência e metas macroeconómicas a atingir<sup>149</sup>.

<sup>147</sup> CASH, Katherine e SANCHEZ, Diana (2003). *Redução da Pobreza ou Repetição de Erros? Uma crítica aos Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza*. Genebra: Church of Sweden Aid, Diakonia, Save the Children Sweden e The Swedish Jubilee Network, p. 8-11

<sup>148</sup> A frente será debatida

<sup>149</sup> Vide Hanlon (1997:22)

As IFI estão a promover as privatizações, cuja implementação é feita através do PARPA não obstante a forte oposição dos pobres e da experiência clara do passado. No passado, tivemos experiências de privatizações que consistiram na transferência dos monopólios estatais para monopólios privados e incluíram a prestação de serviços de baixa qualidade, preços elevados e, conseqüentemente, elevados custos para os pobres, o aumento do fosso entre os ricos e os pobres, bem como a perda de postos de trabalho. De igual modo, na matriz do PARPA a liberalização do comércio não destaca o carácter recíproco do comércio. Não esboça políticas destinadas a lidar com o fluxo das importações causado pela liberalização tampouco prevê em que medida os países poderiam ficar prejudicados pela liberalização e em que medida as populações vulneráveis seriam afectadas<sup>150</sup>. Esses são alguns problemas que achamos pertinentes levantar, apesar de muitos documentos tanto governamentais como das principais instituições financeiras, produzidos desde a década de 80 do século passado, apontarem para a necessidade de acabar com a pobreza. A nossa incidência crítica ao PARPA advém do facto de ser este o documento muito importante para Moçambique. É deste que se elabora o Plano Económico e Social; também é deste que se elaboram o Plano Quinquenal do Governo, apesar de o último ser de cinco anos. É deste documento que todo o financiamento externo é mobilizado e a dívida gerida.

O desafio do Estado é e sempre foi o mesmo: por um lado garantir um projecto original moçambicano que responda às necessidades nacionais e financiável e por outro evitar a **marginalização** como acontecera no passado.

A terceira parte a seguir, debate o conjunto desses problemas e esboça, a partir da literatura influente, uma perspectiva alternativa ao desenvolvimento tendo como a base a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável e verdadeiramente pro-pobre.

---

<sup>150</sup> CASH, Katherine e SANCHEZ, Diana (2003), op. cit, p. 13

# PARTE III

## CONSTRUÇÃO

Capítulo V: Do *Consenso de Washington* ao «Consenso de Maputo». Por uma abordagem alternativa aos caminhos do desenvolvimento nacional

Capítulo VI: Conclusão

## CAPÍTULO V

### Do *Consenso de Washington* ao «Consenso de Maputo». Por uma abordagem alternativa aos caminhos do desenvolvimento nacional

#### 5. Introdução

Na parte I tentamos montar um quadro conceptual que nos permitiu compreender a dinâmica das relações internacionais, principalmente no que tange com o papel do Estado em interacção anárquica, permanente e desigual com os outros actores dos processos de globalização. O objectivo subjacente era de *preparar terreno* para a parte II, onde tentamos mostrar, a partir do caso moçambicano e do reajustamento estrutural, essa relação ao longo das diversas fases da história de desenvolvimento nacional.

Pudemos, assim, demonstrar que o processo de transformação social e político desencadeado a partir do III Congresso e com mais acuidade a partir de 1987<sup>151</sup> ocorreu num momento em que a ideologia económica neoliberal ganhava proeminência global, com a consequente desagregação do bloco socialista e seus *seguidores* em África, Ásia e Europa do Leste. Assim, e numa altura em que na América Latina experimentava uma crise económica grave, em parte provocadas pela ineficiência dos Estados na gestão da coisa pública, surgiu uma ideia-tipo que futuramente se chamaria *Consenso de Washington*, proposta que pretendia remediar a regressão económica da maioria dos países do Terceiro Mundo. Moçambique fazia parte deste grupo.

Nessa última parte tentaremos buscar as lições do passado recente para debatermos uma alternativa ao actual modelo de desenvolvimento, fortemente influenciado pela ortodoxia neoliberal. Não se trata de negar os processos da globalização. Muito menos todo o Consenso de Washington. Trata-se sim de aliar componentes sociais às já componentes econométricas, viradas à estabilização financeira, privatização e desregulação.

---

<sup>151</sup> Já teríamos dito que somos avessos à utilização de 1987 como ano de início de grandes transformações sócio-económicas de Moçambique pois sobrevaloriza o papel das IFIs num processo iniciado - e com sucesso, diga-se de passagem - pelo Governo Moçambicano. Por isso, o marco temporal por nós proposto visa exactamente fazer um reparo à abundante literatura que dá primazia à este ano, enquanto que na verdade houve um conjunto de acções preparatórias que a antecederam.

### 5.1 Das Lições da História económica moçambicana

Fazendo uma leitura crítica aos diversos programas de desenvolvimento seguidos pelos sucessivos Governos, é fácil, como aliás Castel-Branco (1995:602) já o teria feito, que o PPI, PAC, PRE, PRES - e eu aumento - PARPA I «foram desenhadas como resposta à necessidade de introduzir mudanças profundas, à pressão de crises estruturais graves e dos doadores principais de cada época». Por isso, todas atacaram mais os efeitos que as causas das crises que propunham enfrentar, tendo se concentrado mais no rápido crescimento da capacidade produtiva, na primeira estratégia, e na estabilização económica na terceira, quarta e quinta estratégias<sup>152</sup>.

No caso do PRE/PRES, Castel-Branco (ibid., p.603) aumenta dizendo que estes pretenderam que os agentes económicos fossem capazes e sensíveis de por si só reagir racional e rapidamente aos incentivos dos preços, sem tomar em conta os constrangimentos estruturais, sociais, institucionais e tecnológicos dos mercados, tendo por outro lado adoptado uma atitude não selectiva em relação à reabilitação económica.

Por último tanto o PRE, PRES como o PARPA I foram fortemente dependentes do financiamento externo, tanto na sua conceptualização como no seu financiamento. No caso do PARPA I, José Negrão (2002) notava, curioso, que para a implementação do PARPA, o Estado teria que se endividar ainda mais. Pior que isso, notava ele, era o facto de o PARPA I pretender dar prioridade àquilo que aquando da implementação do PRE/PRES se negou ao Governo moçambicano<sup>153</sup>.

Este facto mostra claramente o quanto estava errado o Consenso neoliberal de Washington quanto ao conceito de desenvolvimento bem como quanto aos caminhos escolhidos para incentivá-lo.

---

<sup>152</sup> No fundo, PRE e PRES são as duas faces da mesma moeda. O PRE foi um programa aperfeiçoado do PRE, com a novidade de nela conter a componente social.

<sup>153</sup> O PARPA I priorizava seis áreas fundamentais, nomeadamente: Educação; Saúde, Infra-estruturas (Estradas, Energia e Água); Agricultura e Desenvolvimento Rural; Boa Governação, Legalidade e Justiça; Políticas Macro Económicas e Financeiras.

Por isso mesmo, a emergência de ideias alternativas ao modelo de desenvolvimento *mercado-cêntrico* nos parece pertinente. Um modelo que Moçambique precisa para continuar a financiar programas governamentais tendentes a mitigar de forma rápida e eficaz a pobreza absoluta. Para tal, e como primeiro passo, precisamos de reconceptualizar o *desenvolvimento*.

Para tanto, *Desenvolvimento* deverá ser visto como «um processo de selecção coerente e flexível de objectivos, prioridades, tecnologias, mercados, formas sociais de organização da produção, incentivos e formas institucionais de acção que modifique a estrutura e das relações económicas»<sup>154</sup>.

A definição de *desenvolvimento* como «construção de escolas», criação de indústrias, privatizações, nacionalização, construção de infra-estruturas ou estabilização macro-económica reflecte uma compreensão tão superficial do problema que apenas atinge os efeitos e não as causas.<sup>155</sup>

Assim, a operacionalização do «novo desenvolvimento», necessitaria o envolvimento de todos, mas principalmente dos Estados, agentes de regulação económico-financeira internacional, mercados, sociedade civil, entre outros.

Mas porque o desenvolvimento nacional não é operacionalizável sem o beneplácito do sistema de ajuda internacional, urge que este tome novas medidas no quadro da sua actuação, na relação permanente com os Estados.

Por isso, estabelecer um novo sistema internacional de ajuda deve constituir uma das prioridades mais urgentes dado que a actual arquitectura não responde cabalmente aos desafios do milénio. O alívio da dívida deve deixar de ser uma simples operação contabilística, da mesma forma que os mecanismos de financiamento internacional devem ser previsíveis, sustentáveis e suficientemente grande para facilitar o investimento simultâneo em sectores que reforce os impactos de um sobre os outros<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> Castel-Branco (1995)

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> Vide o Relatório Global do Desenvolvimento Humano, 2005.



A ajuda condicionada (*tied aid*, em inglês), deve deixar de existir caso esta pretenda constituir uma das formas de erradicar a pobreza, dado constituir uma das formas indirectas de subsidiar a indústria dos países doadores e assim, uma das formas de intervenção do Estado na economia, algo que nos é negado cá dentro. Do mesmo modo, a ajuda baseada em projectos deve deixar de existir, para em vez disso, convergir todos recursos no Orçamento Geral do Estado<sup>157</sup> e deixar que este melhor faça a gestão e alocação dos recursos.

## 5.2. Do Consenso de Washington ao *Consenso de Maputo*: globalização, economia e desenvolvimento.

A relação entre o Consenso de Washington, economia neoliberal, desenvolvimento e os processos de globalização foi aqui largamente explanada. Portanto, é lugar comum advogar que o consenso falhou. Falhou na redução da pobreza, na promoção do desenvolvimento social e ambiental.

Todavia, a alternativa ao Consenso de Washington não é um simples endossamento dum desenvolvimento estadocêntrico nem é a intervenção de estado sempre benéfica, apenas porque funciona contra ela.

Então, que caminho devemos seguir? Quais são as melhores políticas económicas que poderão levar os países em vias de desenvolvimento, em especial Moçambique, ao desenvolvimento pretendido? Qual deverá ser o papel do Estado na economia? E o dos agentes de regulação financeira internacional? Respostas a estas perguntas não existem, porque não são mágicas.

Cada país tem que encontrar suas próprias alternativas. O conhecimento de condições locais, a experiência com as boas instituições nacionais e agências bem como as forças combinadas de integração económica nacional deverão estar correlacionadas com políticas macro económicas sensatas e algum elemento de integração internacional.

Incentivos de mercado, estabilidade macroeconómica bem como boas instituições são elementos-chave para um *bom desenvolvimento*<sup>158</sup> alcançável através do bom uso das capacidades

<sup>157</sup> Vide TIBANA e HODGES (2005).

<sup>158</sup> Recorde-se do mau desenvolvimento de falamos na parte I

existentes, dentro de um determinado contexto. O pensamento sobre o desenvolvimento deve se desenraizar da ideia fixa e dogmática sobre o mercado de livre concorrência para uma outra, mais complexa, inteligente e sábia.

Os países em vias de desenvolvimento<sup>159</sup> precisam de espaço para experimentarem inovações institucionais que partam da ortodoxia do Banco Mundial e do FMI bem como da OMC. Do mesmo modo, as organizações como a OMC devem retirar das suas mentes o torpor pela criação, regulação e supervisão dos mercados para uma escala mais larga das políticas que incentivam sistemas económicos nacionais diferentes florescer dentro de uma ordem de mercado global justa e baseada no primado da lei.

Deixar que os mercados só por si resolvam problemas como os da regulação, geração e alocação dos recursos é perpetuar os profundos e bem enraizados problemas económicos e políticos dos países em vias de desenvolvimento, principalmente devido a largas assimetrias regionais dentro e entre as nações, que largamente constituem focos de prováveis conflitos e instabilidade<sup>160</sup>.

De facto, reduzir o estado ao mero papel regulador em nome da economia de mercado significa também reduzir a sua intervenção em muitas esferas sociais e implica também cortes em sectores primordiais como os da agricultura, saúde, educação e habitação.

Foi isso que se verificou ao longo dos anos 80 do século passado. É isso que se tenta remediar no PARPA II. Mesmo assim, as formas que o conjunto de doadores e outros organismos de cooperação bilateral pretendem operacionalizar mina de certa forma o sucesso deste empreendimento. A coordenação da ajuda, os condicionalismos prevaescentes bem como a imprevisibilidade na alocação dos recursos por parte da comunidade dos doadores constituem constrangimentos que clamam por uma solução imediata.

---

<sup>159</sup> Recordemos sempre que ao generalizarmos queremos por outro lado dar a característica global que o fenómeno representa. Todavia, salientamos aqui o caso moçambicano, dado ser para este país que procuramos aqui as respectivas alternativas.

<sup>160</sup> Vide o caso da França

## CAPTÍTULO VI

### Conclusão

Chegados até aqui, é possível estabelecermos uma relação directa entre Consenso de Washington, o processo de Reajustamento Estrutural e a Globalização económica neoliberal. Por outro lado, podemos também perceber o balanço de poder entre as instituições financeiras internacionais e o estado Moçambicano ante o sistema internacional caracterizado por conflitos de interesses anárquicos.

A partir de uma simples periodização, é possível perceber que a derrocada do Bloco Socialista da Europa do Leste trouxe ao de cima a ideologia capitalista de cariz neoliberal, ideologia esta reforçada com a chegada ao poder de Reagan e Thatcher na década de 80; duas personalidades que advogavam o cada vez maior distanciamento dos Estados na liderança económica. Por outro lado, pudemos perceber que o agravamento da crise económica da América Latina precipitou o lançamento dum *Consenso* - que se destinava a um determinado grupo de países - para o resto de países em situação económica semelhante. Assim, porque Moçambique se encontrava na mesma situação, não constituiu excepção.

Pudemos ver também que a proeminência das instituições de regulação financeira internacional como o FMI e o Banco Mundial nos PVDs deve-se essencialmente à obrigatoriedade de os PVDs firmarem acordos com estas instituições caso desejem receber alguma ajuda do resto dos países e agências de cooperação bilateral. No fundo, trata-se de uma garantia que o resto dos actores querem ver firmada, por forma a garantir o pagamento do serviço da dívida. Desta forma, o espaço de manobra para Moçambique permanece menor (vide a parte II).

Por último, pudemos notar que todo o conjunto de transformação e modernização operado pelo Governo tanto nas suas políticas económicas como no seu funcionamento, visavam coadunar com os padrões internacionais de governação e regulação; medidas essas que nem sempre produziram efeitos desejados.

Aos Estados cabe agora saberem **regular e melhor governar** os processos de globalização pois é neste ponto que reside o epicentro de todos dissabores que aparentemente estes apresentam.

## BIBLIOGRAFIA

1. ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders (1994). *Moçambique em Transição. Um estudo da História de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI.
2. ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders (1995). *Ordem mundial e futura Governação Nacional em Moçambique. «Empowerment» e espaço de manobra*. Maputo: CEEI-ISRI.
3. ABRAHAMSSON, Hans (1995). *The Washington Consensus e Moçambique*. Goteborg: PADRIGU.
4. ABRAHAMSSON, Hans (2001). *Aproveitando a oportunidade. Espaço de manobra numa ordem em transformação. O caso de Moçambique*. Gotemborg: PADRIGU/ISRI.
5. ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders (2001). *Pobreza, Conflito e Desenvolvimento. Algumas reflexões sobre Angola e Moçambique*. Gotemborg: PADRIGU.
6. ADAM, Yussuf (1997). «Evolução das estratégias para o desenvolvimento pós-colonial» In: SOOGE, David (ed). *Perspectiva sobre ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, Dutch Co-financing agencies.
7. ADAM, Yussuf; COIMBRA, Humberto (1997). «Messias modernos procuram novos lázaros». In: SOOGE, David (ed). *Perspectiva sobre ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, Dutch Co-financing agencies.
8. ALIER, Joan Martínez (1998). *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB.
9. ALVES, Miguel Ângelo de Freitas (2000). *A dívida externa dos países em desenvolvimento: a questão, a procura de soluções e o caso de Moçambique*. Lisboa: ISEG. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.
10. AMIN, Samir (1997). *Capitalism in the Age of Globalization*. London: Zed Books.
11. ARCHIBUGI, D; HELD, David (1995). *Cosmopolitan Democracy: An Agenda for a New World Order*. Cambridge: Polity and Blackwell Publishers.
12. ARNDT, H.W. (1987). *Economic Development: The History of an Idea*. Chicago: University of Chicago Press, Bardhan, Pranab.
13. ARNDT, H.W (1997). *The Role of Governance in Economic Development: A Political Economy Approach*. Paris: OECD Development Centre.
14. ATLAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2002). Lisboa: Plátano Editoras.

15. BAGANHA, Maria Ioannis (2002). «A cada sul o seu norte. Dinâmicas migratórias em Portugal». In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (dir). *Globalização. Fatalidade ou Utopia*. 2.ed. Porto: Afrontamento.
16. BAKKER, Isabella; MILLER, Riel (1997). «Fuga ao Fordismo: A emergência de formas alternativas da administração pública». In: BOYER, Robert; DRACHE, Daniel (dir). *Estados Contra Mercados: Os Limites da Globalização*. Lisboa: Instituto Piaget.
17. BALDWIN, Richard; MARTIN, P. (1999). *Two waves of globalization: superficial similarities, fundamental differences*. Cambridge: National Bureau of Economic Research. Working Paper nº 6904.
18. BANCO MUNDIAL. *O Banco Mundial em Moçambique* (2002). Maputo: Banco Mundial.
19. BANCO MUNDIAL; FMI; GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2004). *Avaliação do Processo dos Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PERP) e dos Acordos no Âmbito do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)*. Maputo: Gabinete de Avaliação Independente do Fundo Monetário Internacional; Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial e o Governo da República de Moçambique.
20. BANCO MUNDIAL (2003). *Estratégia de Assistência ao País*. Maputo: Grupo do Banco Mundial.
21. BIRDSALL, Nancy (2000). *The World Bank of the Future: Victim, Villain, Global Credit Union?* Washington D.C: Carnegie Endowment for International Peace.
22. BIRDSALL, Nancy (2004). *Seven Deadly Sins: Reflections on Donor Failings*. Washington DC: Center for Global Development, Working Paper Number 50.
23. BIRDSALL, Nancy (2005). *Beyond the Consensus of Washington: New Social Contract in Latin America*. Washington DC: Centre for Global Development.
24. BIRDSALL, Nancy; KAPUR, Devesh et al. (2005). *The Hardest Job in the World: Five Crucial Tasks for the New President of the World Bank*. Washington DC: Centre for Global Development.
25. BOWEN, Merle (1992). «Beyond Reform. Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique». In: *The Journal of Modern African Studies*, nº 30, v.2, p. 255-279.
26. BOWEN, Merle (1994). «Beyond reform. Adjustment and political power in contemporary Mozambique». In: RICH, Paul. *The dynamics of change in Southern Africa*. New York: St. Martins Press.
27. BOYER, R.; DRACHE, D. (1996) *States Against Market: the limits of globalization*. Londres/Nova York: Rutledge.

28. BROCHMANN, Grete; OFSTAD, Arve (1990). *Moçambique. Ajuda norueguesa num contexto de crise. Estudo do país e exame da ajuda norueguesa*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
29. BRÄUTIGAM, Deborah (2001). *Aid Dependence and Governance*. Washington: School of International Service.
30. CALLINICOS, A. et al. (1994). *Marxism and the New Imperialism*. London: Bookmarks.
31. CAMILLERI, J. A; FALK, T (1992). *The end of sovereignty*. Aldershot: Edward Elger.
32. CARDOSO, Fernando Jorge (1993). *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África sub-sahariana*. Lisboa: Fim de Século Edições.
33. CARR, E. H. (1981). *The Twenty Years Crisis 1919-1939*. London: Papermac.
34. CASTELLS, Manuel (1996). *The Rise of Network Society*. Oxford: Blackwell.
35. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (1995). «Opções económicas de Moçambique, 1975-1995. Problemas, lições e ideias alternativas». In: MAZULA, Brazão (ed.). *Eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Imprensa Universitária. P.581-633.
36. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CRAMER, Cristopher; HAILU, Degol (2001). *Privatization and Economic Strategy in Mozambique*. London: WIDER.
37. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2003). *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*. Maputo: Versão adaptada, modificada e expandida de uma artigo de análise feito no quadro do processo de elaboração da Agenda 2025.
38. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. *FMI, ESAF e Desenvolvimento. Reflexões Críticas*. On-line: [http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/cnesaf.htm#\\_ftn1](http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/cnesaf.htm#_ftn1). Retido em: 01.12.2004.
39. CASTRO, Manuel Cabral de (1996). «Desenvolvimento sustentável: a genealogia de um novo paradigma». In: *Revista Economia & empresa*. São Paulo, nº 3. v. 3, Julho/Setembro.
40. CASH, Katherine; SANCHEZ, Diana (2003). *Redução da Pobreza ou Repetição de Erros? Uma crítica aos Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza*. Genebra: Church of Sweden Aid; Diakonia; Save the Children Sweden e The Swedish Jubilee Network.
41. CHOSSUDOVSKY, Michael (1997). *The Globalization of Poverty: impacts of IMF and World Bank reform*. London: Zed Books.
42. CLARK, Ian (1997). *Globalization and Fragmentation: International Relations in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press.

43. COMITÉ DE CONSELHEIROS (2003). *AGENDA 2025: Visão e Estratégias da Nação*. Maputo: EloGráfico.
44. COMISSÃO NACIONAL DO PLANO/DIRECÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1982). *Moçambique: informação Estatística 1980-1981*. Maputo: CNP/DNE.
45. CNP/DNE (1984). *Informação económica*. Maputo: CNP/DNE.
46. CNP/DNE (1988). *Moçambique: informação Estatística 1987*. Maputo: CNP/DNE.
47. CNP/DNE (1990). *Moçambique: informação Estatística 1989*. Maputo: CNP/DNE
48. COMISSÃO NACIONAL DO PLANO (1991). *Anuário Estatístico*. Maputo: CNP
49. CORSI, Francisco Luiz (2002). «A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista». In: *Revista de Sociologia Política*, 11-29, Nov.
50. CRUZ e SILVA, Teresa Maria da [2001]. *Moçambique, um perfil*. Coimbra: RES (Reinvenção da Emancipação Social). Texto não Editado. Online: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>
51. DIRECÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1985). *Informação Estatística*, 1986. Maputo: DNE.
52. DIOGO, Luisa (2002). «A paz e a economia». In MAZULA, Brazão (ed.). *Moçambique: Dez Anos de Paz*. Maputo: CEDE.
53. DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Jr., Robert L. (2003). *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
54. DRISCOLL, Ruth; EVANS, Alison (2004). *Second Generation of Poverty Reduction Strategies*. London: Overseas Development Institute/DFID.
55. EASTERLY, William (2002). *What did structural adjustment adjust? The association of policies and growth with repeated IMF and World Bank adjustment loans*. Washington DC: Centre for Global Development; Institute for International Economics.
56. FALK, Richard (1995). «Liberalism at the Global Level: The Last of the Independent Commissions!» In: *Millenium* 24 (3): 563-578.
57. FALK, Richard (1999). *Predatory Globalization*. Cambridge: Polity Press.
58. FEATHERSTONE, Mike (1995). *Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity*. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE.
59. FLÓRIDO, Maria Alexandra da Costa (1939). *Compêndio de Organização Política e Administrativa da Nação*. 2.ed. Lisboa: Livraria Ferin.

60. FMI & PEOPLES REPUBLIC OF MOZAMBIQUE (1984). *Request for Arrangement Under the Structural Adjustment Facility*. New York: IMF. Confidencial.
61. FRANCISCO, A. (2003). «Reestruturação Económica e Desenvolvimento de Moçambique». In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; et al. *Conflito e Transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, p.141-178.
62. FOZZARD, Adrian (2002). *How, When and Why does Poverty get Budget Priority? Poverty Reduction Strategy and Public Expenditure in Mozambique*. London: Overseas Development Institute.
63. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2002). *Avaliação da Sustentabilidade*. Nova Iorque: Departamento de Elaboração e Exame de Políticas.
64. GRUPO DOS 20 (2004). *Relatório Anual da Pobreza 2004*. Maputo: G20.
65. GIDDENS, Anthony (1998). *The Third Way: the Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press.
66. GIDDENS, Anthony (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.
67. GILL, S. (1995). «Globalization, Market Civilization and Disciplinary Neoliberalism». In: *Millennium* 24(3): pp. 399-424.
68. GIDDENS, Anthony. (1990). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity.
69. GIDDENS, Anthony (1998). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
70. GILL, S. (1992). «Economic globalization and the internationalization of authority: limits and contradictions». In: *GeoForum*, 23, p. 269-83.
71. GILPIN, Robert (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press.
72. GILPIN, R. (2001). *Global Political Economy*. Princeton: Princeton University Press.
73. GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita. (2000). «Políticas neoliberais? Mas o que é o neoliberalismo?». In: *Revista do BNDES*, v. 7, n. 13. Rio de Janeiro: BNDES.
74. GIAMBIAGI, Fábio; ALMEIDA, Paulo Roberto (2003). *Morte do consenso de Washington? Os rumores a esse respeito parecem muito exagerados*. Rio de Janeiro: BNDES: Texto para Discussão n.º 103.
75. GOBE, Artur M. (1994). «A situação económica do país». In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (org.). *Moçambique: Perspectivas económicas*. Maputo: UEM/Friedrich Ebert Stiftung, p. 4-30.



76. GOLDBLATT, David; HELD, David; MCGREW, Anthony; PERRATON, Jonathan. (2004). *Researching Globalization*. Cambridge: Polity.
77. GRUPO DE DÍVIDA DE MOÇAMBIQUE (2002). *Para uma melhor participação dos moçambicanos na luta contra a pobreza absoluta. Guia orientador do PARPA*. Maputo: GDM.
78. GOULET, Denis (2002). «Desarrollo humano». In: CONILL, J. (2002). *Glosario para una sociedad intercultural*. Valencia: Bancaza.
79. HANLON, Joseph (2002). *Are donors to mozambique promoting corruption?* London: Development Research Centre, Working Paper no.15.
80. HANLON, Joseph (2001). «Matando a galinha dos ovos de ouro». In: *Moçambique Online*: [www.mocambiqueonline.co.mz](http://www.mocambiqueonline.co.mz). Capturado em Dezembro de 2003.
81. HANLON, Joseph (1997). *Paz Sem Benefício – Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
82. HANLON, Joseph (1984). *Mozambique, the Revolution Under Fire*. London: Zed Books.
83. HANLON, Joseph (1991). *Mozambique, Who call the shots?* London: James Currey.
84. HANLON, Joseph (1997). «O dono de Moçambique é o FMI». In: SOOGE, David (ed). *Perspectiva sobre ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, Dutch Co-financing agencies.
85. HAYEK, Frederico (1977). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa: Teoremas.
86. HELD, David; MCGREW, Anthony (2000). *The Global Transformations Reader*. Cambridge: Polity Press.
87. HELD, David; MCGREW, Anthony; PERRATON, Jonathan (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity and Stanford University Press.
88. HELD, David (1993). *Prospects for Democracy: North, South, East, and West*. Cambridge: Polity and Stanford University Press.
89. HELD, David (1989). *Political Theory and the Modern State*. Cambridge: Polity and Stanford University Press.
90. HELD, David (1995). *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity and Stanford University Press.
91. HELD, David (1996). *Models of Democracy*. 2.ed. Cambridge: Polity and Stanford University Press.

92. HELD, David; HIRST, Paul (2002). *Globalization After 11 September. The argument of our time*. Cambridge: Open Democracy.
93. HELD, David (2004). *What are the dangers and the answers? Clashes over globalization*. London: Open Democracy.
94. HELD, David; McGrew, Anthony (2002). *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*. Cambridge: Polity Press.
95. HERMELE, Kenneth (1990). *Moçambique numa encruzilhada. Economia na era de ajustamento estrutural*. Bergen: Chr. Michelson Institute/DERAP.
96. HETTNE, Bjorn; ODÉN, Bertil (eds.) (2002). *Global Governance in the 21st Century: Alternative Perspectives on World Order*. Stockholm: Almqvist & Wiksell International.
97. HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame (2000). «The Limits to Economic Globalization». In: HELD, David; MCGREW, Anthony. *The Global Transformations Reader*. Cambridge: Polity Press.
98. HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame (1998). *Globalização em Questão*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes.
99. HODGES, Tony; TIBANA, Roberto (2005). *A economia política do orçamento em Moçambique*. Lisboa: Pricipia.
100. HOILE, David (1989). *Mozambique: A Nation in Crisis*. London: Claridge Press.
101. HÖFFE, Otfried (1994). *Diccionario de ética*. Barcelona: Crítica.
102. HOOVELT, Ankie (1997). *Globalization. An introduction*. Sheffield: University of Sheffield Press.
103. IANNI, Otávio (2001). *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
104. IANNI, Otávio (2001). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
105. IANNI, Otávio (2001). *A Era do Globalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
106. IANI, Octávio (1998). «O Príncipe Eelctrónico.» In: *Primeira Versão*. São Paulo: UNICAMP/IFCH.
107. IANNI, Otávio (1998). *Estado-nação na época da globalização*. In: *Revista de Ciência Económica*. Rio de Janeiro. p. 105- 118.
108. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000). *Anuário Estatístico*. Maputo: INE

109. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2000). *Anuário Estatístico 2001*. Maputo: INE
110. JESSOP, Bob (2003). *The Future of the State in an Era of Globalization*. Berlin: IPG, 3. p. 30-46.
111. KEOHANE, R. O. (1998). «International Institutions: Can Interdependence Work?» In: *Foreign Policy*. Spring, 82-96.
112. KILLICK, Tony (1995). *IMF Programmes in Developing Countries: Design and Impact*. London e New York: Rutledge.
113. KILLICK, Tony; CASTEL-BRANCO, Carlos N.; GERSTER, Richard (2005). *Perfect Partners? The performance of Programme Aid Partners in Mozambique. A report to the Programme Aid Partners and Government of Mozambique*. Maputo: Programme Aid Partnership.
114. KHAN, Mohsin S; SHARMA, Sunil (2001). *IMF Conditionality and Country Ownership of Programs*. New York: IMF Institute.
115. KRASNER, S. (1995) «Compromising Westphalia». In: *International Security* 20: 115-51.
116. KOFMAN, E.; JOUNGS, G. (1994). *Globalization: theory and practice*. New York: Pinter, p. 43-57.
117. KRUEGER, Anne, O. (1998) «Whither the World Bank and the IMF?» In: *Journal of Economic Literature* Vol. XXXVI (December), p. 1983-2020.
118. KRUGMAN, Paul (1996). *The Self-Organizing Economy*. Cambridge, Mass., and Oxford: Blackwell Publishers.
119. KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (2003). *After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America*. Washington: Institute for International Economics.
120. KÜNG, Hans (1999). *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Editora Vozes.
121. MACAMO, Elísio (2005). *Abecedário da Nossa Dependência*. Maputo: Ndjira
122. MAGRIÇO, Vitor (2003). *Alianças Internacionais das Empresas Portuguesas na era da Globalização: uma Análise para o Período 1989-1998*. Lisboa: Celta Editora.
123. MAJER, Helge (1997). «Crescimento». In: ENDERLE, Georges et. al. *Dicionário de ética económica*. São Leopoldo: Editora UNISINOS.

124. MANN, M. (1997) «Has globalization ended the rise and rise of the nation state?» In: *Review of International Political Economy*, Vol. 4.
125. MARSHAL, Judith (1992). *War debt and structural adjustment. The social impact*. Ottawa: Nord-Sud Institutes.
126. MASSIAH, Gustave (2002). «Do ajustamento estrutural ao respeito dos direitos humanos». In: ATTAC. *Uma economia ao serviço do homem*. Lisboa: Fim de Século, pp. 128-131.
127. MAXWELL, Simon (2005). *The Washington Consensus is dead! Long live the meta-narrative!* London: Overseas Development Institute. Working Paper 243.
128. McPHERSON, C. B (1997). *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza Editorial.
129. McPHERSON, Malcolm F. (2001). *Growth and Poverty Reduction in Mozambique: A Framework for Analysis*. Washington, DC: African Economic Policy, Discussion Paper Number 60.
130. MINISTÉRIO DE PLANO E FINANÇAS (2002). *A Economia Moçambicana Contemporânea – Ensaio*. Maputo: MPF
131. MONDLANE, Armindo P [1994]. *As consequências da ajuda externa para Moçambique*. Maputo: Banco de Moçambique. Documento para Discussão.
132. MORGENTHAU, Hans (1954). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Knopf.
133. MORIN, Edgar; WULF Christoph (2003). *Planeta. A aventura desconhecida*. São Paulo: Editora UNESP.
134. MOSCA, João. (1999). *A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.
135. MÜLLER, Johannes (1997). «Países em vias de desenvolvimento, política de desenvolvimento». In: ENDERLE, Georges et. al. *Dicionário de ética económica*. São Leopoldo: Editora UNISINOS.
136. MUSSA, Michael; SAVASTANO, Miguel (1999). *Abordagem do FMI para a Estabilização*. New York: IMF.
137. NAÍM, Moisés (2000). *Washington Consensus or Washington Confusion?* New York: Foreign Policy.
138. NAVALHA, Felizberto Diniz (2002). *A problemática da Dívida Externa em Moçambique*. Maputo: Banco de Moçambique. Staff Paper nº16, Março.

139. NEGRÃO, José (1997). «Repensando as modas do desenvolvimento rural». In: SOOGE, David (ed). *Perspectiva sobre ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, Dutch Co-financing agencies.
140. NEGRÃO, José (2001). «Samora e Desenvolvimento». In: SOPA, António (ed.) *Samora, Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores.
141. NEGRÃO, José (2001). *Como induzir o desenvolvimento em África? O Caso de Moçambique*. Lisboa: ISEG, Centro de Estudos Sociais Africanos e de Desenvolvimento. Documentos de Trabalho, nº 61.
142. NEGRÃO, José (2002). *Para que o PARPA resulte! Reflexão epistemológica sobre um processo candente*. Maputo: Cruzeiro do Sul - Instituto de Investigação em Desenvolvimento.
143. NEGRÃO, José (2003). *A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*. Coimbra: Centro dos Estudos Sociais. Artigo apresentado no Curso de Formação: «A Globalização Alternativa e as Organizações Não-Governamentais do Espaço de Língua Oficial Portuguesa». Outubro, 2003.
144. NILSSON, Anders. (1990). *Unmasking the Bandits. The true face of the MNR*. London: ECASAAMA.
145. NILSSON, Anders (2001). *Paz na nossa Época*. Maputo: CEEI - ISRI.
146. OCAMPO, José António (2002). «Desenvolvimento e globalização». In: BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. *Desenvolvimento e Globalização. Perspectivas para as nações*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 299-331.
147. OHMAE, Kenichi (1990). *The Borderless World*. London: Collins.
148. OHMAE, Kenichi (1995). *The end of the nation state: the rise of regional economies*. New York: Free Press.
149. OHMAE, Kenichi (1995). «Putting global logic first». In: *Harvard Business Review*. Janeiro/Fevereiro, p. 119-125.
150. O'NEILL, O. (1991). «Translational justice». In: HELD, David (ed). *Political Theory Today*. Cambridge: Polity Press.
151. PETRELLA, Riccardo (2002). *O Bem Comum: Elogio da Solidariedade*. Porto: Campos de Letras Editores.
152. PIZZI, Jovino (2004). *O desenvolvimento e suas exigências morais*. Ijuí: Editora Unijui.
153. PLANK, David N. (1993). «Aid, debt and the end of sovereignty: Mozambique and its donors». In: *Journal of Modern African Studies*, 31 (3), 407 - 430.

154. PNUD (2005). *Relatório do Desenvolvimento Humano, 2005. Cooperação internacional numa encruzilhada. Ajuda, comércio e segurança num mundo desigual*. Trad. Ana Paula Faria Editora. Lisboa: Ana Paula Faria Editora.
155. PRZEWORSKI, Adam; VREELAND, James Raymond (2000). «The effect of IMF programs on economic growth». In: *Journal of Development Economics*, Vol. 62-2000 p. 385-421. New York.
156. RATILAL, Prakash (2002) «Percepções sobre a economia: aumento da riqueza nacional, distribuição equitativa, coesão nacional». In: MAZULA, Brazão (ed.). *Moçambique, 10 anos de paz*. V.1. Maputo: CEDE, P.253-298.
157. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2000). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta, 2000-2005 (PARPA I)*. Maputo: Governo da República de Moçambique
158. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005). *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: Governo da República de Moçambique. (Draft Final).
159. RODRIK, Dani (1998). *The debate over globalization: How to move forward by looking backward*. Cambridge: Harvard University Press
160. RODRIK, Dani (2000). *Development strategies for the next century*. Cambridge: Harvard University.
161. RODRIK, Dani (2002). «Depois do neoliberalismo, o quê?» In: CASTRO, Ana Célia (org.) (2002). *Desenvolvimento em debate – Novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 277-298.
162. RODRIK, Dani (2002). *Feasible Globalizations*. Cambridge: Harvard University
163. RODRIK, Dani; McMILAN, Margaret; WELCH, Karen. (2002) *When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique*. Cambridge: National Bureau for Economic Research. NBER Working Paper No. 9117
164. RODRIK, Dani; HAUSMANN, Ricardo (2003). *Economic Development as Self-Discovery*. Cambridge: Harvard University
165. RODRIK, Dani (2003). *What do we learn from country narratives?* Massasuchets: Princeton University Press.
166. RODRIK, Dani (2004). *Rethinking growth policies in the developing world*. Cambridge: Harvard University
167. ROSANVALLON, Pierre (1981). *A crise do Estado Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito.

168. ROSEANU, James N. (1997). *Along the Domestic-Foreign Frontier*. Cambridge: Cambridge University Press.
169. ROSEANU, James (2002). *Information Technologies and Global Politics. The Changing Scope of Power and Governance*. EP Singh.
170. ROSEANU James N et al. (2003) (ed.) *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. New Jersey: Princeton University Press Published.
171. ROSEANU, James N; von WEIZSÄCKER, Ernst-Ulrich; PETSCHOW, Ulrich (eds.) (2004). *Governance and Sustainability. Exploring the roadmap to sustainability after Johannesburg* Sheffield: Greenleaf Publishing.
172. RUGGIE, J.G. (1983). «International regimes: transactions and change; embedded liberalism in the post-war economic order». In: KRASNER, S (ed). *International regimes*. Ithaca: Cornell University.
173. RUGGIE, J.G. (1991). «Embedded liberalism revisited: institutions and progress in international economic relations». In: ADLER, E; CRAWFORD, B. (ed). *Progress in post-war international relations*. New York: Columbia University.
174. RUIGROK, W; TULDER, R (1995). *The logic of international restructuring*. London: Rutledge.
175. SANDEL, M (1996). *Democracy's discontents. America in search of a public philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
176. SANTOS, Vitor (1997). *Será a globalização um fenómeno sustentável?* Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica; Documento de Trabalho 8-97.
177. SACHS, Ignacy (1995 ). *Em busca de novas estratégias de desenvolvimento*. In: *Estudos Avançados* 9 (25).
178. SACHS, Jeffrey (2005). *The end of Poverty. How can we make it happen in our lifetime?* New York: Penguin Books.
179. SASSEN, Saskia (1994). *Cities in a World economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
180. SCHOLTE, Jan Aart (1996). «Beyond the Buzzword: Towards a Critical Theory of Globalization». In: KOFMAN, Eleonore; YOUNG, Gillians (ed). *Globalization: Theory and Practice*. London: Pinter.
181. SCHOLTE, J. A. (2000). *Globalization - a critical introduction*. London: Macmillan.
182. SECRETARIA DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DO REINO UNIDO (2000). *Eliminação da Pobreza no Mundo: Fazer com que a Globalização*

*Beneficie os Pobres. Livro Branco sobre Desenvolvimento Internacional.* Londres: Governo do Reino Unido.

183. SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras.

184. SERRA, António M. Almeida (1993). *Moçambique, da independência à actualidade. Evolução económica e social.* Lisboa: CESA.

185. SERRA, António Almeida (2005). *Políticas Económicas de Desenvolvimento.* Lisboa: ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa/Portugal. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

186. SHETH, D. L. (2002). «Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa». In: SOUZA SANTOS, Boaventura de (org.) (2002). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

187. SINGER, Peter (2004). *Um só mundo: a ética da globalização.* São Paulo: Martin Fontes.

188. SOOGE, David (ed) (1997). *Perspectiva sobre ajuda e o sector civil.* Amsterdam: GOM, Dutch Co-financing agencies.

189. STIGLITZ, Joseph E. (1998). *Em Busca de um Novo Paradigma para o Desenvolvimento: Estratégias, Políticas e Processos.* Genebra: UNCTAD.

190. STIGLITZ, Joseph. (2002). «Políticas de desenvolvimento no mundo da globalização». In: CASTRO, Ana Célia (org). *Desenvolvimento em debate - Novos rumos do desenvolvimento no mundo.* Rio de Janeiro: BNDES, p. 333-356.

191. STIGLITZ, Joseph (2003). *The Roaring Nineties: A New History of the World's Most Prosperous Decade.* New York: W.W. Norton & Company.

192. STIGLITZ, Joseph (2002). *A globalização e seus malefícios.* São Paulo: Editora Futura.

193. SOUSA SANTOS, Boaventura de (2002). «Os processos da globalização». In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (dir). *Globalização. Fatalidade ou Utopia.* 2.ed. Porto: Afrontamento.

194. SOUSA SANTOS (2004). «As tensões da modernidade». *Antroposmoderno.* Online: [www.antroposmoderno.com](http://www.antroposmoderno.com).

195. SOUZA OLIVEIRA, Maria José Galleno de (2004). *A globalização da pobreza: os impactos das políticas sociais do Estado Neoliberal nas democracias dos países latino-americanos.* Lisboa: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. A questão social no novo milênio. 16, 17 e 18 de Setembro.

196. TARP, Finn; ARNDT, Channing et al. (2003). *Facing the Development Challenge in Mozambique. An Economywide Perspective.* Washington D.C: International Food Policy Research Institute; Research Report 126.



197. THATCHER, Margaret (2002). *A arte de bem governar: Estratégias para um mundo em mudança*. Lisboa: Quetzal Editores.
198. THE PANOS INSTITUTE (2002). *Reducing Poverty. Is the World Bank's strategy working?* London: PANOS.
199. UTRE [2003] *Privatização em Moçambique*. UTRE [http://www.tropical.co.mz/parafic/index\\_por.htm](http://www.tropical.co.mz/parafic/index_por.htm)
200. VAN DE WALLE, N.; T. Johnson (1996). *Improving Aid to Africa*. Washington D.C: Overseas Development Council.
201. VINES, Alex (1996). *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?* ed. Revista e actualizada. York: University of York, Centre for Southern African Studies /Amsterdam: Eduardo Mondlane Foundation / London: Currey.
202. WALLAS, Graham (2001). *Globalization, Cosmopolitanism and Democracy: An Interview with David Held*. Cambridge: Polity.
203. WEISS, Linda (1998). *The Myth of the Powerless State*. Ithaca: Cornell University Press.
204. WILLIAMSON, John (2004a). *A short story of the Washington Consensus*. Barcelona: Fundación CIDOB.
205. WILLIAMSON, John (2004b). *The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*. Washington DC: Institute for International Economics.
206. WORLD BANK (1991). *Republic of Mozambique. Background paper to privatization*. Washington: World Bank. Confidencial.
207. WUYTS, Marc (1990). «Gestão económica e política do reajustamento estrutural em Moçambique». In: *Estudos Moçambicanos* 8. p.97-124. Maputo: Centro de Estudos Moçambicanos-UEM.
208. WUYTS, Marc (1996). «Foreign Aid, Structural Adjustment, and Public Management: The Mozambican Experience». In: *Development and Change*, vol. 27 (no. 4).

### Alguns nomes e *links* de Instituições de Pesquisa em Desenvolvimento mais visitados

#### Open Democracy

23-25 Great Sutton St  
London  
EC1V 0DN  
UK  
<http://www.opendemocracy.net>

#### Democracy Now

Democracy Now  
PO Box 693, New York, NY 10013  
[www.democracynow.org](http://www.democracynow.org)

#### IPRIS - Instituto Português de Relações

Internacionais e Segurança  
Rua Ferreira Borges, 193, 1ºF  
1350-131 Lisboa / Portugal  
<http://www.ipris.org>

#### Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia

Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo  
Apartado 3087  
3001-401  
Coimbra-Portugal  
[www.ces.fe.uc](http://www.ces.fe.uc)

#### EuroZine

Rembrandtstraße 31/10  
1020 Wien  
Austria  
[www.eurozine.com](http://www.eurozine.com)

#### National Bureau of Economic Research, Inc.

1050 Massachusetts Avenue  
Cambridge, Massachusetts 02138-5398  
U.S.A.  
[www.nber.org](http://www.nber.org)

#### The United Nations Organization

Millennium Development Goals  
<http://www.un.org/millenniumgoals>

#### SARDC: Southern African Research and Documentation Centre

Rua Afonso Henrique 141  
Maputo  
[www.sardc.net](http://www.sardc.net)

#### Centre for Global Development

1776 Massachusetts Avenue NW, Third  
Floor, Washington DC 20036  
<http://www.cgdev.org>

#### International Monetary Fund

700 19th Street, N.W.  
Washington, D.C. 20431  
[www.imf.org](http://www.imf.org)

#### The World Bank Group

1818 H Street, NW  
Washington, DC 20433 USA  
[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)  
Av. Kenneth Kaunda, 1224  
Maputo, Mozambique  
Mozambique

#### Overseas Development Institute

111 Westminster Bridge Road  
London SE1 7JD  
UK  
<http://www.odi.org.uk>

#### Social Science Research Institute

The Pennsylvania State University  
601 Oswald Tower  
University Park, PA 16802-6211  
<http://www.ssri.psu.edu>

#### Global Policy Forum

777 UN Plaza, Suite 3D  
New York, NY 10017  
USA  
<http://www.globalpolicy.org>  
(Ver a página de Joseph Stiglitz)